

LILIAN APARECIDA CARNEIRO OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DO
PRONATEC NO IF SUDESTE MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2017

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

O48p
2017

Oliveira, Lilian Aparecida Carneiro, 1983-
Políticas de formação profissional : análise do Pronatec no IF
Sudeste - MG / Lilian Aparecida Carneiro Oliveira. - Viçosa, MG, 2017.
xvi, 125f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Cezar Luiz de Mari.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.113-120.

1. Ensino profissional. 2. Ideologia. 3. Educação. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. II. Título.

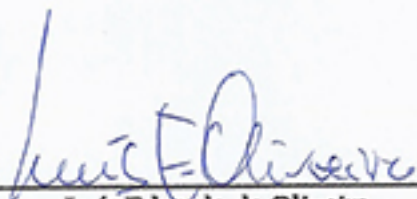
CDD 22. ed. 370.113

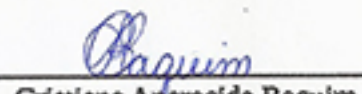
LILIAN APARECIDA CARNEIRO OLIVEIRA

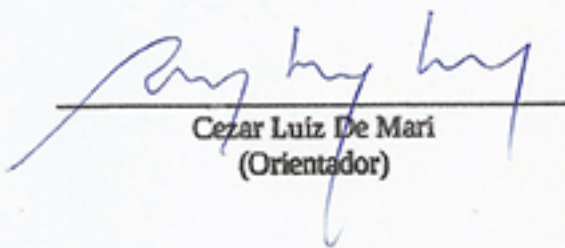
**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DO
PRONATEC NO IF SUDESTE MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de março de 2017.


Luís Eduardo de Oliveira


Cristiane Aparecida Baquim


Cezar Luiz De Mari
(Orientador)

*Ao meu filho Lucas, que me inspira
a acreditar em dias melhores...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e à Nossa Senhora Aparecida, por terem me proporcionado a oportunidade de consolidar o sonho que me acompanha desde a graduação, que é a realização desse Mestrado.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Cezar Luiz de Mari, por fazer desse caminho um momento de tamanha aprendizagem, sempre com muita paciência, me incentivando e ampliando meus horizontes.

Aos professores do Departamento de Educação da UFV, em especial à Cristiane Baquim, à Joana D'Arc Hollebarch e ao Denilson Azevedo, que colaboraram na qualificação deste trabalho com sugestões preciosas que me ajudaram a aprimorar os estudos sobre a temática.

Às secretárias do PPGE/UFV, Eliane e Naiany, pela tranquilidade e a atenção dispensadas em todos os momentos.

À minha família, em especial à minha irmã Liliane, à minha sobrinha Ana Clara e aos meus tios Luzia e Alexandre, por cuidarem da minha mãe durante as minhas ausências.

À minha mãe, que sempre buscou me incentivar nos estudos, pelas suas demonstrações de força, fé e coragem, fazendo dos nossos sonhos os sonhos dela.

Ao meu esposo, Victor, pela compreensão, companheirismo e por abraçar a causa, me incentivando e apoiando nos cuidados com nosso filho Lucas.

Ao Lucas, em quem me inspiro a cada dia e renovo minhas energias. Obrigada, meu filho, pela sua pureza, amor e por ser motivo de muita alegria em nossas vidas.

À minha sogra Augusta e à cunhada Júlia, que também sempre me incentivaram e acreditaram na minha capacidade.

Agradeço imensamente à minha amiga Manu, com quem compartilho todas as emoções desta trajetória, minhas alegrias e angústias. Obrigada por acreditar até mais do que eu na minha própria capacidade pessoal e profissional; por compartilhar das idas e vindas a Viçosa durante todo esse tempo; pelas sugestões, conversas e pelo apoio incondicional na concretização dessa dissertação.

Agradeço a Ariel, por ter me acolhido com tanto carinho em Viçosa, pela receptividade e a amizade, sempre buscando ajudar.

Ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais- Campus Muriaé, pelo apoio e aos profissionais que colaboraram direta ou indiretamente com a pesquisa, através das conversas, colaborações, incentivos e amizade.

Aos amigos do Setor de Assistência Estudantil do Campus Muriaé, Eduardo, Cláudio, Cássia, Luciana Miranda e Juliana, por serem uma “corrente do bem”, buscando sempre colaborar.

Aos amigos Adail, Átila e Débora, pelas palavras de encorajamento e à Elayne, pela força na reta final.

Muito obrigada a todos!!!

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social coletiva.

(MÉSZÁROS, 2008, p.27)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xv
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 CAPÍTULO I: AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE 1990.....	09
2.1 Trabalho e Educação frente às demandas da sociedade capitalista.....	12
2.2 As transformações do mundo do trabalho e a difusão de novos conceitos na ordem neoliberal.....	15
2.3 O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR: período 1995-2002	23
2.4 A Qualificação Profissional proposta pelo Plano Nacional de Qualificação-PNQ: período 2003-2007.....	29
2.5 PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.....	34
3 CAPÍTULO II: ANÁLISE DO PRONATEC NO IF SUDESTE MG CAMPUS MURIAÉ	45
3.1 Considerações sobre o IF Sudeste MG- Campus Muriaé.....	46
3.2 Apresentação e descrição das atribuições dos profissionais que atuam no PRONATEC.....	51
3.3 Implantação do PRONATEC no IF Sudeste MG- Campus Muriaé.....	53
3.4 Caracterização dos cursos ofertados no Campus Muriaé.....	58
3.4.1 Os cursos ofertados no Campus Muriaé.....	61

3.5 Análise dos conteúdos constantes nos planos de ensino dos cursos.....	72
3.6 Perspectivas dos profissionais do Campus Muriaé acerca do PRONATEC.....	78
4 CAPÍTULO III: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, O BANCO MUNDIAL, A POBREZA E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS.....	97
4.1 Papel do PRONATEC na redução da pobreza.....	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
6 REFERÊNCIAS	113
7 APÊNDICES	121
8 ANEXO	125

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.....	36
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução das matrículas PRONATEC 2011-2015 no Brasil: 9,4 milhões de matrículas.....	38
Gráfico 2- Ofertantes do PRONATEC (Período de 2011-2015)	43
Gráfico 3- Número de vagas ofertadas no IF Sudeste MG- Campus Muriaé (2012 a 2016).....	69
Gráfico 4- Demonstrativo de oferta dos cursos por eixo tecnológico no período 2012-2016.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perspectivas dos Institutos Federais e do PRONATEC.....	50
Quadro 2- Identificação dos cursos ofertados no ano de 2012	62
Quadro 3- Identificação dos cursos ofertados no ano de 2013	64
Quadro 4- Identificação dos cursos ofertados no ano de 2014	65
Quadro 5- Identificação dos cursos ofertados no ano de 2015	67
Quadro 6- Identificação dos cursos ofertados no ano de 2016	68
Quadro 7- Percentual de cursos por Eixo Tecnológico	71
Quadro 8- Descrição das disciplinas constantes nos planos de curso	72

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADC – Análise de Discurso Crítica
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BM - Banco Mundial
- BSM- Brasil Sem Miséria
- CAD Único- Cadastro Único
- CEFETS – Centros Federais de Educação Tecnológica
- CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CF- Constituição Federal
- CODEFAT- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- EAD- Educação à Distância
- EP- Educação Profissional
- EPT- Educação Profissional e Tecnológica
- FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIC- Formação Inicial Continuada
- FIES- Fundo de Financiamento Estudantil
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação
- IF SUDESTE MG- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
- IFET- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Br
- MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MDIC- Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MEC – Ministério da Educação/Br
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
- PBF- Programa Bolsa Família

PBSM- Programa Brasil Sem Miséria
PEA- População Economicamente Ativa
PL - Projeto de Lei
PPA- Plano Plurianual
PNQ - Plano Nacional de Qualificação
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNE - Plano Nacional da Educação
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT- Partido dos Trabalhadores
SEFOR - Secretaria de Formação e desenvolvimento Profissional
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC - Serviço Social do Comércio
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI - Serviço Social da Indústria
SEST - Serviço Social do Transporte
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
UTFPR- Universidade Tecnológica do Paraná
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2017. **Políticas de Formação Profissional: análise do PRONATEC no IF Sudeste MG.** Orientador: Cezar Luiz De Mari.

Nesta dissertação, tivemos por objetivo apresentar as Políticas de Qualificação Profissional que se materializaram no contexto brasileiro a partir da década de 1990 aos dias atuais. Esse período se caracteriza por muitas reformas no plano político, econômico e social, sendo acompanhadas de novos discursos e concepções acerca da qualificação do trabalhador. A centralidade deste estudo foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) instituído pela Lei n. 12.513/2011. A atual política de qualificação profissional abrange diversas ações e subprogramas que atendem diferentes modalidades e recortes de beneficiários, cujas intencionalidades são justificadas por meio dos ideais de inclusão social, cidadania, empregabilidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Assim, buscando identificar o papel do PRONATEC no campo das políticas de formação profissional, realizamos a pesquisa por meio da abordagem qualitativa, da observação livre, da análise e interpretação de documentos presentes nos arquivos do PRONATEC e dos discursos dos profissionais que atuaram no programa no IF Sudeste MG Campus Muriaé no período de 2012 a 2016, visando compreender o sentido atribuído às categorias que são muito enfatizadas nos discursos presentes nessa política. A metodologia empreendida para análise dos documentos e dos discursos dos profissionais que atuaram no programa foi a Análise de Discurso Crítica (ADC), de Norman Fairclough (2001), que permite investigar as ideologias presentes nas práticas discursivas. Justificamos a relevância deste estudo pela necessidade de compreender o programa como mediador da construção de um consenso sobre qualificação profissional desenvolvida nos parâmetros da sociedade capitalista, favorecendo o controle e a conformação das classes subalternas. Pelo exposto, chegamos à conclusão de que o PRONATEC, assim como as políticas de qualificação profissional que o antecederam, guardam em comum funções ideológicas correlatas, sendo mais um programa focalizado, que através do ideário de inclusão social, empregabilidade, empreendedorismo e cidadania, buscam a adesão das classes subalternas ao projeto dominante. A análise dos documentos e das entrevistas também nos possibilitou traçar as perspectivas do programa

e dos Institutos Federais e a perceber como a racionalidade econômica, empreendedora e meritocrática estão ideologicamente inculcadas e concebidas (consciente ou inconscientemente) na percepção dos profissionais entrevistados. Ademais, constatamos ainda que o PRONATEC Brasil Sem Miséria assenta-se no binômio educação e assistência, ou seja, uma política social para os segmentos mais pobres e excluídos da sociedade, demonstrando estar articulado às orientações internacionais no combate à pobreza.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2017. **Vocational Training Policies: PRONATEC analysis at the Southeast IF Sudeste MG.** Advisor: Cezar Luiz De Mari.

In this dissertation, we aimed to present the Professional Qualification Policies that materialized in the Brazilian context from the 1990s to the present day. This period is characterized by many political, economic and social reforms, accompanied by new discourses and conceptions about the qualification of the worker. The centrality of this study was the National Program of Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) instituted by Law n. 12.513 / 2011. The current professional qualification policy encompasses several actions and subprograms that meet different modalities and cuts of beneficiaries, whose intentions are justified through the ideals of social inclusion, citizenship, employability, entrepreneurship and sustainability. Thus, in order to identify the role of PRONATEC in the field of vocational training policies, we conducted the research through a qualitative approach, free observation, analysis and interpretation of documents present in the PRONATEC files and the speeches of the professionals who participated in the program. IF Southeast MG Campus Muriaé in the period from 2012 to 2016, aiming to understand the meaning attributed to the categories that are very emphasized in the speeches present in this policy. Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (ADC) (2001), which allows us to investigate the ideologies present in discursive practices, is the methodology used to analyze the documents and speeches of the professionals who worked on the program. We justify the relevance of this study to the need to understand the program as a mediator of the construction of a consensus on professional qualification developed in the parameters of capitalist society, favoring the control and conformation of the subaltern classes. In the foregoing, we conclude that PRONATEC, as well as the professional qualification policies that preceded it, share similar ideological functions, and is a focused program that, through the ideology of social inclusion, employability, entrepreneurship and citizenship, seeks The adherence of the subaltern classes to the dominant project. The analysis of the documents and the interviews also allowed us to outline the perspectives of the program

and the Federal Institutes and to understand how economic, entrepreneurial and meritocratic rationality are ideologically inculcated and conceived (consciously or unconsciously) in the professionals interviewed. In addition, we find that PRONATEC Brazil Sem Miséria is based on the binomial education and assistance, that is, a social policy for the poorest segments and excluded from society, demonstrating its articulation with international guidelines in the fight against poverty.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo deste trabalho serão analisadas as políticas de qualificação profissional que se materializaram a partir da década de 1990, com centralidade na atual política de qualificação profissional, pela análise do Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sobre o qual nos debruçamos a fim de compreendermos o sentido dessa política frente às contradições inerentes ao sistema capitalista.

A partir dos apontamentos, sustentamos a hipótese de que o PRONATEC é mais um programa focalizado, pautado no discurso da empregabilidade, do empreendedorismo e da cidadania alardeada pela ideologia neoliberal. Porém, predominantemente sustentado pelo ideário de inclusão social, busca a participação das classes subalternas no projeto dominante por meio da conquista do consenso, ou seja, por meio da adesão ao sistema de ideias que a classe dominante faz circular na sociedade. Ao retroalimentar a concepção de que todos são iguais e que a todos são dadas as mesmas oportunidades (cabendo a cada um aproveitar as chances que são ofertadas), a ideologia dominante além de inculcar a responsabilidade individual sobre os próprios sucessos e fracassos, escamoteia as contradições do sistema capitalista ao criar políticas setoriais e fragmentadas, que por um lado atendem aos interesses dos que se beneficiam com a conservação da ordem social (e assim podem dar continuidade ao processo de exploração) e por outro garante à massa dos desvalidos a “paz” alcançada pelo controle da pobreza (assistencialismo, políticas de contenção, ações pautadas no limiar das insurreições).

Portanto, ao apontarmos para a centralidade do Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, nosso estudo apresenta como objetivo geral analisar a implantação do PRONATEC no IF Sudeste MG- Campus Muriaé, identificando seu papel no campo das políticas de formação profissional. Em contrapartida, consubstanciaremos nossos estudos nas políticas de formação profissional a partir da década de 1990, identificando as perspectivas e os desafios dessas políticas para a área de formação de trabalhadores.

Considerando os objetivos acima apresentados, optamos pela abordagem qualitativa, tendo em vista a maior aproximação da pesquisadora com o campo de pesquisa¹ - com base na observação livre, na análise e interpretação de documentos presentes nos arquivos do PRONATEC e nos discursos dos profissionais do Campus

¹A pesquisadora é servidora no Campus Muriaé desde outubro de 2010.

Muriaé que trabalharam no programa no período de 2012 a 2016. Para a análise das entrevistas, seguimos os procedimentos metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (2001), uma vez que esse método nos possibilitou reconhecer nas falas dos entrevistados as relações hegemônicas presentes nos contextos políticos e educacionais, aos quais a escola está sujeita na sociedade capitalista.

Salientamos a relevância do estudo do PRONATEC pela dimensão e o destaque que o programa teve no governo Dilma Rousseff (2011-2016), sendo então referenciado pela Presidente e divulgado pela mídia e meios de comunicação, como o caminho de oportunidades por meio do acesso à formação e qualificação profissional, bem como a continuidade desse discurso no atual governo de Michel Temer (2016).

No âmbito pessoal, o interesse pela temática se vincula ao meu trabalho como bolsista do programa nas funções administrativa e docente. O meu envolvimento com a prática pedagógica e o cotidiano escolar ocorre há mais de 12 anos, lecionando nas escolas públicas municipais e estaduais de Minas Gerais nas modalidades de ensino fundamental e médio. Minha atuação no campo da educação profissional iniciou-se em 2010, quando passei a compor o quadro de servidores técnicos do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais- Campus Muriaé: primeiro como membro do setor de Assistência Estudantil e posteriormente, como Coordenadora Geral da Assistência Estudantil. Devido aos contatos estabelecidos com os demais setores do campus, assim como através das trocas de conhecimento nas reuniões e participações em comissões e eventos do IF Sudeste MG, pude ampliar meu horizonte de conhecimento e atuação na educação profissional.

Em 2012, com a implementação do PRONATEC no Campus Muriaé, selecionada por edital, passei a compor a equipe de profissionais que dariam início ao programa por meio da oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC). Desde a implantação em 2012 até 2016 atuei tanto na área administrativa, quanto como docente e supervisora dos cursos. Oportunidade que me possibilitou acompanhar os “beneficiários do programa” desde a entrada dos estudantes do PRONATEC (recepção e matrícula), contato em sala de aula (docência), acompanhamento extraclasse (supervisão de curso e apoio administrativo) até a conclusão dos cursos ofertados.

A opção pela pesquisa com abordagem qualitativa numa perspectiva dialética, conforme Miotto e Lima (2007, p. 39), permite ao pesquisador a compreensão das “contradições presentes na sociedade, o devir; o movimento histórico; a totalidade e a

unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso da pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo”.

O método dialético permite ainda a compreensão para além do que está posto, para além das aparências, permite analisar as diversas mediações que compõem um determinado fenômeno, suas continuidades e rupturas, retomadas, confrontos e conflitos inerentes ao próprio ato de aprender, dentro ou fora da sala de aula. A ADC incorpora a dimensão dialética na medida em que permite a compreensão por meio da análise discursiva das dimensões literárias, sociais e políticas que compõem os discursos, ou seja, possibilita ao pesquisador estar atento às pausas, ao imediatismo de respostas (respostas prontas, naturalizadas, ou espontâneas, certezas e inquietudes, momentos de conflitos cognológicos e desequilíbrio de certezas).

O uso da ADC em Fairclough (2001) utiliza o conceito de hegemonia de Gramsci para compreender as relações entre os grupos subalternos e dominantes mediados ora pelo consenso, ora pela coerção. Em outras palavras: tensões constantes que reafirmam o estado da fragilidade da hegemonia, que para ser mantida pela classe dominante, lança-se de recursos de pressão: quer seja pelos aparatos de força (legislação, controle de forças armadas e policiamento); quer seja pela conquista do consenso, pacto inculcado pelo assistencialismo e pela doutrinação da paz social (ou seja, pelos aparelhos privados de hegemonia).

A ADC também nos ajudou a compreender que a hegemonia das classes dominantes tem uma de suas forças nas ideologias que são reproduzidas no meio social, conforme Gramsci, pelos aparelhos privados de hegemonia representados pelos meios de comunicação, jornais, escolas, igrejas, dentre outros. Esses aparelhos compõem a sociedade civil, cuja função essencial é a produção do consenso. Os discursos produzidos na sociedade civil terão papel fundamental no estabelecimento das ideias e ações dominantes. Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 46), “o poder depende da conquista do consenso e não apenas de recursos para o uso da força, a ideologia tem importância na sustentação de relações de poder”.

Nessa direção, observemos a compreensão sobre o papel das ideologias segundo Fairclough (2001, p.117): “As ideologias são significações, [...] construídas em várias dimensões das formas, sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”. Ou seja, as falas refletem pensamentos que por sua vez são produtos culturais específicos de cada

sociedade, conforme o tempo e o lugar. Nesse sentido, os pensamentos são construções que refletem processos de socialização, interferências políticas e econômicas, produtos sob os efeitos de ações de endoculturação e aculturação, prevalecendo, neste caso, o resultado dado pelas forças dominantes.

Dessa forma, não podemos descartar o papel do Estado enquanto amortecedor de conflitos e mediador de interesses dos grupos dominantes, como explana Faleiros (2009, p. 52): “O aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode integrar, dominar, aceitar, transformar, estimular certos interesses das classes dominadas”. O papel atribuído ao Estado reflete os mesmos mecanismos antagônicos e contraditórios presentes na sociedade capitalista, daí ele não ser na atualidade um mero “comitê executivo da burguesia”, como avaliado no século XIX por Marx, mas, conforme Gramsci, um “Estado Ampliado”, no qual participam representantes da burguesia e também das classes subalternas. Daí a conclusão de Faleiros sobre o papel do Estado quanto ao exercício da hegemonia, caracterizando-a como “capacidade de orientar o conjunto da sociedade, de arbitrar os conflitos de classe, de estabelecer uma certa coesão social”; e da dominação como modo que “impõe a repressão, a força e a *manu militari*, destrói as oposições e resolve os conflitos”.

O PRONATEC, apesar de ser ofertado no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Muriaé, possui seus próprios documentos norteadores, sistema de matrícula, professores e profissionais que são selecionados por meio de edital (apoio acadêmico administrativo para a realização das matrículas, das atividades de registro inerentes à secretaria e outras atividades administrativas afins; supervisores de cursos para acompanhamento e suporte acadêmico aos professores e à organização dos cursos; orientador para acompanhamento dos alunos e atendimento aos professores atuantes no programa). Além destes profissionais, o funcionamento do programa depende da atuação do coordenador adjunto que é indicado pela direção do Campus à ocupação dessa função, cabendo-lhe a responsabilidade pela articulação de todas as ações necessárias junto aos parceiros demandantes, bem como em relação à coordenação geral da reitoria e aos diretores sistêmicos do Campus².

Foram analisados os documentos do PRONATEC arquivados no Campus Muriaé, desde a implantação do programa em 2012 até 2016. A coleta de dados foi

² O Campus Muriaé conta com quatro diretorias sistêmicas: Diretoria Educacional; Diretoria Administrativa, Diretoria Institucional e Diretoria de Extensão, Pesquisa e Inovação; além da Diretoria Geral, responsável pelo funcionamento do Campus.

realizada por meio da análise dos documentos: Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012 que estabelece a regulamentação para execução do PRONATEC; editais de contratação dos profissionais; relatórios do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC; planos de cursos; Projeto Político Pedagógico do Campus Muriaé; guia de cursos FIC do PRONATEC; documento referência da Bolsa Formação Trabalhador e a Cartilha do Programa Mulheres Mil. Complementarmente à coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais envolvidos no programa: orientador, supervisores de curso, coordenadoras adjuntas do programa e docentes. A escolha dos sujeitos participantes considerou que “são os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 46), isto é, através da ADC, buscaremos compreender o sentido do PRONATEC sob o olhar desses sujeitos, se a participação deles corrobora com os preceitos documentais (movimentos de conservação) ou se o fazer docente e a autonomia desses intelectuais promove, de alguma forma, uma nova leitura da realidade e, se assim for, como esse movimento se traduz na condução do ato pedagógico. Dessa forma, “a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo” (GRAMSCI, 1999, p. 95).

As entrevistas (Apêndices I, II, III e IV) foram vinculadas ao eixo central da nossa pesquisa, abordando questões abertas sobre a implantação do PRONATEC, funcionamento, desenvolvimento e objetivos dos cursos.

Os profissionais entrevistados são servidores efetivos do IF Sudeste MG Campus Muriaé, sendo cinco dos nove entrevistados, docentes nos outros cursos e modalidades (Técnica, Técnica Integrada ao Ensino Médio e Superior) existentes no Campus e os outros quatro entrevistados são técnicos administrativos.

A escolha dos entrevistados se deu com base no tempo de participação e a função que os mesmos ocuparam no programa, visando melhor caracterizar e contextualizar o PRONATEC no Campus Muriaé, bem como atender o objetivo da pesquisa. Assim, foram selecionadas duas gestoras do programa, dois supervisores de curso, um orientador e quatro docentes que atuaram em cursos e períodos distintos entre 2012 a 2016.

Relevante também destacar as formações acadêmicas dos profissionais entrevistados, que nos permitiu percepções e reflexões de pontos de vista diferenciados sobre o papel do PRONATEC.

Dentre os entrevistados tínhamos cinco profissionais com mestrado e quatro especialistas, cujas formações iniciais em nível de graduação são: Administração, Direito, Ciências Econômicas, Pedagogia, Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Letras e História.

Buscamos complementar as informações levantadas anteriormente na fase de análise documental com as informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Triviños (1987, p. 146) podem ser entendidas como “parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que [...] oferecem amplo campo de interrogativas [...] que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. O autor afirma que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (idem, p. 152) além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Salientamos que as entrevistas foram realizadas no período de agosto a outubro de 2016, com servidores efetivos do Campus Muriaé que participaram do PRONATEC desde o processo de implantação ao momento atual. Através das entrevistas, foi possível analisar percepções e dificuldades encontradas pelos atores que atuaram nos cursos em relação à dinâmica e aos objetivos da formação consolidada através do PRONATEC.

O texto foi organizado em três partes: o primeiro capítulo apresenta algumas mudanças ocorridas no mundo do trabalho frente às mudanças no mundo da produção balizadas pelo taylorismo/fordismo e a tendência do tipo de formação e de educação que se propõe dentro da perspectiva capitalista. São apresentadas algumas considerações relevantes sobre as políticas de formação profissional a partir da década de 1990, como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), traçando suas continuidades e descontinuidades dentro do marco histórico, econômico, político e social dos respectivos governos que as propuseram, com o objetivo de demarcar dentro da perspectiva dialética as concepções que convergem e divergem do PRONATEC e os eixos em que se fundamentam tais políticas.

No segundo capítulo, realizamos a apresentação da instituição pesquisada, debruçamo-nos sobre os dados coletados nos documentos e nas entrevistas para análise do PRONATEC no Campus Muriaé, onde questões da implantação do programa, assim como outras referentes à percepção dos profissionais que atuaram no programa em relação à formação e o sentido de eixos/categorias em que alicerçam o PRONATEC. Dentre os documentos analisados estão a Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012, que estabelece a regulamentação para execução do PRONATEC, editais de contratação dos profissionais, relatórios do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC, planos de cursos, Projeto Político Pedagógico do Campus Muriaé, guia de cursos FIC do PRONATEC, documento referência da Bolsa Formação Trabalhador e a Cartilha do Programa Mulheres Mil.

No terceiro capítulo, apresentamos: algumas considerações sobre as políticas de formação profissional, o Banco Mundial, a pobreza e as estratégias discursivas. Estruturado a partir da análise das políticas sociais de formação e acesso ao emprego, como o PRONATEC, frente às orientações de organismos multilaterais como o Banco Mundial, a fim de demonstrar que as ações governamentais também são influenciadas por essas recomendações, inclusive no direcionamento de políticas sociais regidas pela lógica econômica.

Para finalizarmos, apresentamos também as considerações finais a partir da retomada dos dados e das análises tecidas no desenvolvimento da pesquisa, buscando responder às hipóteses e aos objetivos propostos, com a finalidade de compreender o papel do PRONATEC, assim como identificar as ideologias que permeiam essas políticas na ótica do capital, apontando as perspectivas e desafios das políticas de formação profissional no contexto brasileiro, elencando sugestões para pesquisas futuras.

Quanto aos cursos aligeirados ofertados pelo PRONATEC com vistas à formação de mão de obra simples - justificadas pela ideologia que propaga a necessidade de formação de demandas imediatas do mercado, verificamos que estes demonstram estarem ligados às lógicas capitalistas e apresentam relação com as intencionalidades do Banco Mundial, dada a ênfase no falacioso discurso de atendimento aos grupos menos favorecidos por meio de uma educação que se assenta em eixos como “inclusão social”, “empregabilidade”, “empreendedorismo” e

“cidadania”, expressões capitaneadas pelo discurso neoliberal para propagação de (pseudo) estratégias de enfrentamento da pobreza e para o controle social.

Apoiados em Coutinho (2006, p.185), consideramos que a implementação de políticas sociais como o PRONATEC se apresentam como uma estratégia de “dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal democráticos, isso implica a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados”, ou seja, mesmo que Estado defenda interesses privados, estabelecendo parcerias com o setor privado na oferta de cursos aos trabalhadores, delegando ao empresariado a formação profissional, “[..] precisa ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação” (idem). Ou seja, uma aceitação passiva da nova forma de exploração. Ainda que o PRONATEC se apresente como “favorável” a classe trabalhadora e ao público ao qual se destina, ele se converte mais como uma forma de acomodação social para os que estão em vulnerabilidade e para formação de mão de obra simples para atendimento às demandas do mercado, se é que, o mercado de trabalho estaria de fato aberto às novas mercadorias formatadas pela nova política de formação profissional.

2 CAPÍTULO I

AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE 1990 NO BRASIL

Neste capítulo, buscamos contextualizar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da produção, assim como as relações sociais que se materializam na sociedade capitalista, considerando que, para análise dos discursos que permeiam as políticas públicas de qualificação profissional precisamos compreender o contexto histórico em que estas se efetivam.

Realizamos também a identificação e análise dos eixos/categorias que estão fortemente presentes nessas políticas de qualificação profissional a partir da década de 1990, tendo em vista que o revestimento positivo dado a essas categorias ocultam intencionalidades que visam à criação de um novo senso comum e a conformação dos grupos subalternos.

As políticas de qualificação profissional, desde a década de 1990, têm sido usadas por diferentes governos sob o discurso de diminuição do desemprego, superação da pobreza e inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.

Para Silva (2002), a década de 1990 é evidenciada pelo aprofundamento de processos de desequilíbrios econômicos que já vinham ocorrendo desde o final dos anos de 1970 com a crise estrutural do modo de produção capitalista e a progressiva redução da acumulação de capital. Diante desse cenário, as reformas e ajustes estruturais determinadas pelos países credores aos países devedores por meio das orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, passam a ser adotadas em troca de uma suposta estabilidade econômica. As estratégias utilizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional demonstram a capacidade de intervenção político-ideológica desses organismos sobre o Brasil, inclusive por meio de políticas sociais e educacionais subordinadas aos princípios econômicos como explicita Silva:

Na sociedade brasileira, os diferentes períodos histórico-econômicos e as políticas sociais estiveram subordinados ao processo de acumulação de capital externo. Nas duas últimas décadas, houve explícita intervenção político-ideológica e financeira do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional nas decisões econômicas e sociais do país, avalizada pelo consentimento do governo federal e das elites dirigentes. Em primeiro lugar, houve estreitamento das relações entre as equipes que elaboram um conjunto de políticas de ajuste rigidamente controladas pelos dirigentes nacionais para todos os

setores. As instituições, Banco Mundial e Fundo Monetário, não só captam os recursos nos países capitalistas avançados como veem a possibilidade de triplicá-los por meio de aplicações de taxas de juros e de empréstimos ao Brasil, especialmente nos anos de 1980 e 1990, revelando sua capacidade de construção de ideologias que legitimam e justificam a intervenção nas economias dependentes (SILVA, 2002, p. 124).

De acordo com Frigotto (2008, p. 529), essa “inserção consentida e subordinada ao grande capital, com a hipertrofia da formação para o trabalho simples”, nos subalterniza e nos coloca em condição de inferioridade em relação aos países centrais.

No rol de reformas que se efetivaram a partir de 1990, a reforma da educação profissional demarca também, segundo Frigotto (2008, p.521), “o deslocamento de conceitos de qualificação e emprego para as noções de competência e empregabilidade” e busca justificar por meio desses chavões o suposto ‘apagão’ de mão de obra qualificada tão propalado a partir de então. Para o autor, a lógica das competências enfatiza a formação do ‘cidadão produtivo’, adaptável e flexível para atender às demandas do mercado e da máxima produtividade, que aliada à ideologia da empregabilidade, fortalece a tese de que aquele que estiver mais preparado com as competências desejáveis terá sua possibilidade de estar empregado aumentada.

Nesse sentido, buscamos analisar como os discursos de atendimento às demandas sociais que permeiam as políticas sociais e educacionais são postos para legitimar os interesses dos grupos dominantes, já que:

Para se legitimar junto às classes dominadas, num sistema liberal eletivo, o grupo do poder deve afastar a ameaça de perder o controle do Estado perante um movimento ou partido concorrente das classes dominadas e ao mesmo tempo procurar a lealdade destas classes para obter o apoio popular a sua política (FALEIROS, 2009, p.53).

Assim, tomando como referência estudos de políticas de qualificação profissional que foram implementadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), passando pelo PNQ (Plano Nacional de Qualificação) que foi criado pelo governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), até a criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso o Ensino Técnico e Emprego) no governo Dilma Rousseff (2011- 2016), realizamos a apresentação do contexto histórico em que foram implementadas tais políticas, buscando compreender dialeticamente as concepções presentes nos textos de

criação destas e as diferenças e aproximações presentes entre os discursos de profissionalização.

Para Kuenzer (2006, p.880) “não é possível estudar as políticas públicas sem um quadro categorial que as compreenda como expressão de uma totalidade em movimento, [...] de uma prática social capitalista marcada pela acumulação flexível”.

Tendo em vista que a sociedade constitui e é constituída numa relação dialética, em que os discursos expressam-se como letra, como realidade social e como ação política, influenciando na reprodução e/ou transformação da sociedade, Fairclough (2001, p. 94) analisa o discurso como: prática política “que mantém e transforma as relações de poder” e como prática ideológica “que constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”.

Gramsci (2002), em sua análise sobre o americanismo³, demonstra como as estratégias de apassivamento e dominação eram utilizadas para o controle e a adaptação do trabalhador às novas exigências do mundo da produção, estendendo-se ao controle da vida social por meio de consensos que levassem a aceitação de uma nova ideologia. A aceitação e a adesão da classe trabalhadora a esse processo é o que Gramsci chama de conformismo social.

Para Manacorda (2013), o conformismo social continua a se estabelecer na sociedade contemporânea. Da mesma forma que se buscava a conformação dos trabalhadores naquela época, busca-se uniformizar o modo de pensar e agir do homem de forma hegemônica, por meio da produção de consensos dissimulados pela mídia, pelo governo, escolas, igrejas e outros.

Nesse sentido, os conceitos de ideologia e hegemonia são fundamentais para a análise da prática social, terceira dimensão proposta por Fairclough. Para Gramsci (2000), uma direção político-ideológica e a conquista do consenso são formas de manutenção do poder. Para o autor, a inculcação de tais ideologias e o controle do consenso ocorrem por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, parte constitutiva da sociedade civil.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com

³Neves (2010) apresenta a concepção de americanismo como expressão de inspiração gramsciana que indica o modo de vida característico dos Estados Unidos no séc. XX, que se tornou mundialmente hegemônico ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista contemporâneo.

que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública, jornais e associações, os quais, por isso, em certas situações são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2000, p.95).

A naturalização de ideologias embutidas nas práticas discursivas favorece a construção de um senso comum que geralmente é utilizado pela classe dominante para cooptação e desmobilização da classe subalterna.

O conceito de hegemonia trazido por Gramsci é essencial na ADC, uma vez que, “a luta pela hegemonia nas sociedades capitalistas não se trava apenas nas instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura” (SIMIONATTO, 2011, p. 54).

A seguir, realizamos uma caracterização histórica das mudanças ocorridas no sistema de produção capitalista e no mundo do trabalho para compreensão destas influências nas relações sociais e na educação, por entendermos que os determinantes para a criação das políticas de qualificação profissional se alinham às mudanças e demandas da sociedade capitalista nos diversos períodos históricos.

2.1 Trabalho e Educação frente às demandas da sociedade capitalista

A discussão do sistema capitalista, bem como das bases materiais de produção e as relações sociais que se estabelecem nesse contexto são necessárias para a compreensão do atual cenário educacional e para a análise das políticas públicas de qualificação profissional, tendo em vista que “o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000, p. 19).

A década de 1990 no Brasil é caracterizada pela efervescência da ideologia neoliberal que busca atender as demandas de organização da sociedade capitalista emergente.

Muitas transformações ocorreram no mundo do trabalho desde então, balizadas pela passagem do taylorismo⁴ e fordismo⁵ aos novos processos produtivos. Levando em consideração que a formação se vincula ao modo de gestão e de organização do mundo da produção podemos compreender as influências destes na educação profissional

⁴ Segundo Frigotto (1995) o Taylorismo além da produção fragmentada, se caracterizou pela transformação do trabalhador em uma máquina programada, cujas funções eram cronometradas.

⁵ Conforme Harvey (2009) o Fordismo é um modelo de produção caracterizado pela linha de produção e a produção em série, de produtos não diferenciados, com padrões rigorosos de tempo.

brasileira que se pauta num tipo de educação utilitarista e pragmática que atenda às necessidades imediatas do capital. Nesse sentido, conforme Kuenzer (1999, p. 126):

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico de formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista- fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pelas necessidades da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho; nesta concepção que fundamentou os cursos de treinamento das empresas e de qualificação profissional das agências formadoras, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não se põe para os trabalhadores.

Para Ramos (2002, p.401), “o conceito de qualificação consolidou-se com o modelo taylorista-fordista de produção, em torno do qual se inscreveram tanto os padrões de formação quanto os de emprego, carreira e remuneração”, demonstrando que a necessidade de educação a partir das demandas do capital é algo que vigora no contexto atual, mas tem suas raízes nos modelos de produção dominantes.

As décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, com impactos severos no campo do trabalho. Então, como reação direta à rigidez do fordismo, nasce um novo modelo que Harvey (2009) denomina “acumulação flexível”, caracterizada pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Junto às novas mudanças e às inovações tecnológicas, surgem mais empregos no “setor de serviços” e regimes de trabalhos mais flexíveis: uso do trabalho em tempo parcial, temporários, subcontratados e autônomos.

O novo modelo de acumulação capitalista, em suma, conforme Duarte (2000, p. 54) baseia-se:

Na mundialização do capital, isto é, na integração dos mercados financeiros mundiais, organizados em blocos econômicos. A “*financeirização*” da economia acentuou o caráter especulativo do capitalismo e a supremacia do capitalismo financeiro sobre o produtivo; No fortalecimento das empresas transnacionais, que operam em várias nações, a partir da fragmentação e dispersão dos processos de produção e da busca das vantagens comparativas proporcionadas pela variedade das formas de contratação da força de trabalho;

Na flexibilização da produção, fundamentada no padrão tecnológico da era da informática, trazendo mudanças na organização do trabalho e da produção;
 Na precarização do trabalho traduzida pelo desemprego estrutural; pela desregulamentação das relações de trabalho; e, pelo aumento da exclusão social.

A influência neoliberal, através da flexibilização na produção de mercadorias, é uma forma “de envolvimento manipulatório levado ao limite, onde o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores no interior das empresas para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital” (ANTUNES, 2010, p. 41).

Para Gramsci (2000), o consentimento é uma forma de cooptação da subjetividade, em que o Estado, como representante da classe dominante, leva todos a crerem numa concepção de mundo como sendo benéfica e necessária a todos, quando na verdade, alguns serão beneficiados em detrimento dos outros. É o que se pode perceber no discurso do Estado e dos empresários quanto à qualificação profissional. Para Faleiros (2009, p.52) “o Estado é uma relação social, [...] um campo de batalha, onde as diferentes frações da burguesia e certos interesses do grupo no poder se defrontam e se conciliam com certos interesses das classes dominadas”.

Dentre os diversos mecanismos utilizados para a conformação dos trabalhadores ao capitalismo, a produção de força de trabalho qualificada por meio da qualificação profissional, se apresenta como elemento essencial à reprodução do capital. Conforme Carvalho (1999, p.4):

A qualificação profissional, na lógica que norteia as relações capitalistas de produção, é meio e não fim. Ela faz parte do processo de valorização do capital, mas não é seu objetivo final. Seria importante para o capital que a força de trabalho já se apresentasse com os requisitos necessários para a produção de mercadorias, preferencialmente, que atendessem às especificidades de cada capital em particular. Em não sendo assim e havendo um custo elevado para a sua produção pelo capital particular, ela tem sido produzida historicamente pelo capital coletivo ou por seu representante, o Estado.

Outra questão relevante que constitui o discurso capitalista é a forma como se associa a cidadania à educação e ao trabalho. Segundo Carvalho (1999, p. 6), “o conceito de cidadania que os capitalistas defendem é aquele que afirma que todos os homens são livres, senhores de si e subordinados a uma igualdade jurídica”. Este

conceito supõe uma igualdade de condições que não ocorre de fato, uma vez que trata a questão da cidadania como se fosse de cunho individual, além de associar a cidadania a lógicas mercadológicas, como o conceito de empregabilidade:

Dessa forma, a defesa que os capitalistas fazem da cidadania nesse momento, com essas características, implica duas considerações: a primeira é o caráter ideológico que assume à medida que a conquista da cidadania torna-se um processo individual e descolado dos movimentos sociais; a segunda é a ressignificação conceitual que realiza, pois parte do pressuposto que cidadão é aquele indivíduo que trabalha ou está em condições de trabalhar. Exclui assim, milhares de pessoas que, por várias razões, não conseguem entrar no mercado de trabalho (CARVALHO, 1999, p. 10).

Nesse sentido, a conquista da cidadania é vista somente sob o enfoque economicista, onde ser cidadão vincula-se à condição de estar empregado. Não bastasse a impossibilidade de empregos a todos, o exercício da cidadania não depende somente da capacidade laboral para o trabalho. A cidadania tem como essência o ser humano político que busca por meio das suas ações a superação das desigualdades e das contradições existentes na sociedade, ou seja, capaz de colaborar no processo de mudança social e na consolidação da democracia.

A cidadania não se efetiva de forma isolada do contexto político social, tampouco se consolida de forma individualista como indicam as políticas para a empregabilidade.

Para entendermos melhor os limites das proposições previstas pelo PRONATEC, abordaremos a seguir as transformações e as novas formas de organização do trabalho mediante a mundialização do capital.

2.2 Algumas transformações do mundo do trabalho e a difusão de novos conceitos na ordem neoliberal

Alves e Antunes (2004) analisam as mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e seus impactos na classe trabalhadora, apontando estratégias do capitalismo que cada vez mais fragmentam a classe trabalhadora e a todos que vendem sua força de trabalho. Os autores enumeram essas mudanças no contexto da mundialização do capital. Assim, o esgotamento do taylorismo/fordismo e a conseqüente diminuição de trabalhadores fabris, cede lugar à reestruturação produtiva e às novas formas de

desregulamentação do trabalho, através da terceirização, subcontratação, informalidade e altos níveis de desemprego.

As novas formas de organização do trabalho em consonância com os interesses do mercado passam a demandar o “trabalhador de novo tipo”, ou seja, aquele capaz de desempenhar várias funções, polivalente, dotado de habilidades e competências, apto a acompanhar as mudanças nas relações de produção. Conforme Kuenzer:

O novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível. Dentre elas, algumas merecem destaque: a capacidade de comunicar-se adequadamente, através do domínio dos códigos e linguagens incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade. (KUENZER, 1999, p. 129).

Nesse contexto, a educação se coloca como instrumento para formação desse novo tipo de trabalhador, preparando-o para enfrentar os desafios do mundo do trabalho de forma mais flexível possível, vendendo sua força de trabalho e se responsabilizando pela sua empregabilidade. Para Kuenzer:

Em absoluta consonância com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as políticas públicas de educação objetivam a contenção do acesso aos níveis mais elevados de ensino para os poucos incluídos respondendo a lógica da polarização; para estes, de fato são asseguradas boas oportunidades educacionais, de modo a viabilizar a formação dos profissionais de novo tipo: dirigentes especialistas, críticos, criativos, e bem sucedidos. Para a grande maioria propostas aligeiradas de formação profissional que independem de educação básica anterior, como forma de viabilizar o acesso a alguma ocupação precarizada, que permita alguma condição de sobrevivência (KUENZER, 1999, p. 132).

Todas essas tendências se fazem sob a égide do capital e se refletem fortemente no mundo do trabalho. Isso acontece devido ao processo de transmutação no qual o homem se coisifica e se estranha no próprio produto que é fruto de seu trabalho. Em outras palavras, a ação do homem para a produção de bens que atendam as suas necessidades (valor de uso) refletem uma etapa do trabalho que integra e integraliza o

homem como ser social e em permanente evolução, dadas suas necessidades de sobrevivência. Assim, o que produz traz consigo a própria imagem do homem que reconhece em seu produto idealizado os esforços intelectuais e físicos (dispêndio de energia) para a concretização de sua ideação. No entanto, ao realizar feitos, atos materializados pelo trabalho que venham a ser expressões de valores de troca, o homem produz a mercadoria não apenas para seu uso ou para atendimento de suas necessidades, mas para atender às expectativas de um mercado que se impõe como avaliador do produto em si, desconectando do objeto seu trabalho, como se obra e criador não tivessem em sua fase criativo-produtiva cordão umbilical, laços produtivos.

Nesse novo contexto, criador e criatura tornam-se elementos distintos, estranhos, perde-se a sociabilidade humanizadora da produção. Eis que o produto ganha o status de mercadoria:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentado-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Chamo a isso de fetichismo⁶, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias (MARX, 2016, p. 94).

Diametralmente, o homem se torna mercadoria. Ordenado e coordenado pelo sentido do mercado, esse novo sujeito deve estar apto a atender as necessidades impostas pelo modo de produção. Nesse sentido, o trabalhador trabalha para produzir, para apenas produzir sem que detenha em seu conhecimento a compreensão de todas as etapas do processo de produção. No atual estágio do capital, não basta a disponibilidade da mão de obra, mas que a própria mão de obra se converta em mercadoria. A força de trabalho é a mercadoria em questão, no entanto, como padrão de qualidade, deve estar apta a se inserir no mercado, deve ser lapidada para a aceitação da imutabilidade do sistema que lhe converte como coisa, deve ter formação suficiente para executar as tarefas que são impostas, deve ter a habilidade para mão de obra, cobrindo as faltas ou

⁶ O Fetichismo é a expressão em Marx (2016) que caracteriza o processo de mercadorização do trabalho e das relações humanas, fazendo com que as relações sociais sejam mediatizadas e expressas através das mercadorias, que dotadas de vida própria, controlam e mantêm o sistema capitalista.

ausências de outro ser convertido em mercadoria, eis aí a ideia perniciosa de polivalente. Nesse último caso, não falamos de capacidade politécnica, mas de estratégia de substituição temporária e flexível para que não haja impedimentos ao processo de produção. Trata-se, pois, de uma falácia que escamoteia a dupla exploração, do trabalho e do trabalhador, que ao se capacitar para multitarefas acaba servindo como mecanismo humano de pressão aos demais “trabalhadores”, uma vez que fica clara a ideia de substituição positiva, ou seja, ninguém é insubstituível.

Justamente nesse campo de pressões sociais reside o risco da capacitação permanente, ou seja, da necessidade contínua de qualificação para o trabalho explorado. O fetichismo do novo milênio não está apenas em adquirir mercadorias e fazer o campo do lucro se concretizar pela circulação das mercadorias, produzidas pela exploração da mais valia. Falamos aqui do fetichismo do homem-mercadoria, do sonho idealizado de ter a formação necessária para seguir ao mercado para se colocar à disposição como mercadoria.

Se a educação, na sociedade capitalista assume uma áurea de redentora e de possibilitadora da mobilidade social, por outro lado acaba convertendo o educando em consumidor. Vejamos, ao adentrar o espaço educacional, o sujeito busca por uma formação que lhe garanta a capacidade de (entre outras possibilidades) adentrar o mercado de trabalho. Assim, o sujeito é o consumidor que busca o produto (mercadoria) educação. Ao final do processo formativo, o consumidor detentor do diploma torna-se mercadoria, estando, pois, disponível ao mercado para ser consumido. Mas, distante de seus sonhos de mercadoria, ele se vê logrado pela ideia de que a sua não empregabilidade é apenas fruto da sua não capacidade adequada às novas exigências de mercado. Resta-lhe, pois, retornar aos programas de capacitação, formação inicial continuada e outros, para adquirir o status de apto ao exercício do trabalho, ou seja, de fato quem é empregado é quem comprova estar mais preparado para ser explorado.

Essa não consciência de formação para exploração é o que caracteriza a educação que tem como único foco o preparo para o trabalho; sem, contudo, possibilitar uma leitura da realidade em sua totalidade discriminatória e dominadora, pois a existência de multidões desempregadas serve apenas como pressão para aceitação da opressão do trabalho devido ao risco de perder o posto onde está colocado.

Quanto ao fetiche do PRONATEC, o que poderíamos dizer? Ao considerarmos que a educação proposta para a inclusão no trabalho e emprego apenas mantém acesas

as ideias de que basta se profissionalizar para melhorar o padrão de vida. Como dito anteriormente, é característica da sociedade classista a exploração e a manutenção do exército de reserva para pressão à subsunção aos ditames da produção. Esse seria um dos lados da política de capacitação profissional. Porém, quando analisamos os investimentos para a formação do trabalhador em sua fase educacional, passamos a questionar seriamente a quem serve essa política: ao governo, para manutenção da ilusão de que a educação salvaria todos de qualquer situação (desde que cada um dos que compõem a massa dos desvalidos faça a sua parte); aos parceiros demandantes (empresariado), que teriam à sua escolha mais mão de obra capacitada; aos destinatários da política, desempregados em geral, para qualificação e conseqüente reinserção ao mercado de trabalho; aos que trabalham para concretização dessa política (sejam servidores públicos ou contratados para trabalharem no PRONATEC). As altas somas orçamentárias e financeiras teriam algo a ver com alguma forma de interesse de continuidade dessa política? Afinal, na sociedade capitalista o que prevalece é o lucro, então quem lucra com o PRONATEC? A quem essa política serve? Mais adiante, trataremos dessa questão, muito embora, seja no sistema privado que há a maior concentração do volume orçamentário e financeiro.

Com relação à predominância fantasmagórica acerca da mercadoria, do sonho de se tornar o homem mercadoria, verificamos também que o fetiche é uma ideologia produzida no interior das relações sociais que carregam em si os estandartes com os slogans da competência e da empregabilidade.

Na lógica da ideologia empresarial e do governo, qualificação, empregabilidade e competência são instrumentos de desenvolvimento dos indivíduos para inserção no mercado de trabalho. Assim, o Estado e os patrões se desresponsabilizam pelas políticas adotadas e transferem aos trabalhadores a “culpa” pelo desemprego, justificados pela modernização tecnológica e organizacional, das exigências do mercado de trabalho, da competitividade e da globalização. Os conteúdos da “empregabilidade” e da “competência” associados ao “novo” trabalhador e às novas formas de organização do trabalho valorizam, exatamente, qualificações individuais tais como: iniciativa, criatividade, capacidade de adaptação, flexibilidade, capacidade de solucionar problemas e lidar com o inesperado, dentre outras (ANTONNIAZZI, 2005, p. 37).

Como nos aponta Rummert e Toledo (2009, p. 9), “além do seu papel compensatório, a educação profissional tem um forte apelo ideológico”, uma vez que justifica os altos índices de desemprego sob a ótica da falta ou da má qualificação do

trabalhador, responsabilizando-o por sua inserção no mercado de trabalho, por meio da difusão do ideal da empregabilidade, quando sabemos que a questão do desemprego é estrutural.

A empregabilidade, para Gentili (2005, p. 52):

É que articula e oferece coerência aos três elementos que poderiam permitir superar a crise do desemprego mediante uma dinamização dos mercados de trabalho: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente.

Assim, competências e empregabilidade se integram, de forma que cada indivíduo é responsável por se capacitar de modo a estar preparado para os desafios do mercado, credenciado a competir individualmente pelos empregos existentes, ou seja, em condições de ser empregável, legitimando, segundo Gentili, “um novo senso comum sobre o conceito de trabalho, emprego, educação e individualidade” (idem). Mesmo que o indivíduo esteja habilitado de conhecimentos necessários, a empregabilidade não significa garantia efetiva de emprego, e “a tese da empregabilidade acaba também com a concepção do emprego e da renda como esferas de direito” (idem, p. 54), cabendo ao indivíduo a responsabilidade de fazer as escolhas certas, que permitam vantagens na competição pela empregabilidade.

Para Rummert (2013), a noção de competências “organiza a pedagogia do capital” e constitui-se atualmente como um dos grandes focos da qualificação, integrado à permanente necessidade de manutenção da ordem hegemônica do capital. Nesse sentido, Faleiros (2009, p. 54) vem explicitar o papel da política social no contexto de uma pedagogia do capital, já que para o autor “a política social possibilita uma gestão ainda que conflitiva, da força de trabalho para que ela se reproduza nas melhores condições para o capital”.

A pedagogia do capital ou pedagogia das competências apresenta-se como uma forma de controle que organiza a vida tanto a nível individual quanto coletivo para atendimento máximo às demandas produtivas. Assim,

A opção por uma pedagogia do conformismo e do autoritarismo, contra as concepções espontaneístas e libertárias, requer portanto para ser seriamente compreendida para além da aspereza das palavras escolhidas por Gramsci que se tenham presentes ao menos estas duas indicações: em primeiro lugar, a dupla distinção entre individualismo irresponsável e individualismo responsável, de um lado, e entre conformismo ou coletivismo imposto e conformismo (ou coletivismo) proposto, do outro; em segundo lugar, a afirmação de que a

universalidade, à qual o indivíduo deve conformar-se, encontra nas relações de produção, a base objetiva que exclui todo arbítrio e casualidade na determinação do conteúdo e do fim educativos. (MANACORDA, 2013, p. 243).

Tais ideologias como empregabilidade, competências e empreendedorismo são difundidas e se estendem à vida social constituindo-se como elementos primordiais a uma verdadeira revolução cultural. Para Gramsci (2000), uma revolução não acontece somente no plano político e econômico, mas também no plano ideológico, implicando mudanças na forma de pensar, na racionalidade dos homens.

A difusão ideológica de que há falta de pessoas qualificadas para ocupação de postos de trabalho existentes sustenta iniciativas do governo de que é “imprescindível” a qualificação dos trabalhadores, como se o fenômeno do desemprego estivesse ligado à falta de qualificação individual e incompetência do trabalhador e não à falta de empregos.

A partir de Gramsci, é possível pensar como os intelectuais vinculados à classe dominante se apropriam e difundem uma direção ideológica capaz de transformar ou reproduzir a sociedade de modo que se mantenha a ordem vigente. Nessa mesma direção Aguiar (2013, p. 437) afirma que,

[...] se para as classes dominantes é fundamental que seus intelectuais saibam ocultar e justificar a realidade, a fim de manter seu status quo, seu *establishment*, para as classes dominadas, é tarefa primordial na luta pela sua libertação, pela conquista hegemônica, desmistificar a realidade e explicitar suas contradições.

Os intelectuais ajudam a entender o projeto dominante, bem como as formas de apropriação da mídia, das escolas e de outros espaços sociais para assegurar a hegemonia da classe dominante. Para Silva (2014), a qualificação profissional é uma estratégia que diferentes governos têm utilizado como intervenção nas sequelas da questão social; como forma de enfrentamento da pobreza e do desemprego e como pauta da agenda do empresariado nacional, representado, por exemplo, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que anuncia a demanda de mão de obra qualificada. O aumento da produtividade e competitividade para as empresas brasileiras, também são justificativas apontadas pelos empresários.

Todas as medidas que foram tomadas no âmbito educacional a partir de 1995, conforme Ferreti (2005), foram propostas com base nas recomendações de organismos

multilaterais e demanda do empresariado e redimensionam o papel do Estado, colocando-o como agente gestor de diretrizes e responsável por avaliar e cobrar resultados, desresponsabilizando-o quanto à garantia dos direitos dos cidadãos. Conforme Lima Filho (2002, p. 276):

A proposta educacional dos organismos internacionais considera que educação, desenvolvimento e mobilidade social formam uma "feliz aliança", capaz de retirar os países de baixa e média renda da condição de atraso, atribuída às deficiências e baixa equidade de seus sistemas educacionais. Efetivamente, o argumento tem um papel nitidamente ideológico cuja finalidade é a ocultação tanto das fontes de subdesenvolvimento, desemprego e pobreza dos países periféricos, quanto dos interesses dos países centrais, no atual estágio das relações sociais capitalistas em âmbito internacional.

Tais reformas, além de produzirem profundas transformações no âmbito econômico, social e cultural, criaram um consenso em torno do sistema educacional brasileiro, como nos aponta Ferreti (2005), trazendo vários benefícios ao capital. O autor enumera as mudanças ocorridas no âmbito educacional e como essas mudanças objetivam alterar a racionalidade da escola e dos indivíduos. Primeiramente, em função do aumento da produtividade das empresas, buscam-se conformar os sujeitos através da valorização do mérito individual, da flexibilidade e da competição como atributos que lhes garantirão a empregabilidade, transferindo-lhe a responsabilidade por sua formação permanente. Em segundo lugar, através do modelo de competências, além dos atributos descritos, os indivíduos são estimulados à cooperação e negociação, com foco nos objetivos da empresa, criando uma identidade de interesses. Por fim, o enfoque nas competências valoriza os conhecimentos que serão úteis ao mundo produtivo em detrimento de uma formação mais geral.

A difusão desses conceitos atende aos interesses da produção e fazem com que o trabalhador se submeta naturalmente a essa nova cultura como se fosse de interesse individual. Nesse sentido, Oliveira (2015, p. 246) salienta que:

As políticas públicas de qualificação profissional ao pautarem-se pelo desenvolvimento de competências laborais, pelo fortalecimento da empregabilidade e pelo objetivo de formar sujeitos empreendedores, reforçam a ideologia da meritocracia, bem como individualizam o enfrentamento ao problema do desemprego, retirando do Estado o compromisso social e político de enfrentamento à lógica desestruturante do capital.

A Educação Profissional no Brasil é marcada por processos contraditórios característicos do sistema capitalista, cuja discussão sobre trabalho e educação se engendram na lógica do capital, apresentando-se como a solução para inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho e contenção do desemprego. Nesse contexto, materializam-se as políticas de qualificação profissional caracterizadas por formações aligeiradas, ligadas às demandas do mercado, tendo como público alvo as pessoas em vulnerabilidade social e pouco escolarizadas.

Isso posto, para uma melhor compreensão das principais políticas de qualificação profissional, desenvolvidas a partir de 1990 no Brasil, abordaremos o Plano Nacional de Qualificação Profissional - PLANFOR, implementado no governo FHC em 1995, o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, implementado no primeiro mandato do governo Lula em 2003 e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, criado em 2011 no governo Dilma Rousseff.

2.3 O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR: período 1995-2002

O PLANFOR é um programa com ações voltadas à qualificação profissional, concebido no governo FHC em 1995 e implementado em diversas regiões do país no ano de 1996. Foi uma política pública coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador⁷ (FAT).

Segundo Kuenzer (2006), o PLANFOR é considerado uma das principais políticas de emprego, sendo parte integrante das políticas públicas de crescimento do país. Os cursos de qualificação que foram ofertados por meio do PLANFOR eram

⁷ Conforme Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT/ MTE (2016), o FAT, lançado sob a Lei nº 8019, em 11 de abril de 1990, é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho - MTb, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. Os recursos do FAT são provenientes de contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Já o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT é definido como um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT. Dentre as funções mais importantes do órgão, estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas. Igualmente importante é o papel que exerce no controle social da execução destas políticas – no qual estão as competências de análise das contas do Fundo, dos relatórios dos executores dos programas apoiados, bem como de fiscalização da administração do FAT. Disponível em: < <http://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/>> Acesso em 02 ago.2016.

caracterizados por curta duração, com a justificativa de atender as demandas do mercado. Inicialmente, contavam com carga horária média de 150 horas, passando posteriormente para 60 horas, o que já revela primazia de aspectos quantitativos sobre os qualitativos.

A consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, foi determinante para formulação de políticas de Educação Profissional, uma vez que ao estruturar a educação brasileira em apenas duas categorias, educação básica e educação superior, traz a educação profissional como um anexo. Nos artigos além de associar a educação profissional à vida produtiva, tendem a reforçar a dualidade do ensino, pela desarticulação com a educação básica. Tal característica da educação profissional ganha ênfase com a promulgação do Decreto n. 2.208/97 “que dissolve a relação entre educação geral e formação profissional no interior do sistema escolar, adotando um modelo conservador, que desarticula estas modalidades” (KUENZER, 1999, p. 134).

Cabe ressaltar que, apesar da promulgação do Decreto n. 5.154/2004 que retoma a possibilidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o decreto mantém as formas de oferta das modalidades concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio. Por meio da Lei n. 11.741/2008, essas alterações passam a compor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O PLANFOR, assim como outros programas de Educação Profissional da era FHC, tiveram como alicerce o Decreto n. 2.208/97, que como assinala Kuenzer (2006, p. 887), “atendendo ao acordo realizado entre o Ministério da Educação – MEC e o Banco Mundial, teve como principal objetivo a separação do ensino médio e a Educação Profissional”, oficializando a dicotomia e corroborando com a dualidade do ensino no Brasil. Afirma a autora que:

O Decreto 2.208/97, articulado às políticas de restrição de financiamento para o ensino superior e para a geração de ciência e tecnologia, fornece a legalidade para a retirada do Estado, nos níveis federal e estadual, do cenário da qualificação profissional, agora objeto de outro sistema, o de Educação Profissional, financiado com recursos do FAT, dos agentes financeiros internacionais, particularmente Banco Mundial (BID), Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e dos agentes privados, (Sistema S, empresas e instituições privadas *strictu sensu*) (KUENZER, 1999, p. 138).

Para Peixoto (2008), o PLANFOR seguiu uma tendência do cenário internacional tendo como principais justificativas a nova configuração do mundo do trabalho, a globalização, a contenção do desemprego, o enfrentamento da pobreza e a ampliação da inclusão social dos trabalhadores.

A década de 1990 no Brasil, como aponta Rummert e Toledo (2009), foi marcada pela chamada Reforma do Estado⁸, com o “enxugamento” dos gastos públicos e a privatização de instituições estatais, bem como a terceirização de serviços públicos essenciais. O programa de reformas dentro do marco de um governo democrático pressupõe a redefinição das relações entre Estado e sociedade. A articulação de ações de qualificação profissional, entretanto, faz parte das reformas neoliberais, cuja conjuntura era de privatização, descentralização, mercantilização dos bens públicos e desregulamentação das barreiras legais de importação. Faleiros (2009, p. 187) enfatiza que:

As reformas neoliberais têm propósitos e mecanismos semelhantes em todo mundo, embora, em cada país, haja reações e arranjos diferentes. O propósito é o de mudar a estruturação do sistema de bem-estar social com a diminuição do papel do Estado e, principalmente, da garantia de direitos sociais, e a inserção dos dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do mercado.

As políticas do governo FHC foram embasadas e orientadas pelo discurso de que a abertura para os mercados internacionais era fundamental para se alcançar a modernidade e preparar para a chegada do novo século. A meta era estabilizar a economia e buscar competitividade internacional para a indústria brasileira. Como aponta Jorge (2009, p. 18):

As estratégias usadas foram a promoção de uma intensa privatização das empresas públicas, centrando-se também no ajuste fiscal, na redução do tamanho do Estado e dos benefícios da previdência, procurando aprofundar a inserção subordinada da economia ao capital internacional.

⁸ O ano de 1995 é marcado por um programa de reformas proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que, dentro do marco de um governo democrático, pressupõe a redefinição das relações entre Estado e sociedade. Neste contexto, criou-se o Conselho de Reforma do Estado, inspirado na experiência japonesa da década de 1980 de formação da comissão de trabalho integrada por representantes da sociedade civil e do setor privado, notadamente industriais, acadêmicos etc., orientados no sentido da formação de consensos com vistas a implementação da reforma administrativa japonesa (BRASIL, 1997).

Nesse contexto de profundas mudanças e redefinições do papel do Estado brasileiro e contenção de políticas sociais voltadas ao atendimento das demandas populares, o argumento da necessidade de qualificação profissional ganha força com base no discurso de que os trabalhadores deveriam se preparar frente ao mundo globalizado para as novas formas de ocupação no mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva:

A definição de uma nova institucionalidade para a formação profissional, promovida por esse programa, foi fundamental para a proposição de ações dos sindicatos voltadas para a educação profissional, uma vez que lhes facilitou o acesso a verbas. Na verdade a participação das centrais sindicais no CODEFAT (Conselho Deliberativo do FAT) instituiu uma disputa dessas entidades entre si e com outras, como as pertencentes ao “Sistema S”, ONGs, instituições privadas, etc., pelos recursos do FAT alocados ao PLANFOR (FERRETI, 2005, p. 106).

É importante ressaltar também, segundo Jorge (2009, p. 20), “que a criação do FAT foi a grande inovação institucional que efetivamente constituiu-se em um primeiro passo para a construção de um verdadeiro sistema público de emprego no Brasil”, fato que possibilitou a organização de um arranjo institucional com o objetivo de dar suporte à população em vulnerabilidade social e aos desempregados, além de viabilizar em larga escala os cursos de qualificação profissional.

Conforme a resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador- CODEFAT 194/1998, em seu artigo 2º, o objetivo do PLANFOR seria construir a oferta de educação profissional (EP), com foco na demanda do mercado de trabalho, qualificar ou requalificar pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, maior de 14 anos, para elevação de produtividade, competitividade, renda, emprego e permanência no mercado de trabalho.

Para Cêa (2006, p. 408), o PLANFOR se integra como “estratégia de qualificação em massa da força de trabalho, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades para ampliação das condições de empregabilidade”, além de estar ligado, conforme a autora, por “fios invisíveis” que atuam como instrumento de regulação social num “momento de redefinição e aprimoramento da hegemonia econômica e política do capitalismo” (idem, p. 412).

As ações desenvolvidas por meio da qualificação profissional proposta pelo PLANFOR fazem parte de um conjunto de medidas que naturalizam e legitimam a

destinação de fundos públicos para a instância privada, possibilitando maior participação desta na educação dos trabalhadores. Ou seja, privatização, descentralização e a construção de uma nova direção ideológica voltada às determinações do mercado. Para Cêa (2006), o PLANFOR

[...] operou como instrumento da regulação social do Estado neoliberal, visando, pelo menos, a dois intentos: integrar e potencializar a reforma do Estado brasileiro na perspectiva gerencial e legitimar a destinação do fundo público como fomento para investir nas condições de reprodução e acumulação do capital (CÊA, 2006, p. 422).

Dentre os objetivos do PLANFOR, é relevante também destacar que na resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador- CODEFAT n. 194, de setembro de 1998, em seu artigo 5º, são definidos os tipos de habilidades que deveriam ser desenvolvidas através dos cursos, dentre outras ações. A proposta era desenvolver habilidades básicas, habilidades específicas e habilidades de gestão, necessárias ao novo modelo de desenvolvimento econômico, com o objetivo de formar o novo “trabalhador e cidadão moderno”, polivalente, capaz de se inserir no processo produtivo ou até mesmo criar sua ocupação. Essas habilidades são:

- a) habilidades básicas – competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades;
- b) habilidades específicas – competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações;
- c) habilidades de gestão – competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo (BRASIL, 1998).

O desenvolvimento dessas habilidades, para além do conhecimento profissional, segundo Antoniazzi (2005, p. 38), aponta para a ideologia da empregabilidade, através da valorização de “qualificações individuais tais como: iniciativa, criatividade, capacidade de adaptação, flexibilidade, capacidade de solucionar problemas e lidar com o inesperado, dentre outras”.

Assim, todos aqueles que adquirirem habilidades e competências que viabilizem sua inserção no mercado de trabalho, mesmo que na informalidade ou nas diversas formas precarizadas de trabalho, enquadram-se no novo perfil de trabalhador exigido pelo modelo produtivo vigente. Dessa forma,

O objetivo da qualificação para a **empregabilidade** não é integrar a todos, mas apenas aqueles que adquirirem “habilidades básicas” que geram “competências” reconhecidas pelo mercado e não mais para garantir um posto de trabalho e ascensão em uma determinada carreira, mas à **empregabilidade**. Esse ideário (novas habilidades de conhecimentos, de valores e de gestão), apaga do horizonte da educação e formação profissional o direito subjetivo de todos. A educação transforma-se em serviços ou bens a serem adquiridos para competir no mercado produtivo (ANTONIAZZI, 2005, p.130, grifos da autora).

A competitividade é outra palavra de ordem no mercado de trabalho, que seleciona aqueles que possuem mais habilidades e competências, os mais bem preparados para os novos postos de trabalho.

Com isso, a concepção de educação profissional revestida da ideologia de que não há falta de empregos, mas sim de pessoas qualificadas, retomam a teoria do capital humano, como se educação e emprego se estabelecessem de forma linear. Assim, o conceito de empregabilidade é facilmente incorporado como a solução para a crise do desemprego estrutural e outros problemas sociais, o que foi essencial para a construção de um consenso em torno da qualificação profissional.

Castioni (2002) não deixa dúvida quanto ao papel estratégico que teve o PLANFOR na dissimulação de novos conceitos na educação, principalmente quando se fala em competências, habilidades e empregabilidade, conceitos chave para o sucesso desse plano, que além de uma conjuntura favorável, financiada pelos recursos do FAT, contou também com o apoio de centrais sindicais, fator essencial para que a difusão e a reprodução desses conceitos ocorressem com tanto êxito.

Assim, quanto à avaliação do PLANFOR, Kuenzer (2006, p. 889) assinala que:

As avaliações externas mostraram que, além do mau uso dos recursos públicos, caracterizou-se pela baixa qualidade e baixa efetividade social, resultante de precária articulação com as políticas de geração de emprego e renda, desarticulação das políticas de educação, reduzidos mecanismos de controle social e de participação no planejamento e na gestão dos programas e ênfase em cursos de curta duração focados no desenvolvimento de habilidades específicas.

Os estudos de Antoniazzi (2005) se pautam na análise do PLANFOR/BA, entretanto, revelam também que o PLANFOR foi uma política focalizada, dirigida a um determinado público, geralmente trabalhadores pobres, através da oferta dos cursos de curta duração, com foco no mercado de trabalho, não se caracterizando como uma política de pleno emprego, apenas possibilitou ao trabalhador sua inserção no mercado de trabalho informal e precarizado.

Ao realizar uma análise sobre os planos de qualificação profissional no Brasil, Peixoto (2008) conclui que o PLANFOR e o Plano Nacional de Qualificação PNQ, que será abordado adiante, possuem limitações e fazem parte do projeto hegemônico do capital:

[...] o PLANFOR e o PNQ colocam-se como um elemento estratégico do Estado de alcance e eficácia limitados pelas próprias condições do contexto brasileiro e do ideário neoliberal. Assim, as ações de qualificação desenvolvidas pelos Planos transformaram-se em uma extensão da rotina de formação profissional em massa e um atestado da permanência do custeio público para reprodução da força de trabalho, em que a formação está direcionada para o desenvolvimento do trabalho subalterno no processo de produção (PEIXOTO, 2008, p. 125).

As análises do PLANFOR realizadas por Antoniazzi (2005) e Peixoto (2008) trazem aspectos relevantes para que se faça a crítica necessária às lacunas encontradas nas políticas de qualificação profissional como o PLANFOR, possibilitando desmistificar e refletir sobre as relações que estas guardam com as políticas de qualificação profissional posteriores como o PNQ e atualmente o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC, objeto de estudo dessa pesquisa.

2.4 A Qualificação Profissional proposta pelo Plano Nacional de Qualificação- PNQ: período 2003-2007

Diante das críticas de ineficiência do PLANFOR e seu término em 2002, surge então o Plano Nacional de Qualificação- PNQ, criado em 2003. Dentre as principais críticas, lacunas e inconsistências encontradas no PLANFOR, destacam-se:

- pouca integração entre a Política Pública de Qualificação Profissional e as demais Políticas Públicas Trabalho e Renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão-de-obra, produção de informações sobre o mercado de trabalho, etc.);
- desarticulação desta em relação às Políticas Públicas de Educação;

- fragilidades das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho – CETs e CMTs, como espaços capazes de garantir uma participação efetiva da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das Políticas Públicas de Qualificação;
- baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional, que reserva ao Estado, por meio do MTE, o papel de apenas definir orientações gerais e de financiamento do Plano Nacional de Qualificação, executado integralmente por meio de convênios com terceiros;
- ênfase do PLANFOR nos cursos de curta duração, voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas”, comprometendo com isso uma ação educativa de caráter mais integral;
- fragilidades e deficiências no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do PLANFOR (BRASIL, 2003a, p. 19).

O PNQ trata-se de um programa integrante do Plano Plurianual – PPA (2004-2007), do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja concepção coaduna com os discursos do seu governo na busca de ações políticas de transformação da sociedade. Diferentemente do PLANFOR que era centrado no mercado de trabalho, o PNQ possui foco na noção de trabalho como meio de geração de renda, concebida como uma política de qualificação profissional e social.

O PNQ parte da ênfase no desenvolvimento econômico e social através do crescimento e expansão do mercado de consumo de massa e da incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor. A forte ênfase à noção de empregabilidade dá lugar à necessidade de criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda. Chama a atenção o fato de que a criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda, dentre elas cooperativas, associações e outras modalidades de trabalho autogestionado, são abordadas nos cursos do PNQ como um módulo específico de formação (JORGE, 2009, p. 33).

A nova proposta do PNQ se baseia em três grandes objetivos que o diferenciam da política de qualificação profissional anterior: “inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia” (BRASIL, 2003a, p. 17).

Assim, com o objetivo de se estabelecer como uma nova política de qualificação, diferente do PLANFOR e pautada no PPA 2004-2007, o PNQ se fundamenta em um conjunto de seis dimensões centrais (BRASIL, 2003a):

No campo político: a qualificação profissional passa a ser concebida como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável;

Na esfera ética: o principal objetivo é garantir transparência no uso e administração dos recursos públicos;

No âmbito conceitual: a qualificação profissional terá como base trabalho, educação e desenvolvimento, valorização dos saberes socialmente produzidos e predomínio de concepções como: educação integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; promoção da emancipação (na perspectiva de sua consolidação como cidadãos plenos);

No aspecto pedagógico: propõe-se estender a carga horária dos cursos para uma média de 200 horas; priorizar a integração da educação básica com a educação profissional, além de investir na formação de gestores e formadores;

Na dimensão institucional: é uma forma de se estabelecer o nexo entre as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda com outras políticas públicas;

No âmbito operacional: estabelece a instituição de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos.

As dimensões em que esse novo plano é concebido buscam a promoção da qualificação profissional na perspectiva dos direitos sociais integrada ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à efetivação da cidadania.

Conforme artigo 2º da Resolução n. 333/2003 do CODEFAT, o PNQ em conjunto com outras políticas, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, visando contribuir para: a formação integral; redução dos níveis de desemprego e subemprego; elevação de escolaridade dos trabalhadores; inclusão social; redução da pobreza e da vulnerabilidade das populações; aumento da probabilidade de permanência no mercado e da produtividade e contribuição para efetividade de um Sistema Nacional de Formação Profissional articulado ao Sistema Educacional e Sistema Público de Emprego.

Para Oliveira (2011), o discurso de cunho integrador no qual se apoiam políticas como o PLANFOR, o PNQ e outros programas governamentais acabam por reforçar uma “pseudoinclusão”, apropriando-se de conceitos mais humanos como cidadania, inclusão social e redução da pobreza, camufla-se a lógica capitalista e oculta o papel do Estado como indutor e mediador do processo de reprodução do capital. As políticas sociais seriam uma forma de atender os imperativos das novas formas de produção, apropriando-se da qualificação profissional para formação de força de trabalho qualificada. O autor postula em seu estudo que:

A política de qualificação profissional está no coração do aprimoramento da força de trabalho, e que a ela se acoplam, reciprocamente, mudanças institucionais- jurídicas, políticas, sociais e

econômicas. Estas mudanças tendem a mercantilizar a educação e seu potencial emancipador, servindo de mecanismos que contribuem com o processo de exploração do trabalho humano (OLIVEIRA, 2011, p. 27).

O PNQ, principal política de qualificação profissional do governo Lula, não deixou de ser caracterizado por programas focais voltados para formação para o mercado de trabalho, sem nenhuma integração com a formação geral. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), as políticas de Educação Profissional no governo Lula avançaram, mas de forma contraditória, apesar dos discursos serem favoráveis à integração de formação básica e profissional. Partindo da revogação do Decreto nº 2.208/1997 do governo anterior, são lançados programas focais e contingentes como: Escola de Fábrica⁹, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA)¹⁰, e Inclusão de Jovens (PROJOVEM)¹¹.

As contradições trazidas por esses programas acabam por reforçar a lógica de formação de mão de obra para o desenvolvimento econômico de forma interdependente da formação geral.

Dessa forma, mesmo pautado em argumentos de que todas as suas ações seriam contra as políticas neoliberais, o governo Lula abandona esse discurso, como afirma Freitas (2007), e cede espaço à política econômica neoliberal, na qual as políticas sociais, que antes pareciam ser o caminho para a superação da pobreza, passam a ser alvo de críticas, devido ao seu caráter compensatório e à forma como eram realizadas, tendo sempre como pano de fundo o mercado financeiro.

Em suma, a opção do governo Lula pela política econômica neoliberal, pela continuidade da política de FHC, foi sendo, durante o seu mandato, motivo de muitas críticas. A vulnerabilidade externa do Brasil permaneceu alta, sobretudo porque o país seguiu a receita do FMI e escolheu não estabelecer o controle dos fluxos de capital. Para

⁹ Programa Escola de Fábrica: Implementado em 2005, trata-se de um modelo restrito à aprendizagem profissional, com cursos de carga horária mínima de 600 horas, destinado à formação profissional inicial de jovens entre 16 e 24 anos, matriculados na educação básica, cujas famílias tenham renda per capita de até um salário mínimo. Através de parcerias com empresas, ONGs, e instituições públicas responsáveis por todo o curso, bem como as propostas curriculares e certificação dos alunos (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005).

¹⁰ Decreto n. 5478/2005: Prevê a formação profissional integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA, podendo ocorrer como Formação Inicial Continuada ou habilitação técnica de forma desarticulada e de forma independente, tal como está previsto no Parecer n. 39/2004 e na Resolução CNE n. 01/2005 (idem).

¹¹ PROJOVEM: Destinado à formação de jovens de 18 a 24 anos, sem vínculo empregatício, que não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental, mas que tenham concluído a quarta série, através de cursos com carga horária de 1600 horas, distribuídas em 12 meses e 5 horas por dia (idem).

satisfação dos investidores financeiros e risco da maioria do povo brasileiro (FREITAS, 2007, p. 67).

Assim, o que se tem de fato, com a consolidação das políticas de qualificação profissional, tanto no Governo Fernando Henrique quanto no Governo Lula, é possível perceber a partir dos estudos de Kuenzer (2006), são continuidades de políticas de educação profissional minimalistas que legitimam a formação precarizada por meio de estratégias e dimensões pedagógicas que atendam ao regime de acumulação, cujas formações se fundamentam na flexibilidade, polivalência e empreendedorismo, buscando forjar a inclusão dos trabalhadores em trabalhos precarizados. A oferta de uma qualificação precarizada presente nas políticas de qualificação profissional, em detrimento de uma formação mais geral, só tende a reforçar o dualismo educacional e excluir cada vez mais os pobres que dela dependem para se inserirem no mercado de trabalho. Complementando o pensamento de Kuenzer (2006), Oliveira (2015, p. 258) assinala que:

O privilegiamento de uma formação mais pragmática, em detrimento de uma formação mais complexa, é proposital. Semelhantemente a outros programas governamentais, busca-se a mínima formação necessária para esses trabalhadores inserirem-se no mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades do capital para a realização de tarefas de pouca complexidade, mas fundamentais ao processo geral de produção capitalista e de acumulação do capital.

As características das políticas de qualificação profissional descritas até aqui permitem-nos perceber que apesar de pautados em discursos hegemônicos de empregabilidade, empreendedorismo e inclusão, promovem o que Oliveira (2015) denomina de “pseudoformação profissional” que não garante um emprego e são funcionais para a conformação dos trabalhadores em postos precarizados.

Ademais, sabemos que a crise do desemprego é um problema de ordem estrutural do sistema capitalista. Assim, a qualificação profissional não é determinante para cessar o desemprego, inclusive porque o desemprego é produto da própria lógica do capital, sendo útil aos processos de exploração.

Em suma, percebemos que as políticas de formação profissional, tanto do governo Fernando Henrique Cardoso quanto do governo Lula, seguem as mesmas tendências, como menciona Frigotto (2008, p.526):

Como não houve alterações efetivas no plano estrutural das relações sociais e nas políticas do denominado ajuste das economias do capitalismo dependente à nova (des) ordem da mundialização do capital, as diferenças mais significativas entre os governos de Cardoso e Lula, em termos de políticas de educação e de formação profissional, são a maior universalização das políticas focais de inclusão precária e a articulação de alguns programas antes isolados.

Em continuidade às ações iniciadas no governo Lula (2003-2010), o governo Dilma (2011-2016), ancorado no discurso da ampliação da oferta da formação profissional e na melhoria da qualidade educacional, lança o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC.

2.5 PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC é um programa criado no governo Dilma Rousseff (2011-2016), para ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, cujos objetivos, conforme art. 1º da sua lei de criação 12.513/2011 são:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, 2011)

O PRONATEC, apesar de inaugurado em 2011, é fruto de um conjunto de ações que vinham sendo tratadas nos discursos do governo Lula desde 2003, como: a retomada do crescimento econômico e a escassez de mão de obra qualificada; seu compromisso com a inclusão de segmentos marginalizados da sociedade e o fortalecimento do mundo do trabalho.

Cassiolato e Garcia (2014) contextualizam os diversos fatores que foram favoráveis à instituição do PRONATEC. Dentre estes, destacam-se: o considerável crescimento econômico registrado no Brasil a partir do ano de 2004 que provocou nos

anos 2006 a 2007 a diminuição das taxas de desemprego e um prenúncio de falta de mão-de-obra qualificada; o lançamento de um conjunto de projetos, inclusive infraestruturais, por meio do Programa Aceleração do Crescimento (PAC); uma forte pressão no interior do governo Lula pela revogação do Decreto nº 2.208/1997, que além de separar o ensino médio do ensino profissional, efetivou a criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)¹² que proibia a expansão da rede federal e proporcionava a expansão da Rede de Educação Profissional, através do investimento de recursos do MEC, MTE e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na rede estadual, municipal e na iniciativa privada.

Com a revogação do Decreto nº 2.208/1997 e a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, surgem novas orientações para a educação profissional e tecnológica, através da retomada da possibilidade da oferta de Ensino Técnico Subsequente, para os concluintes do Ensino Médio; Concomitante, para quem esteja cursando o Ensino Médio, ou Integrado ao Ensino Médio, para os concluintes do Ensino Fundamental. A LDB, a partir da Lei nº 11.741/2008, incorporou essas novas possibilidades de oferta da educação profissional.

A nova organização da educação profissional favoreceu o compartilhamento da gestão dessa modalidade de ensino pelo setor privado, assim como o aligeiramento da formação e a transferência de recursos públicos para a esfera privada. Para Lima (2012), o governo Lula, além de dar continuidade à política de seu antecessor, favoreceu a entrada do mercado financeiro na educação.

Devemos observar que o governo Lula, ao contrário do governo de Fernando Henrique, mascarou esses aspectos que favoreciam os negócios privados na área da educação profissional, a ênfase nos estudos do decreto 5154/04 é sempre dada ao retorno da rearticulação do ensino médio com o ensino técnico e da ampliação da rede federal (mas a precarização da ampliação da rede é quase sempre omitida). Esquece-se, portanto, as brechas que acobertam o aligeiramento e as reduções de custos que facilitam a atuação do setor privado (LIMA, 2012, p. 9).

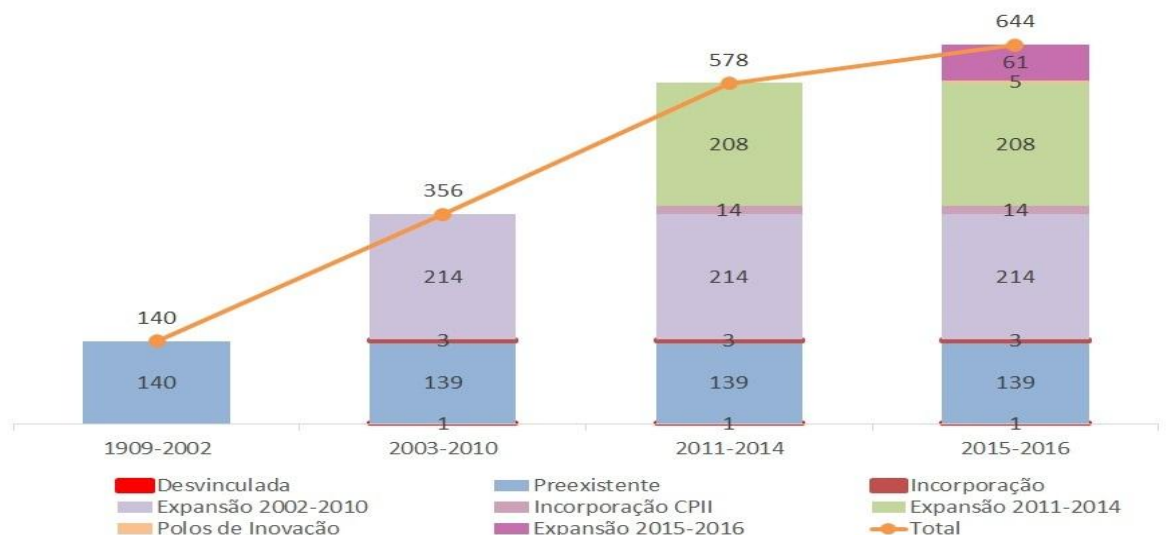
¹² “PROEP e PLANFOR constituem as duas principais políticas do governo FHC de formação de trabalhadores e de intervenção no âmbito educacional” (LIMA FILHO, 2002, p. 273). Conforme, o autor, o PROEP, além de ser um programa de expansão e reestruturação de instituições de ensino técnico-profissional, submete-se às condições do BID, ao separar ensino propedêutico do ensino técnico e no estabelecimento de parcerias com a esfera privada, que compartilha a gestão da formação profissional.

Através da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, a educação profissional é redimensionada, com a alteração da redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB/1996. Conforme o parágrafo 1º do art. 39, “os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino”. Os cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) ou qualificação profissional fazem parte das ofertas de educação profissional e tecnológica.

A expansão da Rede Federal representa outra mudança relevante, dada pela aprovação da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O sistema federal de ensino abrange além dos IFs, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) e os Centros Federais de Educação Tecnológica CEFETs (Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Dessa forma, são notáveis os avanços que ocorreram em relação à expansão da rede federal no governo Lula e Dilma. No período entre 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas e nos anos de 2003 a 2016 mais de 500 unidades de ensino foram criadas, totalizando 644 campi colocados em atividade como demonstra a figura 1.

Figura 1: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica¹³ (2016)

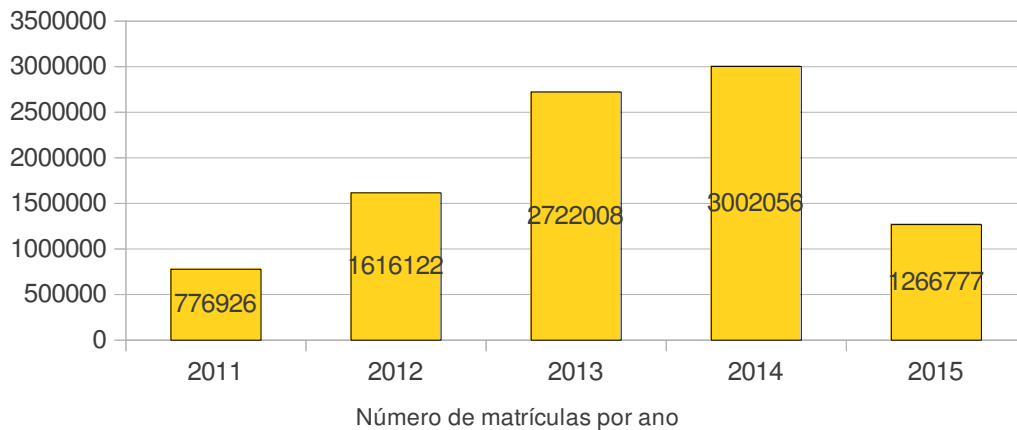
¹³ Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), segundo Pacheco e Morigi (2012), teve um papel estratégico no governo Lula, motivo pelo qual será aprofundada mais adiante, devido a suas articulações com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social. No governo Dilma Rousseff, o que se percebeu foi uma continuidade das ações de expansão da educação profissional iniciadas no governo Lula, acompanhada, no entanto, de maior ênfase no discurso do aumento da oferta de vagas na educação profissional que se estabeleceu por meio do PRONATEC.

Nesse sentido, Cassiolato e Garcia (2014) descrevem bem o caminho de tramitação do Projeto de Lei n. 1.209/2011- PL do PRONATEC, cuja finalidade era dar continuidade à expansão da educação profissional. O PL do PRONATEC foi encaminhado pela então presidente Dilma Rousseff à Câmara dos Deputados em 28 de abril de 2011, e após leitura em plenário, foi repassado às comissões de trabalho em caráter de urgência. O cenário era favorável à aprovação do PL do PRONATEC, uma vez que este estava na esteira de outras leis de ampliação ao acesso à educação profissional (expansão da rede federal que teve início em 2005) e já encontrava certo consenso nacional produzido pela mídia quanto à necessidade de se ofertar cursos profissionalizantes gratuitos aos trabalhadores e estudantes pobres.

Neste contexto, Cassiolato e Garcia (2014) destacam também que o crescimento econômico registrado desde 2006, o aumento da formalização das relações de trabalho, a diminuição do desemprego, a expansão de alguns setores como os de serviços e o apelo do empresariado por profissionais qualificados também foram fortes argumentos que influenciaram a celeridade da aprovação do PL do PRONATEC.

Assim, como resposta à demanda do mercado por formação técnica e profissional, o governo federal lança o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC em 26 de outubro de 2011, promulgado pela Lei 12.513, prevendo um conjunto de ações que visavam democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica EPT de qualidade (BRASIL, 2012). O gráfico 1 demonstra a evolução das matrículas do PRONATEC a partir do ano de 2011 a 2015, sendo que dos 9,4 milhões de matrículas, 32% são referentes as matrículas nos cursos técnicos e 62%, as matrículas nos cursos de qualificação profissional de trabalhadores.

Gráfico 1: Evolução das matrículas PRONATEC 2011-2015 no Brasil: 9,4 milhões de matrículas

Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016apresentacao-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192

O PRONATEC destina-se prioritariamente a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Os programas e projetos agregados ao PRONATEC abrangem várias iniciativas, cujas ações visam o aumento e a expansão de vagas na rede federal de educação profissional e tecnológica; nas redes estaduais de educação profissional e nos serviços nacionais de aprendizagem, Sistema S¹⁴.

O PRONATEC é resultado do estabelecimento de várias parcerias e ações para a democratização do acesso à educação profissional, contando para isso, segundo portal do MEC (2016)¹⁵, com:

¹⁴ Fundado pelo então presidente Getúlio Vargas nos anos de 1940, o Sistema S é composto pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que agregam características similares de organização, além de possuírem raízes comuns. Compõem o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>> Acesso em: 10 set. 2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/pronatec-2016>> Acesso em: 12 set. 2016.

Quinze Ministérios parceiros demandantes¹⁶; Todas as secretarias estaduais de educação, que atuam como demandantes e ofertantes; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Sistema S – SENAI, SENAC, SENAR e SENAT; Redes estaduais, distrital, municipais e fundações públicas especializadas em EPT.

O regime de colaboração estabelecido pela União com os Estados, Municípios e com as instituições públicas e privadas, sob a ótica de um Gestor da SETEC/MEC seria um ponto positivo para o êxito do programa, tendo em vista que as instituições ofertantes fazem parte de redes com experiência na formação profissional que passam a atuar sob a coordenação da SETEC/MEC, diferentemente de políticas de qualificação profissional anteriores, implementadas pelo MTE, cujas ações se davam de forma isolada. No texto de Cassiolato e Garcia (2014, p. 35) encontramos a fala do gestor:

No governo Dilma, houve a constatação de que não se poderia depender apenas da expansão da rede federal e de que os programas de qualificação profissionais até então existentes não alcançaram êxito (Planfor, PNQ) por serem pulverizados e de qualidade duvidosa, daí o PRONATEC surge como uma solução para atender a demanda por toda a qualificação profissional e de expansão da rede. No que se

¹⁶ São parceiros demandantes do Pronatec/Bolsa-Formação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério das Comunicações (MC), Ministério da Defesa (MD), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Turismo (MTUR), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e todas as Secretarias Estaduais de Educação. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/2142/A%20BolsaForma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pronatec.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 10 set. 2016.

Já em relação ao papel da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), conforme a Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE nº 04 de 16/03/12, art. 5º, I - à SETEC/MEC, cabe: a) regulamentar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no âmbito da Bolsa-Formação por intermédio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada; b) coordenar o desenvolvimento, a atualização e a manutenção do SISTEC como instrumento de gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação, em colaboração com o FNDE; c) cooperar com os parceiros demandantes, apoiando sua articulação com os parceiros ofertantes; d) monitorar e avaliar a execução dos cursos e o cumprimento da pactuação por parte dos parceiros ofertantes; e) definir o valor da hora-aluno, base de cálculo para o montante a ser transferido a cada parceiro ofertante, de forma a adequar-se aos custos médios da educação profissional e tecnológica em seus diversos eixos tecnológicos e modalidades, conforme o § 5º do art. 6º da Lei nº 12.513/2011; f) prestar assistência técnica aos parceiros ofertantes e demandantes, bem como ao FNDE; g) calcular o montante de recursos financeiros a ser descentralizado a cada parceiro ofertante, considerando para tanto a necessidade de destinação de no mínimo 30% dos recursos para as Regiões Norte e Nordeste, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 12.513/2011; h) solicitar oficialmente ao FNDE a efetivação das descentralizações de recursos para a Bolsa-Formação, indicando os valores a serem repassados às instituições da Rede Federal de EPCT; i) emitir parecer conclusivo sobre os relatórios exigidos pela resolução do FNDE em vigor referente à descentralização de créditos orçamentários; j) dar publicidade aos atos relativos ao programa; e k) informar tempestivamente ao FNDE a ocorrência de qualquer anormalidade na execução do programa.

refere à oferta, o grande mérito do PRONATEC é conseguir estruturar um extenso sistema de ofertantes, por meio de redes públicas e privadas (Sistema S) e de escolas técnicas estaduais que têm tradição na formação profissional- que são redes que podem ser gerenciadas.

Dentre o conjunto de ações desenvolvidas pelo PRONATEC, conforme o site do Ministério da Educação (MEC)¹⁷, destacam-se: a) A expansão da rede federal iniciada em 2005, com o governo Lula, com a implantação de campus de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos diversos estados brasileiros, com estrutura multicampi e pluricurricular, especializadas na oferta de cursos técnicos, tecnólogos, formação inicial e continuada, licenciaturas, graduações e pós graduações; b) A Rede E-Tec Brasil viabiliza a educação profissional à distância, possibilitando a oferta gratuita de cursos técnicos ou de qualificação profissional na modalidade de educação à distância (EAD) nos diversos pólos espalhados pelo Brasil, sob a coordenação da SETEC/MEC; c) O Programa Brasil Profissionalizado, instituído com o Decreto nº 6.302/2007, propõe a parceria do Governo Federal com os Estados através da ampliação da oferta de educação profissional na rede pública estadual de ensino; d) FIES Técnico e Empresa: o FIES Técnico possibilita o financiamento de cursos técnicos, FIC ou de qualificação profissional em instituições de ensino técnico privadas ou nos sistemas nacionais de aprendizagem. Já o FIES Empresa tem como objetivo o financiamento de cursos FIC, podendo ser realizado por trabalhadores na própria empresa; e) Acordo de Gratuidade com o Sistema S: instituído através do decreto nº 6.633/2008 no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), garante a gratuidade de cursos de formação profissional a estudantes e trabalhadores de baixa renda no Sistema S, com recursos públicos. O acordo prevê que o SENAI, SENAC, SESC e SESI passem a aplicar os recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos gratuitos de formação profissional; f) A Bolsa-Formação Estudante e a Bolsa-Formação Trabalhador são consideradas a inovação do PRONATEC. Conforme, art. 4º da Lei 12.513/2011, §1º e §2º, a Bolsa- Formação Estudante se destina a estudantes do ensino médio público na forma concomitante. Os cursos técnicos ofertados contam com carga horária igual ou superior a 800 horas. No caso da Bolsa-Formação Trabalhador, o público atendido serão os trabalhadores e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda, através da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação

¹⁷ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>> Acesso em 14 set. 2016.

profissional, através de cursos com no mínimo 160 horas, nas mais diversas áreas, cuja referência é o Guia de Cursos FIC¹⁸ do PRONATEC.

Além dessas ações, o PRONATEC agrega outros subprogramas, modalidades e diferentes tipos de beneficiários como: estudantes do ensino médio da rede pública, jovens e adolescentes em medida socioeducativa, trabalhadores, beneficiários do seguro desemprego, cadastrados no CAD Único¹⁹, mulheres em vulnerabilidade social, jovens que participam do ProJovem Trabalhador e outros. Para Faleiros (2009, p. 62) “esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e caracteriza como tal”.

Outro ponto relevante já apontado por pesquisadores como Grabowski (2013) e Godoi (2014) são as parcerias público-privadas estabelecidas pelo programa e sua ênfase na dualidade estrutural do ensino. A privatização dessa formação, assim como sua fragmentação, vem sendo muito criticada por esses e outros pesquisadores da área educacional, como sendo um projeto que não resolve o problema de formação de mão de obra e nem colabora para o aumento da escolaridade dos trabalhadores, uma vez que o foco do PRONATEC vem sendo os cursos de curta duração.

Grabowski, em entrevista à Revista Carta Capital em 2013²⁰, enfatiza sua preocupação com a estruturação do PRONATEC e com o fortalecimento e a autonomia dada ao Sistema S mediante o significativo repasse de recursos públicos a estas instituições, cuja visão e ideologia são empresariais, centradas em demandas emergenciais de atendimento ao mercado. De acordo com as análises de Grabowski, todos esses fatores colaboram para o crescimento da “convicção de que o Sistema S é mais rápido e eficiente” porque atende emergencialmente as expectativas do governo,

¹⁸ Mais informações disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/catalogos>>. Acesso em: 14 set. 2016.

¹⁹ Conforme o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016), o Cadastro Único ou CAD Único, tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas. Disponível em: <<https://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 20 set. 2016.

²⁰ Reportagem disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/um-pronatec-a-curto-prazo>>. Acesso em: 06 out. 2016.

mas isso é “algo que ele faz há 70 anos e não resolveu a questão da mão de obra no país como um todo”.

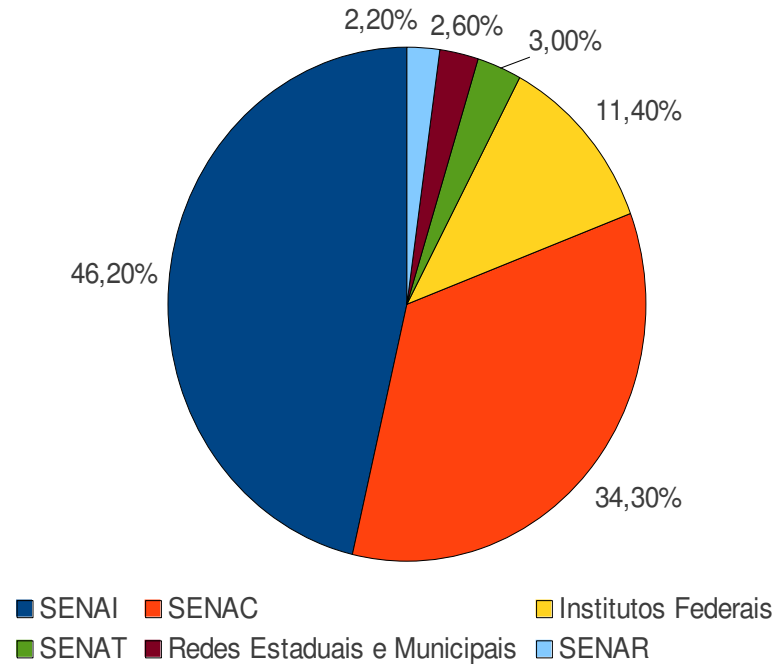
O PRONATEC é uma política pública que não é ofertada apenas por agentes públicos, mas também pelo Sistema S, que acaba muitas vezes sendo protagonista da oferta do PRONATEC, sendo que para esses agentes do mercado, isso significa uma política muito interessante, porque ela supõe um aporte financeiro e governamental para atender demandas do mercado, ou seja, é uma política de formação que tira da responsabilidade dos empresários o gasto nessa formação e o investimento para formação de mão de obra.

Quando o empregado chega realmente ao seu posto de trabalho, ele está formado com recursos públicos. É uma transferência de recurso público para a instância privada que atende aos interesses do Sistema S e do empresariado ao mesmo tempo.

O subsídio público de programas de educação como o PRONATEC, que detém hoje participação preponderante sobre a formação do trabalhador, tem se tornado objeto de disputa pelo Sistema S e pelos donos de empresas. Para Godoi (2014, p. 123), a relação público- privada que se estabelece nas legislações do PRONATEC deixa clara essa intenção:

(...) o PRONATEC não foi elaborado para ser um programa em que o governo, através do Ministério da Educação (MEC), se posicione como ator principal no processo de efetivação da política, pois desde sua finalidade até seus objetivos, ele pontua a sua função de coadjuvante. Ele implanta uma política e se oferece para ser apenas parceiro.

A destinação de recursos públicos para a instância privada representa a prioridade que o governo vem dando às instituições privadas, ao passo que deixa de investir nas escolas públicas brasileiras e nos afasta cada vez mais da democratização do ensino, que apesar de apregoada pelo PRONATEC não se efetiva. O gráfico 2 demonstra a participação das instituições ofertantes do PRONATEC:

Gráfico 2: Ofertantes do PRONATEC (Período de 2011 - 2015)

Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016apresentacao-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192, acesso em fev. 2016

Em reportagem de Guimarães (2014, p. 18), ao analisar a disputa e a grande concentração de capital financeiro que se acumulam nas instituições privadas para oferta de educação profissional, a pesquisadora Marcela Pronko ressalta que:

Democratizar não significa dar acesso a uma educação que, de outro lado está totalmente pautada pelas necessidades dos grandes donos do capital. Isso para mim não é democratizar, muito pelo contrário, é subordinar, é garantir que essa força de trabalho seja entregue pronta e subordinada para que eles continuem a ganhar os seus milhões. Democratizar significa que todos possam ter acesso ao conjunto do que foi produzido pela humanidade até os dias de hoje ou às ferramentas necessárias para poderem se apropriar disso da maneira como melhor entendam.

Para Gramsci (2001, p. 49), “a multiplicação de tipos de escola profissional faz nascer a impressão de uma tendência democrática” quando na realidade, o foco é o atendimento a práticas imediatas como os interesses do mercado para o apassivamento e adaptação dos grupos menos favorecidos à ordem vigente, em detrimento de uma educação desinteressada de qualidade.

Cabe destacar que a Lei nº 12.513/2011, além de instituir o PRONATEC, altera as leis que regulamentam o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outras legislações, cujas intencionalidades, segundo Lima (2012, p. 10), além de explícitas no texto da Lei nº 12.513/2011, promovem a “materialização das recomendações da UNESCO de que os governos da América Latina deveriam utilizar o modelo do Sistema “S” para a formação profissional”.

Em suma, neste capítulo, buscamos caracterizar as políticas de qualificação profissional que se consolidaram a partir da década de 1990, contextualizando o cenário político em que as mesmas foram propostas, traçando suas peculiaridades, limitações, objetivos e intenções. Além disso, procuramos demarcar alguns discursos e conceitos que as mesmas buscavam disseminar, levando-nos a percepção de que as políticas de qualificação do trabalhador propostas no governo FHC focam muito em eixos como competitividade, empregabilidade, profissionalização, mercado, habilidades e competências, educação profissional, dentre outros. Já no período dos governos Lula e Dilma, houve mais ênfase em eixos como: qualificação profissional, emprego e renda, inclusão social, cidadania, sustentabilidade, redução da pobreza e empreendedorismo.

No capítulo seguinte, será realizada apresentação da instituição pesquisada e a caracterização da atual política de qualificação profissional instituída desde o governo Dilma Rousseff, o PRONATEC no IF Sudeste MG- Campus Muriaé.

3 CAPÍTULO II

ANÁLISE DO PRONATEC NO IF SUDESTE MG CAMPUS MURIAÉ

Neste capítulo, buscamos fazer uma análise dos discursos presentes na atual política de qualificação profissional, o PRONATEC. Para tanto, realizamos uma contextualização da instituição pesquisada, o IF Sudeste MG- Campus Muriaé e uma caracterização dos cursos que aconteceram no período de 2012 a 2016, com base na análise documental institucional do Campus Muriaé, documentos arquivados do PRONATEC e nas entrevistas.

Como já foi explanado, realizamos no capítulo anterior a caracterização e análise das políticas de qualificação profissional a partir da década de 1990. Com base em pesquisas acadêmicas existentes sobre a temática, trazemos algumas relações e discursos que permeiam tais políticas. Dessa forma, percebemos como algumas palavras são introduzidas e ressignificadas por intelectuais orgânicos ao grupo dominante com a intenção de inculcar novos “valores” por meio dos aparelhos privados de hegemonia como a mídia, igreja, escolas e outros meios de comunicação, com o objetivo de estabelecer um consenso e a dominância sobre os demais grupos sociais. Segundo Fairclough (2001), as palavras “são formas de hegemonia”, cujo poder ideológico intrínseco à prática discursiva contribui para a reprodução da ordem vigente.

Nesse sentido, este trabalho se constitui em uma atividade de desconstrução de alguns conceitos que fazem parte das estratégias do capital para sua legitimidade, apresentando elementos e reflexões a partir do referencial gramsciano. Portanto, identificar as influências dos intelectuais orgânicos aos grupos dominantes enquanto organizadores da hegemonia nos permite conhecer melhor as estratégias usadas pelo capital. Para Gramsci (2001, p. 158), é “necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de destruí-la ou assimilá-la”.

As análises empreendidas até aqui sobre os discursos que permeiam as políticas de qualificação profissional apresentam ênfase em lógicas individualistas, de competição e que concebem a educação na perspectiva de preparação para o mercado de trabalho e como forma de resolver os problemas sociais.

Destacamos ainda que as mudanças discursivas no âmbito das políticas de qualificação profissional mudam as indumentárias, mas não contemplam mudanças significativas.

3.1 Considerações sobre o IF Sudeste MG- Campus Muriaé

O IF Sudeste MG- Campus Muriaé faz parte do plano de expansão da rede federal, que no âmbito da Lei nº 11.892/ 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sancionada pelo então presidente Lula.

O Campus Muriaé, faz parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais²¹. Foi criado em 2010, por meio da parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, atual IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

O IF Sudeste MG- Campus Muriaé atua em diversas modalidades de ensino, possuindo atualmente: três cursos técnicos integrados ao ensino médio Agroecologia, Eletrotécnica e Informática; dois cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao ensino médio: Eletromecânica, Meio Ambiente e Secretariado, respectivamente; dois cursos superiores: Bacharelado em Administração e Tecnólogo em Design de Moda. Além dos cursos presenciais, temos no âmbito da modalidade de Educação a Distância EAD, os cursos: Técnico em Administração, Técnico em Agroecologia e Técnico em Aquicultura e os cursos de Formação Inicial Continuada ofertados pelo PRONATEC.

Com o objetivo de ofertar uma educação pública, em diversas modalidades e em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, os processos de formação se baseiam numa concepção diferenciada. Dessa forma,

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica

²¹ Fazem parte do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais o Campus Muriaé, Campus Rio Pomba, Campus Barbacena, Campus Juiz de Fora, Campus São João Del Rei, Campus Santos Dumont, Campus Manhuaçu, Campus Avançado Bom Sucesso, Campus Avançado Cataguases e Campus Avançado Ubá.

contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais (BRASIL, 2008, p. 9)

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, art. 6º, os Institutos Federais possuem a finalidade de “ofertar e desenvolver educação profissional e tecnológica, com vistas à formação de cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”.

O foco dos Institutos Federais, segundo Pacheco (2011, p. 49), “é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias”. Para isso, a proposta de educação preconizada pelos Institutos Federais visa romper com o tipo de educação unilateral, buscando desenvolver uma proposta alicerçada na educação integral.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus Muriaé, a proposta de educação profissional integrada “pretende acabar com a contradição entre homem e trabalho, ou seja, com a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, centrando esforços no sentido de formar o homem integralmente” (PPP, 2010, p. 11), no sentido da politecnicidade e do trabalho como princípio educativo.

A politecnicidade, segundo Saviani (2003), é concebida no processo de trabalho que desenvolva de forma indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Para Gramsci (2001, p. 52):

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.

Para Pacheco (2011, p. 29), “a educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano [...], cuja construção de conhecimentos a partir da prática com a realidade possibilita uma formação para a emancipação”. A educação para a emancipação é aquela capaz de formar “os cidadãos como agentes políticos” (idem) capazes de intervir e transformar sua realidade.

Situando-nos em Gramsci (2000, p. 50), seria uma educação que possibilite “que cada “cidadão” possa tornar-se mesmo que abstratamente ‘governante’ [...], assegurando a preparação necessária a essa finalidade”. Tendo como base esses dois princípios, o Campus Muriaé estabelece como perspectiva educativa a:

[...] educação pelo trabalho vinculada criticamente com a realidade atual em níveis local, regional e global e preocupada com um **desenvolvimento integral que seja econômico e socialmente justo, politicamente democrático, ambientalmente sustentável e culturalmente pluralista**; e a auto-organização dos educandos, como fundamento da construção da autonomia escolar e política dos mesmos, com vistas à construção de uma sociedade emancipada. Pautando suas ações pedagógicas nesses princípios, o Instituto acredita estar contribuindo com uma pequena, mas, importante parcela do processo de construção de uma sociedade em que as potencialidades humanas sejam continuamente fomentadas (PPP, 2010, p. 12, grifos nossos).

A proposta pedagógica dos Institutos Federais se pauta no diálogo com as demandas regionais, locais e com a sociedade, cuja proposta é de uma educação diferenciada que vise superar o tipo de ensino tradicional e fragmentado. “Os Institutos Federais, em sua concepção, reúnem trabalho, ciência, tecnologia e cultura na busca de soluções para os problemas do seu tempo, aspectos que [...] devem estar articulados ao dinamismo histórico das sociedades” (PACHECO, 2011, p. 30). Desse modo, pode-se inferir que os Institutos Federais primam pela formação do ser humano integral por meio da politecnia e pela superação da dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, que divide a sociedade em grupos dominantes e grupos subalternos, sendo o primeiro responsável pelo trabalho intelectual e por se tornar dirigente, e o segundo, responsável pelo trabalho manual que os coloca na condição de subserviência ao grupo dominante.

No PPP, a politecnia é a proposta de educação que visa “acabar com a contradição entre homem e trabalho [...] de modo que ele se aproprie dos fundamentos de todas as técnicas do trabalho e consiga transpor isso para sua prática” (PPP, 2010, p. 11).

Como vimos até aqui, nos documentos institucionais, os Institutos Federais através da sua proposta de formação integral, visam um tipo de educação que busca se aproximar da concepção de escola unitária e do trabalho como princípio educativo defendidos por Gramsci (2000), frente às tendências formativas tecnicistas e pragmáticas que se consolidam em nome da eficiência do mercado.

A ideia de uma escola unitária em Gramsci (2001) visa romper com o tipo de escola tradicional que era reservada apenas a um grupo social, que colabora para a perpetuação das estratificações sociais. Para o autor:

Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoas capazes de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2001, p. 49).

A proposta gramsciana de uma escola única de cultura geral humanística, desinteressada, no sentido amplo, segundo Manacorda (2013), seria aquela capaz de dotar o jovem de capacidade e autonomia intelectual e prática que possibilite introduzi-lo na vida social.

Esse tipo de escola única, na visão de Gramsci, seria a forma de fazer com que os grupos subalternos tenham a possibilidade de se tornar dirigentes. A escola do tipo profissional que temos hoje, voltada para os interesses mercadológicos, colaboram para perpetuação e reprodução das desigualdades sociais, como aduz Manacorda:

A escola profissional existente dá a falsa impressão de ser democrática, porque, tendendo a criar novas estratificações sociais, ou seja, permitindo que o operário passe de não qualificado a qualificado, por exemplo, cria aquilo que poderíamos chamar de mobilidade social (MANACORDA, 2013, p. 200).

Ao pautarem-se na tríade ensino, pesquisa e extensão, os Institutos Federais consolidam como uma nova perspectiva de educação profissional e tecnológica, que se preocupa com todas as dimensões de formação do ser humano e do cidadão para além do exercício do trabalho. Faz parte de um projeto de valorização da politecnicidade que visa à emancipação. Considera a escola como espaço de transformação social, “sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, se firma” (BRASIL, 2008, p. 34)

Com base na análise dos discursos presentes em documentos como o PPP (2010) do Campus Muriaé, o documento elaborado pelo MEC (2008) sobre as Concepções e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e por meio das análises de Pacheco, (2011), traçamos as perspectivas presentes nos referidos documentos

institucionais, contrapondo aos discursos presentes nas entrevistas e com as análises já desenvolvidas de autores como Lima (2012), Grabowski (2013), Mathias (2015), Guimarães (2013 e 2014) e Queiroz (2015), apresentamos as perspectivas do PRONATEC.

Quadro 1 : Perspectivas dos Institutos Federais e do PRONATEC

Institutos Federais	PRONATEC
Educação pelo trabalho	Preparo para o mercado de trabalho
Politecnia	Competências
Integral	Técnica
Trabalho como princípio educativo	Trabalho simples
Emancipação humana/ Desenvolvimento social	Desenvolvimento econômico

Fonte: Elaborado pela autora

Como exposto até aqui, as perspectivas dos Institutos Federais e do PRONATEC se divergem quando tomamos por base os documentos. No entanto, cabe destacar que a materialidade e as relações que permeiam a educação é a materialidade capitalista.

Entretanto, cabe ressaltar como expõe Kuenzer (1999) que a formação profissional no Brasil que se inicia em 1909 com a criação de escolas de artes e ofícios²², que antecederam as atuais escolas técnicas destinadas a formação dos trabalhadores tinham como perspectiva a formação para o mundo do trabalho e para atendimento às demandas do setor produtivo. Enquanto para os que iriam desempenhar as funções de dirigentes uma formação mais intelectualizada para continuação dos estudos e acesso às universidades.

Considerando os processos de continuidades e rupturas que caracterizam o sistema capitalista (e a própria história humana), salientamos que as mudanças inerentes ao mundo do trabalho também perpassam o campo da formação profissional. Isto é, as escolas de artes e ofícios as quais nos referimos se por um lado surgem com a necessidade de formação da mão de obra, por outro ao longo das décadas vai assumindo as características presentes no conflito de classes. Em outras palavras, os atuais institutos federais de educação trazem em si as marcas históricas do processo de educação no capitalismo. Nesse sentido, verificamos as diferenças entre os próprios campi que compõem o IF Sudeste MG. Os campus mais atuais, criados a partir da

²² Lembramos que trata-se de um período em que o Brasil emerge como país recém republicano, que além de romper com as bases do antigo regime escravocrata apresenta-se no novo século com necessidades de formação da demanda para o trabalho do sistema capitalista que se inicia nas terras brasileiras.

expansão da rede federal - Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 – apresentam um quadro de pessoal especificamente efetivos para lhes compor. Nessa perspectiva, esses profissionais fazem parte do contexto de inovação educacional proposto pela rede federal.

Assim, destacamos a importância dos profissionais que atuam/ atuaram nos cursos tanto regulares do Campus Muriaé ou nos cursos do PRONATEC, enquanto intelectuais que tanto podem colaborar para a manutenção ou transformação das proposições dos grupos dominantes, tendo em vista o papel dos intelectuais no desenvolvimento de propostas contra hegemônicas, dada a relativa autonomia que estes profissionais possuem para o desenvolvimento de práticas que façam a diferença para os grupos menos favorecidos. A discussão do papel dos intelectuais será retomada nas entrevistas já que acreditamos que por meio de uma perspectiva mais crítica, o caminho que está definido, pode ser redefinido.

3.2 Apresentação e descrição das atribuições dos profissionais que atuaram no PRONATEC

Algumas das atribuições dos profissionais que atuam no PRONATEC serão descritas sucintamente por se fazerem necessárias ao entendimento do papel de cada profissional no desenvolvimento do programa e contribuir para que ao longo da pesquisa compreendamos melhor como se efetivam e se articulam essas ações no contexto da prática. Todas as atribuições podem ser encontradas na íntegra no art. 7º da Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE n. 04, de 16/03/2012.

Conforme art. 9º, da Lei nº 12.513/2011, as instituições da Rede Federal de EPCT poderão conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades da Bolsa-Formação, em jornada extraordinária ao seu contrato de trabalho, que deverão ter formação e experiência compatíveis com as responsabilidades relativas às seguintes atribuições: coordenador-geral da Bolsa-Formação; coordenador-adjunto; supervisor de curso; professor; apoio às atividades acadêmicas- administrativas e orientador.

Outros profissionais que não sejam servidores também podem ser bolsistas do programa sendo selecionados por meio de edital de seleção pública externa.

A descrição das atribuições de cada profissional do PRONATEC é norteada pela Resolução CD/FNDE n. 04, de 16/03/2012. De acordo com esta resolução, dentre as atividades desenvolvidas por cada bolsista nas diversas atribuições, destacam-se:

- O coordenador- geral é responsável por articular todas as ações nos campi da instituição de ensino relativas às bolsas-formação, coordenando, acompanhando e garantindo as condições necessárias para o desenvolvimento e êxito dos cursos;
- O coordenador- adjunto responsabiliza-se pela atuação mais direta com o campus ao qual está vinculado, coordenando as atividades de planejamento, supervisão, acompanhamento docente e discente e outras atividades administrativas, como o cumprimento do calendário, dos objetivos dos cursos, pactuação de vagas, organização da assistência estudantil etc.;
- Aos supervisores de cursos, cabe-lhes a responsabilidade da organização da oferta dos cursos junto aos profissionais envolvidos, conforme orientações do Guia PRONATEC, no nosso caso, de cursos FIC; elaboração e desenvolvimento de estratégias e metodologias que favoreçam a implantação dos cursos com êxito; supervisão e acompanhamento constante da dinâmica dos cursos, aliado a registros de desempenho e frequência dos beneficiários;
- Os professores devem planejar, adequar e ministrar aulas de acordo com as especificidades do público alvo; acompanhar, avaliar e lançar o desempenho e frequência dos estudantes no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC, que é o sistema de gestão e monitoramento do PRONATEC ;
- O apoio às atividades acadêmicas e administrativas é responsável pela realização das atividades de secretaria dos cursos, como a matrícula dos estudantes, organização de documentos, emissão de certificados e outras atividades afins de gestão acadêmica e administrativa;
- Ao orientador cabe a responsabilidade de acompanhar e orientar os estudantes desde a escolha dos cursos; acompanhar os casos de evasão e criar estratégias para manutenção do aluno e articular ações de inclusão produtiva.

Ressaltamos que conforme os editais de seleção do PRONATEC Campus Muriaé analisados, para atuar na função de Orientador, o profissional deve ter a formação profissional em Pedagogia, Serviço Social ou Psicologia.

O pagamento dos profissionais servidores que atuaram no PRONATEC foi estabelecido pelo art. 5º da Resolução CD/FNDE nº 04 de 16/03/12 que varia de acordo com a função exercida:

- I - Coordenador-geral: R\$ 50,00 (cinquenta reais por hora)
- II - Coordenador-adjunto: R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais por hora)
- III - Supervisor de curso: R\$ 36,00 (trinta e seis reais por hora)
- IV – Professor: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hora (60 minutos) de aula, em conformidade com as cargas horárias dos cursos.
- V - Apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R\$ 18,00 (dezoito reais por hora)
- VI – Orientador: R\$ 36,00 (trinta e seis reais por hora)

As funções desempenhadas por servidores no âmbito do PRONATEC devem ocorrer em jornadas diferentes de sua jornada regular de trabalho.

3.3 Implantação do PRONATEC no IF Sudeste MG- Campus Muriaé

A implantação do PRONATEC, bem como seu desenvolvimento nas instituições federais, é alvo de muitos questionamentos, inclusive por causa da sua estrutura e concepções que se diferem muito das concepções e diretrizes dos institutos federais, já comentadas acima.

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé, teve suas atividades relativas ao PRONATEC iniciadas em agosto de 2012, tendo na Coordenação Adjunta do Programa uma professora do Campus Muriaé e profissionais internos selecionados por edital.

O programa apresentava-se como um desafio, dadas as suas especificidades que ainda eram pouco conhecidas. Sua implementação deveria ser imediata. Nesse primeiro momento, todos os bolsistas foram selecionados por edital interno destinado aos servidores efetivos por meio da análise de currículo. No entanto, quando não havia o preenchimento das vagas por meio do edital interno, ocorria a seleção de profissionais externos por meio de seleção pública simplificada. A equipe de atuação no programa contou com profissionais específicos cujas atribuições foram descritas anteriormente. Nas palavras da gestora 1 do programa:

Recebi convite para a coordenação adjunta do projeto e fui colocada em contato com a coordenação geral do projeto na reitoria. A partir de encontros e dos estudos da legislação iniciei contatos com a prefeitura

e com alguns colegas do Campus para juntos descobrirmos os detalhes do programa. Junto à prefeitura, que na época ainda não conhecia o programa mas também buscou informações e se inscreveu via Ministério do Desenvolvimento Social, elaboramos estratégias para conseguir alunos e fechar as turmas. Por outro lado, junto aos colegas do IF verificamos quais cursos nós tínhamos condição de ofertar. A legislação inicial previa o convite para os profissionais do programa dentro do Campus, então convidamos aqueles cujas áreas de ensino ofereciam viabilidade mínima para desenvolver determinados cursos. Posteriormente a resolução foi alterada e foi colocada a exigência de edital de seleção para professores, coordenadores e supervisores. As pessoas participaram do edital e a partir daí se montou a equipe de profissionais do Campus Muriaé para lecionar as disciplinas. Foi um processo de busca intensa sobre todos os detalhes, pois a legislação que regulava as orientações principais eram de certa forma genéricas e, ao procurar por mais informações na reitoria, essa, por meio da coordenação geral entrava em contato com a secretaria pertinente junto ao Ministério da Educação para tentar esclarecer nossas dúvidas. (Gestora 1)

Dado o contexto já descrito anteriormente, a Gestora 1 também ressaltou que à época de implantação do PRONATEC, existiam muitas dúvidas em relação ao programa e quando da ocorrência de casos não previstos nas legislações e resoluções pertinentes, ela procedia recorrendo às leis utilizadas no serviço público e consultas à procuradoria do IF Sudeste MG.

Através da fala da Gestora 1, depreendemos também que a urgência da efetivação do programa desde a celeridade na sua aprovação colaboraram para que este fosse colocado em andamento ainda com suas ações parcialmente previstas, o que evidencia lacunas no processo de organização inicial e demonstrando maior preocupação com aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos, o que se comprova através da sua rápida expansão e número de matrículas efetivadas em um curto espaço de tempo. A persistência na expressão programa também parece trazer uma ausência da percepção de que o PRONATEC é um programa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e não um programa de Estado.

Diante das inovações presentes no programa, indagada sobre possíveis capacitações no âmbito da gestão do PRONATEC, a Gestora 1 salientou que:

O que compreendi sobre o programa foi por conta de estudos sobre a legislação, trocas de informações entre os demais coordenadores adjuntos e a coordenação geral, pela vivência ao longo do funcionamento dos primeiros cursos, um pouco de “achismo”. A grande preocupação foi não ferir as poucas orientações jurídicas para não prejudicar o programa, a instituição e os colegas participantes (Gestora 1).

Percebemos pela fala da Gestora 1 que o conhecimento sobre o programa pautou-se mais na troca de experiências com coordenações do PRONATEC de outros campus, a coordenação geral e nas legislações existentes na época. Já conforme a Gestora 2,

Não houve uma capacitação específica, no meu caso. Ingressei no Pronatec, no campus Muriaé e recebi as orientações e conhecimento sobre o Programa através da experiência da Gestora 1. Pelos arquivos e ações já desenvolvidas, pude estudar e conhecer sobre o Pronatec. Muitas vezes, o conhecimento veio da prática e necessidade de encontrar soluções para as questões adversas que surgiam (Gestora 2).

Deprendemos então pelas falas das Gestoras 1 e 2 que não houve nenhum tipo de capacitação específica para a implantação e desenvolvimento do PRONATEC.

Quando questionada sobre as dificuldades encontradas na fase de implantação do programa, na fala da Gestora 1 pudemos perceber que o conhecimento sobre o PRONATEC foi se consolidando concomitantemente ao seu desenvolvimento, ou seja, nenhum tipo de capacitação ou formação precedeu a implantação do programa e como apontado, as informações não pareciam tão claras nem no âmbito do Ministério da Educação. A percepção da Gestora 1 é o que podemos depreender também dos textos e normas referentes ao PRONATEC, que a todo momento, desde a aprovação da Lei nº 12.513/2011, foram se modificando para atender cada vez mais um maior número de ações.

As dificuldades se deram por conta da falta de conhecimento do programa, pela incompatibilidade entre as resoluções do Pronatec e as orientações legais de funcionamento do IF, principalmente no que se referia a questões trabalhistas e às questões das compras e demais gastos. Alguma dificuldade em compatibilizar funções com bolsa e necessidade de outros serviços internos cujos servidores não recebiam as bolsas do Pronatec e questões relacionadas a espaço e tempo de professores para oferta de cursos no turno da noite. Tiveram que ser oferecidos na parte da tarde. A coordenação geral do Pronatec na reitoria também tinha muitas dificuldades porque junto ao Ministério da Educação, as informações também estavam bastante confusas, ou seja, **o programa não estava totalmente desenhado e foi colocado em andamento antes da previsão de todos os seus aspectos** (Gestora 1- grifo nosso).

As dificuldades apresentadas pelas gestoras demonstram que foi através do “fazer” que foi possível conhecer melhor o programa e traçar estratégias para melhorar as ações futuras.

Como podemos perceber o PRONATEC em sua programação, seguiu o cronograma de gestão que podemos chamar de *outsider*, ou seja, decidida em ambientes fora dos locais de sua aplicação. Assim como outras políticas sociais foi muito divulgado e colocado em andamento sem estar totalmente desenhado, demonstrando, como assinala Campos (2003, p. 184) que:

O batismo dos programas e o *timing* de seu lançamento são decididos em outras esferas que não aquelas em determinado assunto; os especialistas são chamados depois do lançamento, para ajustar e viabilizar o que já ganhou existência virtual na mídia e no cenário político.

As atividades do PRONATEC como um todo, ou seja, ministrar aulas, efetivação de matrículas, acompanhamento dos beneficiários e outras atividades administrativas e burocráticas, são desenvolvidas por bolsistas e conforme art. 9, parágrafo 3º da Lei nº 12513/2011, não geram vínculo empregatício. Sendo assim, o valor recebido pelo bolsista incide sobre as horas trabalhadas. Para Lima (2012, p. 11), isso demonstra que “a precarização não se dá apenas na formação aligeirada, mas inclusive na contratação dos profissionais que irão ministrar os cursos”.

Para o orientador que acompanhou o programa desde a sua implantação, o PRONATEC surgiu como uma oportunidade de divulgar e possibilitar ao setor popular a realização de um curso no Instituto Federal. Ainda que os Institutos Federais sejam instituições públicas, as formas de ingresso e a limitação de escolaridade da maior parte do público do PRONATEC seriam impedimentos para que estes pudessem concorrer às vagas existentes nos cursos regulares. E afirma que:

O processo de implantação do Pronatec no Campus Muriaé se deu em um momento em que o Campus ainda era relativamente novo na cidade. O Pronatec veio em um bom momento, onde as portas foram literalmente abertas à população Muriaeense. O IF passou então a ser mais visto e mais conhecido. Os docentes e técnicos administrativos do instituto tiveram então a oportunidade de atuarem, seja como docentes ou atuando na parte administrativa do programa. O programa também veio com uma promessa, cumprida em parte, de vagas de servidores e também de maior investimento no Campus (Orientador).

É relevante destacar também na fala do Orientador que dentre as ações do PRONATEC, destacam-se a expansão e o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por isso, a implantação do programa veio como uma possibilidade de crescimento do Campus.

Podemos perceber aqui um fato que favoreceu a adesão ao PRONATEC nas instituições federais, já que a oferta de cursos estava agregada ao crescimento dos Campi. O Campus Muriaé em 2012, assim como outros Campi, no período de implantação do programa, também se encontrava em processo de expansão e consolidação, e o PRONATEC, nesse sentido, viria fortalecer a instituição com novos investimentos, novos cursos e maior participação e adesão da comunidade. No entanto, os cursos do PRONATEC ofertados desde 2012 a 2016 continuaram funcionando da mesma forma desde a implantação, as ofertas de vagas são em áreas compatíveis com laboratórios disponíveis e os profissionais sempre contratados temporariamente por meio de edital que possuem validade de um ano, podendo ser prorrogados por mais um ano. A contratação não gera vínculo empregatício, pois é realizado por meio de bolsas destinadas aos profissionais, sendo as bolsas pagas por hora trabalhada.

Cabe sublinhar ainda que o número de matrículas nos cursos do PRONATEC nas instituições federais é bem inferior ao número de matrículas no Sistema S, como ilustrado no gráfico 2 (p. 41), o que ratifica também a prioridade às instituições privadas na oferta de cursos.

Já para a Gestora 2 do programa, o processo de implantação, pelo menos no início dos cursos, ocorreu em meio a alguns entraves de ordem burocrática, o que foi sendo melhorado nas ofertas seguintes.

Houve dificuldades sim, como contato com a Prefeitura Municipal para implementação dos cursos e oferta dos mesmos, principalmente no que se refere à divulgação do Programa no município e distritos. Questões burocráticas do Programa como compra de materiais para os beneficiários e equipamentos específicos de alguns cursos através do sistema de compras do Governo – licitação – deixaram muito a desejar pela morosidade do processo. Como tudo que é novo, vários problemas foram aparecendo com as primeiras turmas, mas, o saldo final foi positivo e houve a conclusão dos cursos oferecidos e prestação da bolsa formação de forma satisfatória, no ensino e atendendo às especificidades do Programa (Gestora 2).

Como podemos perceber, o processo de implantação do PRONATEC ocorreu frente a muitos desafios. O prazo para colocar em andamento um programa muito novo

e com especificidades próprias demandava muito esforço e celeridade, visto que toda a parte administrativa e pedagógica de organização, seleção de profissionais, compra de materiais e outras tiveram que ser realizadas em um curto período. No entanto, como assinalado pela Gestora 2, apesar das dificuldades, o resultado final é apontado como positivo.

A avaliação do programa como positiva pela Gestora 2, mesmo que ainda não existam dados de pesquisa que revelem o retorno social do programa para os beneficiários egressos, como apontado posteriormente na entrevista, deve-se ao retorno de alguns estudantes após a conclusão do PRONATEC terem retomado sua trajetória escolar em outros cursos regulares da instituição, pelo fato de alguns cursos mais específicos terem colaborado para qualificar e certificar trabalhadores que já possuíam algum conhecimento na área e puderam qualificar esse conhecimento ou pela inclusão no mercado de trabalho.

3.4 Caracterização dos cursos ofertados no Campus Muriaé

Os cursos são integralmente gratuitos, aliados a outras estratégias de permanência que são disponibilizadas através da Bolsa-Formação. A Bolsa Formação Trabalhador se destina aos beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal através de cursos de no mínimo 160 horas e a Bolsa Formação Estudante visa ao atendimento de estudantes do ensino médio de escolas públicas por meio da oferta de cursos técnicos (mínimo de 800 h). No caso do IF Muriaé, há a oferta pelo PRONATEC, apenas dos cursos na modalidade de Formação Inicial Continuada (FIC), através da Bolsa Formação Trabalhador, que se destina a oferta de cursos de qualificação profissional a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, tanto na bolsa formação estudante quanto na bolsa formação trabalhador os beneficiários terão direito a gratuidade dos cursos e a assistência estudantil no auxílio à alimentação, transporte e a todos os materiais escolares necessários que possibilitem posterior inserção profissional dos beneficiários (BRASIL, 2012).

Dentre os objetivos específicos da Bolsa Formação Trabalhador, constantes no Documento Referência (BRASIL, 2012), destaca-se o papel dos cursos FIC como instrumentos para aproximação entre o mundo do trabalho e uma Educação Profissional

e Tecnológica voltada para o desenvolvimento profissional, a inclusão e o exercício da cidadania.

A Bolsa Formação Trabalhador será mais detalhada por se tratar da modalidade de oferta presente nos cursos realizados no IF Sudeste MG- Campus Muriaé, e por se tratar da oferta com maior número de matrículas atualmente, como nos aponta Guimarães (2013a, p. 1):

De acordo com dados fornecidos pelo MEC, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) é hoje o maior demandante do PRONATEC, responsável por 40,9% das matrículas efetuadas até novembro de 2013. A principal parceria com esse ministério visa priorizar os beneficiários do Programa Bolsa Família na oferta de qualificação profissional. E o resultado – das inscrições – tem sido estimulante: segundo o diretor de inclusão produtiva urbana do MDS, Luiz Müller, a meta era matricular um milhão de pessoas até 2014, mas ela deve se ampliar porque, no final de 2013, esse número já tinha passado de 800 mil. Segundo os cálculos do MDS, 56% dos matriculados são jovens entre 16 e 29 anos e 66% deles são mulheres.

Como podemos perceber na citação de Guimarães (2013a), o MDS foi o principal demandante das ofertas de cursos ocorridas até 2013, alinha o PRONATEC aos programas desenvolvidos para o combate à pobreza, já que o público prioritário são os beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal.

Os estudos preliminares nos apontam como hipótese uma estreita relação do PRONATEC com a pobreza, tendo em vista que o programa foi criado por um governo do Partido dos Trabalhadores, no qual a perspectiva de enfrentamento à extrema pobreza e inclusão social já vinham sendo priorizados por meio de outras políticas sociais. O PRONATEC retoma essa perspectiva na consideração do público alvo (pessoas do CAD Único) e se vincula às demais políticas sociais sob o viés da inclusão social. Posteriormente, retornaremos à fundamentação dessa hipótese.

A Bolsa Formação Trabalhador, conforme Documento de Referência (2012), estabelece-se por meio da oferta de cursos prioritariamente a trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda. Os cursos são estabelecidos e orientados pelo Guia de Cursos FIC, que além de muito diversificado e flexível, destina-se a pessoas com diferentes níveis de escolaridade. Além disso, não existe caráter regulatório e nem diretrizes curriculares para cursos FIC; estes devem manter sintonia com os currículos e o projeto pedagógico das instituições ofertantes.

É importante destacar também que dentre os cursos FIC ofertados no IF Sudeste MG- Campus Muriaé, aproximadamente 70% deles são provenientes da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS com o Ministério da Educação MEC. O objetivo da parceria entre MDS e MEC, segundo documento referência para Bolsa Formação Trabalhador (2012), é criar oportunidades para que as pessoas inscritas no CAD Único possam se qualificar profissionalmente. O atendimento às pessoas do CAD Único com prioridade para o público do Plano Brasil Sem Miséria²³ (PBSM) tem como finalidade favorecer a Inclusão Produtiva para a população em extrema pobreza, propiciando oportunidades de ocupação e renda.

No âmbito do BSM, as iniciativas de inclusão produtiva urbana vão reunir ações de estímulo à geração de ocupação e renda via empreendedorismo individual, de economia solidária, de oferta de orientação profissional e de cursos de qualificação profissional, bem como à intermediação de mão-de-obra para atender as demandas nas áreas públicas e privadas (BRASIL, 2012, p. 18).

Desde a criação do PRONATEC, o Guia PRONATEC de cursos FIC elaborado pelo Ministério da Educação para direcionar a oferta dos cursos do Pronatec/Bolsa-Formação, vem sendo modificado e incorporando cada vez mais cursos, tendo uma versão publicada em 2011, 2012, 2013 e 2016. O Guia PRONATEC de Cursos FIC (2016) disponível no portal do MEC, em sua quarta edição, conta com 646 opções diferentes de cursos, distribuídos em eixos tecnológicos tais como: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo, hospitalidade e lazer.

O Guia PRONATEC (2012) representa, entretanto,

[...] mais do que o cumprimento de uma obrigação formal. Conceitualmente, representa também a consolidação – em escala nacional – de uma estratégia de desenvolvimento que se recusa a desvincular a qualificação profissional de trabalhadores da elevação da escolaridade. Desta forma, o Guia Pronatec é também e acima de tudo o instrumento de consolidação de uma política pública visando a aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação – um

²³ O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Decreto Federal n 7.492 de 2, de junho de 2011, destina-se ao atendimento de famílias em extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais) através da integração de políticas, programas e ações, dentre estes, o PRONATEC. O Plano Brasil sem Miséria tem como eixos a garantia de renda, o acesso a serviços públicos e inclusão produtiva (BRASIL, 2012).

instrumento não tão somente de fomento ao desenvolvimento profissional, mas também e acima de tudo de **inclusão** e de promoção do exercício da **cidadania** (BRASIL, 2012, p. 6, grifos nossos).

O Guia de Cursos FIC do PRONATEC (2012) é denominado de instrumento de inclusão pelo fato dos cursos possuírem exigências de escolaridade diversas, o que viabilizaria que as pessoas com baixa escolaridade pudessem participar dos cursos e ter aumentadas suas possibilidades de inclusão no mercado de trabalho, além de fomentar a inclusão por meio da empregabilidade.

A inclusão e a cidadania apregoadas na sociedade capitalista são revestidas pela lógica economicista e se limitam ao objetivo de formação do cidadão consumidor com vistas à inserção do trabalhador nas “fendas” do mercado de trabalho.

Como tratado até aqui, tanto o documento referência para a bolsa formação quanto o Guia de Cursos FIC do PRONATEC, principais norteadores das ações desenvolvidas na modalidade FIC, enfatizam uma formação voltada para a inclusão no mercado de trabalho, ou seja, de acordo com Oliveira (2003, p. 41), “compreende o cidadão preso, exclusivamente, à possibilidade de instituir uma cidadania pela compra dos direitos no mercado”, cujo horizonte é o fomento do aumento da possibilidade de um emprego por meio da inculcação ideológica da empregabilidade e do empenho individual.

Ademais, o incentivo ao empreendedorismo individual, à economia solidária e à busca por qualificação como parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria, que se articula ao PRONATEC/BSM, também é uma estratégia ideológica utilizada para que os trabalhadores busquem, através das relações de trabalho informais, responsabilizarem-se pela sua renda, pelo seu emprego e pela saída da sua condição de pobreza.

A seguir, realizaremos uma apresentação mais detalhada das propostas dos cursos que aconteceram no Campus Muriaé.

3.4.1 Os cursos ofertados no Campus Muriaé

Como descrito anteriormente, o Guia PRONATEC de cursos FIC é o documento referência para a proposição dos cursos a serem ofertados. Contudo, a oferta, além de considerar a demanda local, deveria levar em conta a capacidade e a infraestrutura do ofertante, no nosso caso, o Campus Muriaé.

Assim, a seleção dos primeiros cursos do PRONATEC, segundo a Gestora 1:

Foi conforme aquilo que o Campus dava conta de oferecer conforme disponibilidade de profissionais e estrutura física. Posteriormente, conforme a demanda que vem, o Campus estuda o que tem condições de oferecer, contando inclusive com as possibilidades do edital externo (Gestora 1).

Em 2012, o Campus Muriaé através da parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, iniciou a oferta de cursos na modalidade PRONATEC FIC, cumprindo com as expectativas e exigências do Governo Federal para a implantação do programa nos Institutos Federais. Nesse caso, a Prefeitura Municipal de Muriaé, enquanto representante da unidade demandante, é responsável pela mobilização, captação, seleção e pré-matrícula dos estudantes, ou seja, os beneficiários do programa passam por uma seleção prévia na Secretaria de Desenvolvimento Social, nos casos de cursos ofertados em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de priorizar as pessoas que participam de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e os inscritos no CAD Único.

No ano de 2012, ocorreu a oferta de seis cursos que se encontram descritos no quadro 2, acompanhados do eixo tecnológico, parceiro demandante e a escolaridade exigida para cada curso. Quanto à escolaridade exigida para cada curso, cabe ressaltar que cada ano segue o Guia FIC de Cursos PRONATEC vigente e que atualmente (ano 2016) estamos na sua quarta versão. Ainda a guisa de esclarecimento, a nomenclatura Ensino Fundamental I refere-se ao 1º ao 5º ano, e Ensino Fundamental II refere-se ao 6º ao 9º ano.

Quadro 2: Identificação dos cursos ofertados no ano de 2012.

Cursos- Eixo Tecnológico	Parceiro Demandante	Escolaridade Mínima	Número de Vagas por Curso
Auxiliar Administrativo/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Médio	30
Alfabetização Avançada, Matemática e Empreendedorismo/ Desenvolvimento Educacional e Social	MDS	Ensino Médio	35
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão/Infraestrutura	MDS	Ensino Fundamental I Incompleto	30
Libras Básico/Desenvolvimento	MDS	Ensino Fundamental	30

Educacional e Social		Completo	
Operador de Computador/Informação e Comunicação	MDS	Ensino Fundamental II Incompleto	30
Vitrinista/Produção Cultural e Design	MDS	Ensino Fundamental II Incompleto	30

Fonte: Elaborado pela autora

No ano de 2013, houve a continuidade dos cursos pelo PRONATEC, sendo que além dos cursos pactuados com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, efetivou-se também a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, representado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, que se responsabilizou pela seleção e pré-matrícula do público prioritário. Esta nova modalidade - PRONACAMPO - buscou oferecer cursos voltados para a área rural e os agricultores familiares de Muriaé e região.

O PRONACAMPO no Campus Muriaé, conforme verificado por Bezerra (2015, p. 120), demonstrou ter sido uma forma de viabilizar projetos que já vinham sendo planejados pelo “Núcleo de Estudos em Agroecologia e as entidades ligadas à agricultura familiar na região (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e o Centro de Integração e Formação da Agricultura Familiar)” por meio de cursos FIC voltados para a população do campo. As ações de extensão desenvolvidas por esse grupo fizeram com que surgissem demandas, que puderam se efetivar por meio dos cursos e subsídios do PRONACAMPO.

Em entrevista, a Gestora 2 também considera que os cursos de Cafeicultor e Horticultor Orgânico, que aconteceram em 2013 e 2014, foram uma iniciativa positiva do PRONATEC, pois atenderam às demandas dos agricultores da região e possibilitaram a qualificação do conhecimento empírico que estes já tinham, além da certificação desse conhecimento.

Vivemos numa sociedade de valorização dos diplomas. Para Ramos (2002) mesmo que o diploma não seja condição para garantir a inserção e permanência no mercado de trabalho, a empregabilidade faz com que o trabalhador esteja sempre buscando adquirir, certificar e atualizar as competências.

Segundo a Gestora 2, após a conclusão dos cursos em 2013, os alunos das turmas do PRONACAMPO, juntamente com um grupo de professores do Campus Muriaé, em continuidade às ações desenvolvidas nos cursos, organizaram um projeto para produção local e implemento de sementes, com o objetivo de promover a interação

com o grupo na busca de conhecimentos e desenvolvimento da produção e comércio de produtos orgânicos na região de Muriaé.

Quadro 3: Identificação dos cursos ofertados no ano de 2013.

Cursos- Eixo Tecnológico	Parceiro Demandante	Escolaridade Mínima	Número de Vagas por Curso
Auxiliar de Recursos Humanos/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Médio Incompleto	30
Auxiliar Financeiro/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Médio Incompleto	30
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão/Controle e Processos Industriais	MDS	Ensino Fundamental Incompleto	20
Libras Básico/Desenvolvimento Educacional e Social	MDS	Ensino Fundamental Completo	30
Operador de Computador/Informação e Comunicação	MDS	Ensino Fundamental Incompleto	20
Organizador de Eventos/Turismo, Hospitalidade e Lazer	MDS	Ensino Médio Completo	30
Confeccionador de Bijuterias-Produção cultural e design	MDS	Ensino Fundamental II Incompleto	20
Operador de Supermercados/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Médio Incompleto	23
Receptionista/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Fundamental II Incompleto	23
Horticultor Orgânico/Recursos Naturais	MDA	Ensino Fundamental I Incompleto	20
Cafeicultor/Recursos Naturais	MDA	Ensino Fundamental I Incompleto	20

Fonte: Elaborado pela autora

Em 2014, outros cursos foram oferecidos pelo Campus Muriaé. Neste ano, além dos oito cursos oferecidos na sede da instituição, foram estabelecidas novas parcerias com os municípios vizinhos, criando as unidades remotas de Vieiras, Barão do Monte Alto e Miradouro. Todas essas unidades ofereceram cursos no ano de 2014 e marcaram o início de parcerias com prefeituras municipais para a oferta de cursos PRONATEC. Serão tratados nesta pesquisa somente os cursos que aconteceram no IF Sudeste MG-Campus Muriaé. Os cursos das unidades remotas, apesar de vinculados à gestão do PRONATEC Campus Muriaé, possuem peculiaridades e equipe profissional própria e

acontecem nos respectivos municípios e não serão analisados neste momento devido à limitação de tempo para a realização dessa pesquisa.

Quadro 4: Identificação dos cursos ofertados no ano de 2014.

Cursos- Eixo Tecnológico	Parceiro Demandante	Escolaridade Mínima	Número de Vagas por Curso
Auxiliar de Recursos Humanos/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Médio Incompleto	30
Auxiliar Financeiro/Gestão e Negócios	MDS	Ensino Médio Incompleto	30
Condutor Ambiental Local/Turismo, Hospitalidade e Lazer	MDS	Ensino Fundamental I Incompleto	20
Libras Básico/Desenvolvimento Educacional e Social	MDS	Ensino Fundamental Completo	30
Espanhol Básico/Desenvolvimento Educacional e Social	MDS	Ensino Fundamental II Incompleto	20
Organizador de Eventos/Turismo, Hospitalidade e Lazer	MDS	Ensino Médio Completo	30
Horticultor Orgânico/Recursos Naturais	MDA	Ensino Fundamental I Incompleto	20
Bovinocultor de Leite/Recursos Naturais	MDA	Ensino Fundamental I Incompleto	20

Fonte: Elaborado pela autora

No ano de 2015, uma nova modalidade de cursos PRONATEC é ofertada no Campus Muriaé, o PRONATEC/BSM Mulheres Mil, com o objetivo de possibilitar a qualificação profissional de mulheres em situação de extrema pobreza. A demanda surgiu da Unidade Demandante- Prefeitura Municipal de Muriaé. De acordo com a Cartilha do PRONATEC Brasil Sem Miséria - Mulheres Mil, Brasil (2014) o surgimento da parceria entre o MDS e o MEC aconteceu no início de 2014, com a finalidade de integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

Como é possível observar, o PRONATEC/BSM Mulheres Mil caracteriza-se como mais uma estratégia de governo que visa à superação da pobreza e à inclusão produtiva, nesse caso de mulheres em vulnerabilidade social.

O Programa Mulheres Mil está estruturado em três eixos – **educação, cidadania e desenvolvimento sustentável** – e busca possibilitar o acesso, com exclusividade, de mulheres historicamente em situação de extrema **pobreza e vulnerabilidade** à educação profissional e tecnológica. É contemplado pelas ações previstas na meta de

erradicação da pobreza extrema, estabelecida no Plano Brasil Sem Miséria e constante no Plano Plurianual (PPA 2012/2015) e também no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal (BRASIL, 2014, p.4, grifos nossos).

Dentre as metodologias indicadas para acesso, permanência e êxito das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil, é enfatizada na cartilha de referência dessa modalidade aquela que:

(...) privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, **comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental**, promovendo a **inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania** (BRASIL, 2014, p. 3, grifos nossos).

O trabalho com esses temas transversais geralmente foi realizado por meio de atividades previstas no núcleo específico que se destina à formação cidadã e o núcleo específico que se destina à formação profissional.

Na concepção e desenvolvimento do Programa Mulheres Mil que se articula ao PRONATEC, as categorias como: inclusão, sustentabilidade, empreendedorismo, cidadania e outras novamente são enfatizadas. A reprodução desses discursos expressa concepções político-ideológicas cujos objetivos demandam uma análise mais aprofundada para compreensão das intenções enquanto expressões que se materializam nesta sociedade. Analisando as concepções ideológicas ressaltadas nos documentos do programa, leva-nos a refletir quais intenções existem nessas propostas. Não pretendemos aqui fazer uma análise aprofundada do programa Mulheres Mil, mas enquanto um subprograma do PRONATEC, não podemos deixar de considerar o duplo caráter da política social (assistencialismo) e um germe da sociedade capitalista.

Como podemos observar, o PRONATEC, a cada oferta se reveste de novas modalidades, que, apesar de se caracterizarem pela oferta de cursos FIC, buscam, também, o atendimento a outras políticas sociais focalizadas que possuem dentro de suas ações a inclusão, cidadania e objetivos imediatos como a formação empreendedora.

O Programa Mulheres Mil também se vincula as ações do PBSM, sendo direcionado às mulheres em condição de extrema pobreza e vulnerabilidade social, é operacionalizado pelos mesmos atores do PRONATEC/ BSM e se pauta também nos eixos educação, cidadania, desenvolvimento sustentável e empreendedorismo. Segundo Bordignon (2016, p. 127) “os cursos oferecidos estão mais direcionados para a

organização de cooperativas e o empreendedorismo do que para a qualificação profissional com aumento da escolaridade” e à falta de um plano de continuidades das ações iniciadas na formação, assim como de recursos financeiros ao final dos cursos podem constituir-se em obstáculos para a efetivação da continuidade das ações.

As críticas nesse sentido, vão ao encontro dessas ações pontuais que seriam insuficientes para ocasionar mudanças significativas na realidade social das beneficiárias atendidas pelo programa, além de colocar a educação como uma forma de resolver os problemas do desemprego e controle da pobreza, tolhendo o contexto histórico que levou a marginalização dessas mulheres novamente por meio da inculcação do empreendedorismo e empregabilidade.

Entretanto, reconhecemos que essas políticas sociais antes negadas por outros governos, conforme pesquisas existentes como a de Panariri-Antunes et al. (2016, p. 159) que o programa Mulheres Mil trouxeram alguns benefícios para as mulheres atendidas “visto que foram observadas mudanças referentes à autoestima, escolaridade, profissionalização e vontade de estudar”.

Sabemos que inclusão social não depende somente da inserção do trabalhador no mercado de trabalho para se efetivar. Dessa forma, em que medida essas políticas estariam de fato colaborando para a saída do desemprego e da pobreza?

A oferta de cursos da modalidade Mulheres Mil ocorreu no ano de 2015.

Quadro 5: Identificação dos cursos ofertados no ano de 2015.

Cursos- Eixo Tecnológico	Parceiro Demandante	Escolaridade Mínima	Número de Vagas por Curso
Assistente Financeiro/Gestão e Negócios Mulheres Mil	MDS	Ensino Fundamental II Completo	20
Cuidador Infantil/Ambiente e Saúde Mulheres Mil	MDS	Ensino Fundamental II Completo	20
Montador e Reparador de Computadores/ Informação e Comunicação Mulheres Mil	MDS	Ensino Fundamental II Completo	20
Monitor do Uso e Conservação de Recursos Hídricos/Recursos Naturais	MDA	Ensino Fundamental I Completo	30

Fonte: Elaborado pela autora

A proposta do PRONATEC no ano de 2016 para o Campus Muriaé é o PRONATEC Setor Produtivo, cuja parceria é com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Conforme site do MDIC²⁴, o PRONATEC Setor Produtivo prevê o mapeamento da demanda junto às empresas e associações do setor produtivo, fazendo com que o alinhamento dos cursos à demanda dos setores produtivos, aumente a possibilidade de empregabilidade.

Essa lógica, apesar de parecer atual, apresenta fundamento nas orientações do Banco Mundial já na década de 1990. Para Leher (1999, p.29),

Com o aprofundamento sem precedentes da polarização na década de 1990, o Banco dedica cada vez mais maior atenção à construção de instituições adequadas à *era do mercado*, de modo a ter recursos institucionais para “manejar” as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos “homens de negócios” e pelos estrategistas políticos.

Nessa perspectiva, são os empresários que apresentam para as escolas o que deve ser ensinado dentro das suas demandas e interesses. Por este ângulo, o Campus Muriaé, enquanto unidade ofertante organiza a oferta dos cursos de acordo com as demandas propostas, o que verificamos a partir do quadro abaixo:

Quadro 6: Identificação dos cursos ofertados no ano de 2016.

Cursos- Eixo Tecnológico	Parceiro Demandante	Escolaridade Mínima	Número de Vagas por Curso
Assistente Financeiro/Gestão e Negócios	MDIC	Ensino Fundamental II Completo	20
Assistente de Logística/Gestão e Negócios	MDIC	Ensino Médio Incompleto	20
Eletricista industrial/Controle e Processos Industriais	MDIC	Ensino Fundamental I Completo	20

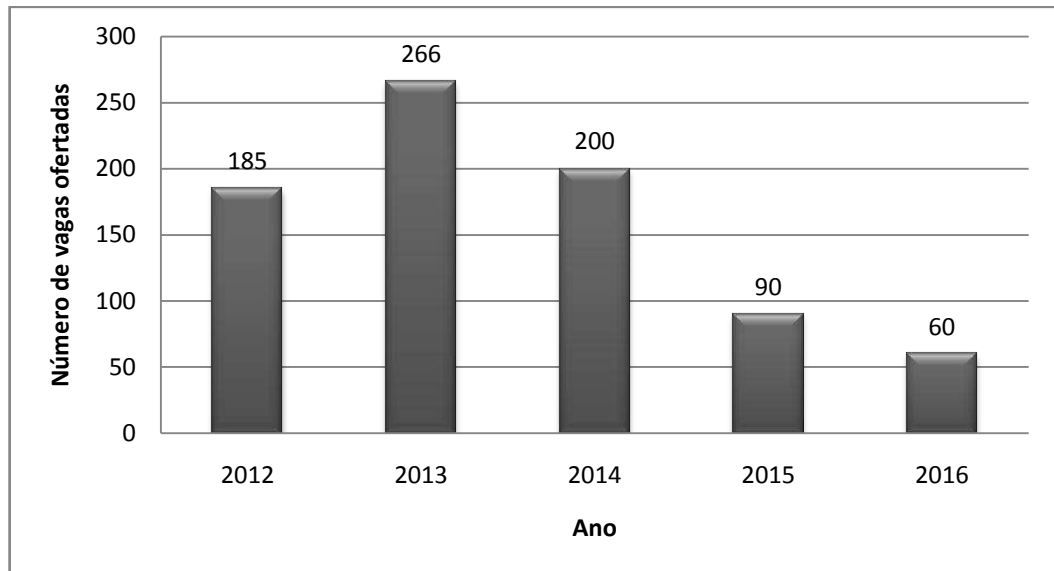
Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos quadros 2, 3, 4, 5 e 6 observamos que foram ofertadas pelo PRONATEC na sede do Campus Muriaé no ano de 2012, 185 vagas nos cursos FIC, seguido de 266 vagas em 2013, 200 vagas em 2014, 90 vagas em 2015 e 60 vagas em 2016.

²⁴ Mais informações disponíveis em: <<http://www.mdic.gov.br/noticias/709-noticia-01-primeira-noticia-4>>. Acesso em: 10 out. de 2016.

Através do gráfico 3, demonstramos que do total de 801 vagas que foram ofertadas, o ápice de oferta dos cursos FIC no Campus Muriaé foram nos anos de 2013 e 2014, com uma redução muito significativa das vagas nos anos seguintes de 2015 e 2016, chegando ao ano de 2016 a oferta de aproximadamente 22,5% do número de vagas do ano de 2013.

Gráfico 3: Número de vagas ofertadas no IF Sudeste MG- Campus Muriaé (2012 a 2016)



Fonte: Elaborado pela autora

Todos os cursos ofertados no período de 2012 a 2016, na modalidade Formação Inicial Continuada (FIC), foram realizados com carga horária variando de 160 a 360 horas.

O Campus Muriaé ofereceu, no período analisado, cursos nas seguintes áreas: Gestão e Negócios; Desenvolvimento Educacional e Social; Recursos Naturais; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação e Infraestrutura/ Controle e Processos Industriais.

Os cursos do eixo Gestão e Negócios foram ofertados com maior frequência, sendo composto pelos cursos: Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Recursos Humanos, Auxiliar Financeiro, Assistente Financeiro, Assistente de Logística, Recepcionista e Operador de Supermercado. Nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, os cursos ocorreram durante a semana no turno vespertino e no ano de 2016 foram ofertados à noite. Contaram com carga horária de aula teórica, aulas práticas no laboratório de informática e algumas visitas técnicas.

Já os cursos do eixo de Recursos Naturais: Horticultor Orgânico, Bovinocultor de Leite e Cafeicultor, aconteceram uma vez por semana durante todo o dia, por terem um público formado em sua maioria por trabalhadores rurais de Muriaé, distritos e municípios vizinhos. As aulas aconteceram na Unidade Rural do Campus Muriaé, que se encontra equipada com laboratórios e ambientes que favorecem as aulas práticas desses cursos.

Na área de Produção Cultural e Design, houve a oferta de dois cursos: Vitrinista e Confeccionador de Bijuterias, cuja equipe de professores foi formada pelos docentes que atuam/ atuaram no curso Tecnólogo em Moda. O uso do laboratório, equipado com estrutura para a disciplina desenho técnico, foi utilizado para projeções de peças que seriam posteriormente confeccionadas no curso.

Nos cursos do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer: Conductor Ambiental Local e Organizador de Eventos. No caso do curso de Conductor Ambiental Local, buscou-se articular junto à Secretaria Municipal de Turismo de Muriaé visitas técnicas a pontos turísticos em regiões próximas a Muriaé.

Já em relação ao Organizador de Eventos, foram ministrados *Workshops* por profissionais de franquias consolidadas no mercado, nas áreas de alimentação, fotografia, maquiagem e decoração. Foi proposta também aos alunos a organização de eventos temáticos sob a supervisão dos professores.

No eixo Desenvolvimento Educacional e Social, foram ofertados três cursos: Alfabetização Avançada, Matemática e Empreendedorismo, Libras Básico e Espanhol Básico. Os cursos também foram mais teóricos, com exceção de Libras Básico, que contou com viagem técnica a Manhuaçu- MG para o estabelecimento de um intercâmbio cultural com as diferentes comunidades surdas.

Na área Infraestrutura/ Controle de Processos Industriais, houve a oferta do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, sob a supervisão de docente efetivo da instituição, que também era coordenador dos cursos Técnico em Eletromecânica e Técnico Integrado em Eletrotécnica à época, e do curso de Eletricista Industrial. Os laboratórios dos cursos técnicos foram usados para as aulas práticas do PRONATEC.

No eixo Informação e Comunicação, foi ofertado o curso de Operador de Computador e as aulas aconteceram integralmente no laboratório de informática.

Foi possível observar que a maior parte dos cursos oferecidos mantém relação com os cursos regulares que existem no Campus Muriaé. Tal fato se deve à facilidade de organizar a oferta com o uso dos laboratórios existentes e por poder contar com os profissionais da instituição.

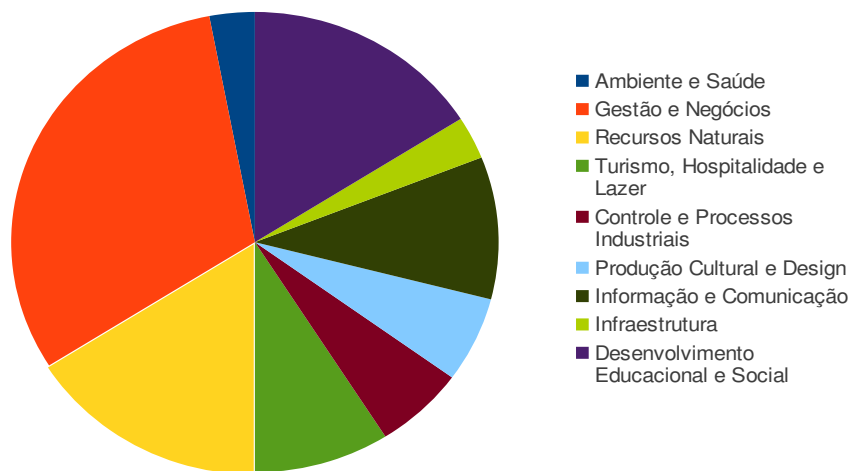
Como já foi dito anteriormente, os cursos que aconteceram com maior frequência foram os do eixo tecnológico Gestão e Negócios, o que enfatiza o que vimos observando em relação ao profissional que se deseja formar. Os cursos dessa área, além de muito genéricos, ou seja, são vistos como “coringas” para o acesso a qualquer posto de trabalho, apresentam demanda a qualquer tempo. O quadro 7 e o gráfico 4 ratificam essa observação e demonstram também os demais eixos de oferta dos cursos.

Quadro 7: Percentual de cursos por Eixo Tecnológico

Cursos Ofertados	Percentual por Eixo Tecnológico
Ambiente e Saúde	3%
Gestão e Negócios	31%
Recursos Naturais	16%
Turismo, Hospitalidade e Lazer	9%
Controle e Processos Industriais	6%
Produção Cultural e Design	6%
Informação e Comunicação	10%
Infraestrutura	3%
Desenvolvimento Educacional e Social	16%

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 4: Demonstrativo de oferta dos cursos por eixo tecnológico no período 2012-2016



Fonte: Elaborado pela autora

3.5 Análise dos conteúdos constantes nos planos de ensino dos cursos

O currículo enquanto instrumento de formação do indivíduo reflete e orienta a prática educacional, que pode se caracterizar pelo conformismo e reprodução da sociedade, ou pela construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Por isso, ressaltamos a importância do diálogo entre o que é dito e o prescrito pelos documentos que orientam a prática educativa. Diferentemente dos currículos que são definidos hierarquicamente, no caso do PRONATEC, não existe um currículo pré definido, porque os planos de cursos ao serem elaborados pelos profissionais envolvidos nos cursos podem trazer uma leitura diferenciada para a sala de aula.

Os conteúdos constantes nos planos de cursos do quadro 8 eram elaborados pelos docentes e supervisores dos cursos com base no Guia PRONATEC de cursos (2012) que traz a carga horária mínima exigida, a escolaridade mínima e o perfil de profissional que se deseja formar, mas tanto a parte pedagógica quanto os materiais e a distribuição de carga horária das aulas são elaborados pelos atores sociais do programa.

Quanto aos conteúdos ministrados nos cursos, foi possível observar, através dos planos dos cursos constantes do arquivo do PRONATEC- Campus Muriaé, que todos reservam maior carga horária para disciplinas específicas inerentes a cada curso, mas contemplam também carga horária para disciplinas básicas que servem de pré requisito para as específicas, como português e matemática. A disciplina de Orientação Profissional e Cidadania também é um módulo de 20 horas presente na maioria dos cursos FIC. O quadro 8 traz as disciplinas e suas respectivas cargas horárias por curso.

Quadro 8: Descrição das disciplinas constantes nos planos de curso

Cursos Ofertados	Disciplinas/ Carga Horária
Alfabetização Avançada, Matemática e Empreendedorismo	Língua Portuguesa- 60h Matemática- 40h Orientação Profissional- 20h Empreendedorismo- 80h Informática- 40h Total: 240 horas
Auxiliar Administrativo	Português e Redação Empresarial- 20h Matemática Comercial e Financeira- 20h Ética Profissional e Legislação Trabalhista- 20h Informática Básica- 20h Relacionamento Interpessoal e Comportamento Organizacional- 20h Introdução à Administração- 20h

	<p>Logística: Estoque, Produção, Transporte e Venda- 20h Práticas de Identificação e Técnicas de Arquivamento- 10h Práticas aplicadas à Administração- 10h Total: 160 horas</p>
Auxiliar de Recursos Humanos	<p>Noções de administração e prática de gestão de recursos humanos – 60h Ética profissional- 20h Noções de direito do trabalho – 60h Comunicação- 20h Total: 160 horas</p>
Auxiliar Financeiro	<p>Matemática básica e financeira- 40h Introdução à administração financeira - 60h Introdução à contabilidade de custos - 40h Orientação profissional – 20h Total: 160 horas</p>
Assistente Financeiro (Modalidade: Mulheres Mil)	<p>Núcleo Fundamental Língua Portuguesa - 20h Matemática Básica- 20h Núcleo Articulador Atividade de Integração com Formadoras e alunas: Mapa da Vida – 04h Autoestima e Relacionamento Interpessoal, Beleza e Vestuário- 06h Saúde da Mulher- 02h Cidadania e Direitos da Mulher- 02h Empreendedorismo e Geração de renda- 02h Sustentabilidade- 02h Núcleo Tecnológico Matemática Básica e Financeira- 40h Introdução à Administração Financeira- 40h Noções de Direito do Trabalho- 20h Introdução à Contabilidade de Custos- 40h Ética Profissional- 20h Total: 218 horas</p>
Bovinocultor de Leite	<p>Administração Rural- 40 h Produção bovinocultura de leite- 40 h Alimentação- 40 h Reprodução e Melhoramento genético - 40 h Qualidade do leite e beneficiamento do leite- 40 h Total: 200 horas</p>
Cafeicultor	<p>Introdução à cafeicultura orgânica - 10h Ecologia aplicada à horticultura – 08h Manejo agroecológico do solo- 20h Construção de viveiro e produção de mudas orgânicas- 16h Planejamento e implantação da cultura orgânica – 12h Manejo agroecológico de pragas e doenças – 20h Condução da cultura de café orgânico- 20h Colheita – 16h Manejo pós colheita- 16h Custo de produção e comercialização de café orgânico – 12h Certificação de café orgânico – 10h Total: 160 horas</p>

Condutor Ambiental Local	Cooperativismo- 10h Informática- 10h Ética profissional- 20h Matemática- 20h História, cultura e patrimônio- 10h Desenvolvimento sustentável e educação ambiental- 20h História e cultura local e regional- 20h Total: 160 horas
Confeccionador de Bijuterias	Desenho de Bijuterias- 40h Sustentabilidade e Reaproveitamento de Materiais – 30h Negócios: custo, valor e venda no varejo – 30h Oficina de Montagem de Bijuterias – 60h Total: 160 horas
Cuidador Infantil (Modalidade: Mulheres Mil)	Núcleo Fundamental Língua Portuguesa - 20h Matemática Básica- 20h Núcleo Articulador Atividade de Integração com Formadoras e alunas: Mapa da Vida – 04h Autoestima e Relacionamento Interpessoal, Beleza e Vestuário- 06h Saúde da Mulher- 02h Cidadania e Direitos da Mulher- 02h Empreendedorismo e Geração de renda- 02h Sustentabilidade- 02h Núcleo Tecnológico Anatomia do recém-nascido- 12h Saúde da criança com necessidades especiais-16h Saúde mental na infância (violência contra a criança/ alterações emocionais na mãe/ alterações emocionais infantis)- 10h Nutrição Infantil- 16h Principais Doenças da Infância, Vacinação e Saúde Bucal- 24h Amamentação Materna e Artificial/ Alimentação- 12h Noções de Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes- 16h O Cuidador Infantil- 12h Primeiros Cuidados com o recém-nascido- 36h Legislação aplicada- 10h Total: 218 horas
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	Introdução às instalações elétricas de luz e força em baixa tensão – 40h Ferramentas para instalações elétricas- 20h Projeto das instalações elétricas – 140h Luminotécnica – 20h Instalações para força motriz – 80h Total: 300 horas
Espanhol Básico	Espanhol Básico - 140 h Orientação Profissional - 20 h Total: 160 horas
Horticultor Orgânico	Introdução à horticultura orgânica - 10h Ecologia aplicada à horticultura - 08h Manejo agroecológico do solo - 20h Propagação de olerícolas orgânicas – 20h

	<p>Plantio- 20h Condução da horta orgânica – 20h Manejo agroecológico de pragas e doenças – 24h Colheita e processamento de olerícolas orgânicas – 16h Custos de produção e comercialização de produtos orgânicos- 12h Certificação de produtos orgânicos – 10h Comunicação/ ética: 20h Total: 160 horas</p>
Libras Básico	<p>Introdução à Língua de Sinais Dactilologia Língua de Sinais Orientação espacial e movimento Expressões faciais e corporais Os sistemas de expressões gestuais Configuração das mãos Ponto de articulação Estrutura das palavras Estrutura das frases em libras Sinais Polissêmicos História da Educação dos Surdos Parâmetros da língua de sinais Histórias e Poesias Totalizando: 140h Comunicação/ ética: 20h Total: 160 horas</p>
Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos	<p>Relações Interpessoais e Ética Profissional - 20h Meio Ambiente e Sustentabilidade 40h Hidrologia e Hidrometria 40h Legislação Ambiental 20h Uso e Conservação de Recursos Hídricos 40h Monitoramento de Recursos Hídricos 40h Total: 200h</p>
Montador e Reparador de Computadores (Modalidade: Mulheres Mil)	<p>Núcleo Fundamental Língua Portuguesa - 20h Matemática Básica- 20h Núcleo Articulador Atividade de Integração com Formadoras e alunas: Mapa da Vida – 04h Autoestima e Relacionamento Interpessoal, Beleza e Vestuário- 06h Saúde da Mulher- 02h Cidadania e Direitos da Mulher- 02h Empreendedorismo e Geração de renda- 02h Sustentabilidade- 02h Núcleo Tecnológico História e evolução dos computadores- 10h Montagem e manutenção dos computadores- 30h Instalação de Sistemas Operacionais- 30h Informática Básica- 50h Informática: internet e outros recursos- 20h Orientação Profissional- 20h Total: 218 horas</p>

Operador de Computador	Introdução à Informática- 08h Informática Básica- 96h Informática: Internet e outros recursos- 36h Orientação Profissional- 20h Total: 160 horas
Operador de Supermercados	Introdução ao Marketing de Varejo – 24h Atendimento ao cliente- 16h Prática na manipulação de alimentos – 16h Matemática comercial e financeira- 40h Sistemas de operação de caixa/ Introdução à informática – 24h Estrutura e funcionamento de um supermercado- 40h Orientação Profissional/ Ética - 24h Organização de estoques e armazenagem – 16h Total: 200 horas
Organizador de Eventos	Organização de eventos - 120h Comunicação/Ética – 20h Workshop – 24h Aula prática – 16h Total: 180 horas
Recepcionista	Recepção: conceitos gerais – 100h Informática- 20h Workshop – 40h Total: 160 horas

Fonte: Elaborado pela autora

Como já foi dito, a ênfase fica na parte específica do profissional que se deseja formar conforme o Guia de Cursos FIC do PRONATEC. Podemos observar que os planos de cursos, apesar de trazerem conteúdos que colaborariam para a formação cidadã, reservam carga horária muito limitada, tendendo a uma formação mais técnica, mais unilateral, que atenda aos anseios do mercado de trabalho e fomente a capacidade empreendedora do indivíduo. A carga horária e a escolaridade mínima exigidas para os cursos também se refletem nos planos de cursos, uma vez que os objetivos e a carga horária total dos cursos são prescritos pelo Guia de cursos FIC e esta deve ser fracionada para atingir o objetivo definido para o curso.

Outros conteúdos, como a informática, correspondem às novas exigências postas pela adesão da tecnologia e informática no mundo do trabalho, e a inclusão digital dos beneficiários.

A disciplina de orientação profissional possibilitaria a aprendizagem de noções básicas com relação à postura no mercado de trabalho. No entanto, nos questionamos se 20 horas seriam suficientes para o que se propõe a disciplina, tendo em vista as características do público alvo (famílias de camadas populares do CAD Único).

Nesse sentido, além da pouca carga horária dos cursos, temos que considerar que o público alvo do PRONATEC são, muitas vezes, pessoas menos escolarizadas. Então, quais seriam as chances desse público de concorrência no mercado de trabalho?

Daí o incentivo ao empreendedorismo como uma via de solução eficaz. Para Kuenzer (1999) o aligeiramento da formação para pessoas pouco escolarizadas dificilmente resolverão a inserção/ inclusão do trabalhador no mundo do trabalho, podendo ser útil a qualificação de mais mão obra para inclusão em postos de trabalho informal e precarizado.

A leitura acrítica e superficial dos documentos do PRONATEC parece agregar apenas uma face positiva ao programa, mas à medida que avançamos nas análises dos documentos, percebemos o quanto as categorias ora analisadas: empregabilidade, competências, inclusão social, cidadania e sustentabilidade, associam-se à racionalidade capitalista e não ao favorecimento de fato de uma formação sólida que possibilite oportunidades de ascensão social dos beneficiários, tampouco de romper com as relações de poder existentes nessa sociedade.

Entretanto, consideramos positiva a autonomia que os profissionais possuem de elaborar os planos dos cursos que serão desenvolvidos, uma vez que possibilitam que estes sejam agentes ativos na construção de conhecimentos e propostas de uma educação mais crítica e contra hegemônica.

Gramsci (2001) criticou, no início do séc. XX, o tipo de escola imediatamente interessada, já que esta muitas vezes tem demonstrado prevalência sobre a escola formativa desinteressada. Para o autor, “a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início do currículo escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência”, que continuam a criar estratificações sociais, por meio de uma educação emancipadora para os grupos mais favorecidos e outra mais imediatista para os grupos menos favorecidos (GRAMSCI, 2001, p.50).

As questões aqui apresentadas ao serem problematizadas nos fazem refletir sobre esse sistema cultural que conforma essa condição com o nosso consentimento (consciente ou inconsciente) e daqueles que defendem os ideais dominantes como se fosse sua própria ideia expressa.

3.6 Perspectivas dos profissionais do Campus Muriaé acerca do PRONATEC

A oferta de cursos FIC na rede federal é muitas vezes questionada, como assinala Mathias (2015)²⁵ tanto pela sua predominância sobre os cursos técnicos, quanto pela importância que esses cursos têm adquirido na política de educação profissional. Esta e outras questões como o aligeiramento da formação, politécnia e emancipação foram tratadas junto aos representantes da SETEC, no 3º Fórum Mundial de EPT.

Para além desses apontamentos, que também são percebidos nos discursos de alguns profissionais que atuaram no PRONATEC- Campus Muriaé, compreendemos que o discurso enquanto prática social nos leva a compreender qual o significado do PRONATEC para os entrevistados e qual é o sentido atribuído por eles as categorias **inclusão, emancipação, empregabilidade e cidadania** presentes nos documentos de referência do programa e a percepção de cada um dos profissionais.

As entrevistas realizadas com as gestoras do programa tiveram como orientação questões sobre a implantação dos cursos; conhecimento sobre a legislação; meio de seleção dos cursos propostos; seleção dos profissionais; entendimento sobre os objetivos e conceitos recorrentes nos textos do PRONATEC, como inclusão e emancipação; apontamento das dificuldades encontradas, bem como de sugestões para possíveis melhorias.

As entrevistas com os supervisores e orientador do programa tiveram como eixo central o entendimento que estes têm do PRONATEC em relação os objetivos; sobre o tipo de formação que se consolida com o programa; questões de ordem pedagógica e de aproveitamento dos cursos; entendimento sobre os objetivos e conceitos recorrentes nos textos do PRONATEC, como inclusão e emancipação; e apontamento das dificuldades encontradas, bem como de sugestões para possíveis melhorias.

As entrevistas com os docentes tiveram como objetivo verificar a interlocução destes com o programa e a apreensão que cada um tem a partir da sua prática docente; entendimento sobre os conceitos recorrentes nos textos do PRONATEC, como inclusão e emancipação; e apontamento das dificuldades encontradas, bem como de sugestões para possíveis melhorias.

²⁵ Mais informações disponíveis em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-a-produtividade-ou-para-a-emancipacao>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Os dados coletados nas entrevistas foram organizados por categorias que ajudaram na compreensão da implantação e da percepção dos atores sociais envolvidos no PRONATEC.

Primeiramente, buscamos captar a ideia inicial que cada entrevistado tem do programa, conforme observamos abaixo nas falas que seguem.

Na minha visão, o programa tem o objetivo de levar qualificação a um número elevado de pessoas, portanto a preocupação maior é o quantitativo e não necessariamente a qualidade dos cursos oferecidos. (Docente 1)

Por conta também da própria natureza do PRONATEC que eu pude conhecer, ele tá muito focado na questão do emprego, nessa visão de **empreendedorismo** e ele já deixou claro também uma dificuldade nesse sentido também pra escola, ou seja, traduz nessas visões todas [...], estão subjacentes a essa visões todas de empreendedorismo ou coisas do gênero: **autoemprego, capacitação para o trabalho** [...] (Docente 2 grifos nossos)

Sempre pensei o PRONATEC como uma política para capacitar e qualificar mão de obra para assumir determinados setores no mercado de trabalho e, com isso, **incluir** aqueles que estão excluídos de vários espaços e lugares físicos, sociais, econômicos, culturais etc. (Docente 3 grifo nosso)

O PRONATEC dá uma visão sobre aquela profissão ou atividade aos seus beneficiários, se houver afinidade, ele poderá desenvolver-se, mas com esforços próprios. (Supervisor 1)

Ao analisarmos os discursos presentes nas falas, compreendemos que as categorias empregabilidade, empreendedorismo e inclusão que vimos desenvolvendo ao longo do texto se reitem e tomam a forma de “mantra”, no sentido de dar autoridade aos argumentos. Para o Docente 1, o programa como um todo deixa claro sua preocupação com o quantitativo em detrimento do qualitativo, como se a solução para a falta de empregos fosse a quantidade de mão de obra qualificada, quando na realidade não será o número de trabalhadores qualificados que aumentarão os postos de trabalho e tampouco o emprego. O gráfico 2 ratifica como a expansão do programa e do número de matrículas foi efetivado rapidamente, demonstrando também que a concentração maior de matrículas encontra-se no Sistema S e na oferta de cursos de Formação Inicial Continuada.

Para o Docente 2, o PRONATEC não deixa dúvida quanto as suas intenções de qualificação para o empreendedorismo e empregabilidade, dois conceitos que são

utilizados para que o trabalhador acredite que os cursos poderão colaborar para desenvolver habilidades e competências que podem fazer com que sua capacidade empreendedora seja despertada, assim como torná-lo apto ou empregável. Tais conceitos, além de muito abstratos, são utilizados para transferir a responsabilidade do sucesso ou fracasso profissional para o próprio trabalhador.

O empreendedorismo vem ganhando lugar de destaque no campo educacional e nas políticas educacionais brasileiras, cujas ideias se articulam às ideologias que reforçam o individualismo e projetos de autorrealização independente da condição social. Como expõe Cêa e Luz (2006), o tema tem ganhado notoriedade em muitos projetos pedagógicos de diversas escolas e sendo disseminado rapidamente com suposta superioridade em relação às demais propostas pedagógicas. O incentivo ao empreendedorismo afirma-se a partir do pressuposto de que a materialização dos sonhos depende somente da coragem, do potencial empreendedor e da disposição de cada um para enfrentar os desafios, como um elemento intrínseco ao ser humano.

A ideologia do empreendedorismo é uma estratégia que obscurece a realidade social e transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo desenvolvimento de sua capacidade empreendedora e conseqüentemente de sua realização pessoal e profissional.

Com a expressão “se houver afinidade” apresentada pelo Supervisor 1, percebemos que a lógica que permanece é a da culpabilização do indivíduo, ou seja, cabe a ele “ajustar-se” a proposição dos conteúdos e se apropriar de conhecimentos e aptidões que o permitam o desenvolvimento profissional.

Para o Docente 3, o programa tem centralidade na capacitação de mão de obra para inclusão no mercado de trabalho e ainda vincula a inclusão à questão econômica e à educação. Percebe-se na fala uma defesa ao programa por acreditar que este de fato cumpre o que promete em seus documentos. No entanto, ao mencionar a questão da inclusão, não problematiza a realidade da exclusão dos postos de trabalho. Ou seja, não reflete sobre a realidade da incapacidade da oferta de emprego a todos os qualificados, não percebe ou não discute a questão da desigualdade como uma característica inerente ao sistema de classes. A alienação é um estado constante nessa forma de educação, tendo em vista, a ausência da reflexão crítica sobre o sujeito e do sujeito na sociedade.

Os relatos dos docentes e do supervisor de curso demonstraram pouco conhecimento sobre as legislações específicas do PRONATEC. No entanto, o

conhecimento que estes possuem do programa vem do que foi publicizado pela mídia e pelas reuniões internas que aconteceram antes e durante os cursos.

A experiência dos entrevistados obtida por meio da atuação nos cursos e na relação com os alunos também aparecem nas falas. Assim, podemos perceber, na visão dos docentes, aspectos relevantes como: a prevalência do quantitativo sobre o qualitativo, a ênfase na formação para a inclusão no mercado de trabalho e a contradição que permeia esse tipo de formação, uma vez que supõe uma ampliação do “acesso” à educação, cujo êxito dependerá do esforço e da capacidade de cada um. A responsabilização do aluno por seu aproveitamento é uma forma de reforço à ideologia da meritocracia, tão enfatizada na nossa sociedade, ou seja, o fracasso do aluno é atribuído a ele mesmo. Todas essas ideologias, como podemos ver através das análises dos discursos, têm se perpetuado nas políticas de qualificação profissional desde a década de 1990 aos dias atuais, ou seja, “os programas têm o efeito de manter a expectativa de trabalhar, fazer crer no esforço individual, no seu fracasso e de diminuir a busca do emprego” (FALEIROS, 2009, p. 193).

O objetivo seguinte foi entender como ocorre a seleção e as propostas dos cursos, se os cursos estariam de acordo com as necessidades do setor produtivo/ da região, ou se algum outro critério era utilizado para proposição dos cursos.

Conforme apontado pela Gestora 1, as parcerias entre os demandantes e ofertantes ocorreram dentro das possibilidades de cada um, ou seja, os cursos ofertados inicialmente foram delimitados pela capacidade de oferta existente no Campus, em comum acordo com o demandante:

No início, tentando viabilizar a implantação do curso no campus e dado o pequeno tamanho da equipe em 2012, a oferta de cursos foi montada, dentro dos cursos indicados no catálogo de cursos do Pronatec, conforme a nossa capacidade de oferecê-los. Posteriormente, a prefeitura iniciou o processo de pesquisa de demanda entre a população e entre a demanda que chega e a possibilidade interna de oferecimento os cursos são montados. Sei que a população colocada como público alvo é ouvida, mas não sei dizer necessariamente se atende as necessidades do setor produtivo da região (Gestora 1).

[...] a comunidade, no que tange aos beneficiários do programa, não é ouvida. Temos a discussão na comunidade acadêmica, com as diretorias da unidade de ensino e profissionais da educação das Prefeituras (Gestora 2).

Para a Gestora 1 a população é ouvida na proposição dos cursos, mas não soube informar se os cursos atendem as necessidades dos arranjos produtivos locais. Já a Gestora 2 afirmou que os beneficiários não são consultados na proposição dos cursos, ficando a discussão em torno da comunidade acadêmica, prefeituras e diretores das instituições de ensino.

Algumas experiências, como o PRONACAMPO, que já foi citado anteriormente, é apontado pela Gestora 2 como uma proposta positiva quanto ao atendimento das demandas de trabalhadores da região. O PRONACAMPO é uma modalidade diferente do PRONATEC/BSM, pois foi destinado à população do campo. O êxito nessa experiência do PRONACAMPO ressaltada pela Gestora 2, se deve ao fato de que foi possível ofertar um curso que atendeu às demandas e às expectativas dos estudantes que frequentavam os cursos, tendo em vista que esta demanda se materializou a partir de projetos de extensão que já vinham sendo desenvolvidos no Campus Muriaé com esse público. Para a Gestora 2,

Na maioria das vezes, os cursos ofertados refletem a necessidade produtiva da região. Tivemos uma excelente experiência com o Pronacampo,[...] que, realmente atendeu às necessidades dos agricultores familiares da nossa região, através dos cursos de Cafeicultura e Horticultor Orgânico, oferecidos em 2013 e 2014 (Gestora 2).

Quanto à carga horária dos cursos, os entrevistados foram unânimes em dizer que consideravam muito limitadas, agravando-se ainda mais em alguns casos onde o profissional em tese deveria sair capacitado para realização de trabalhos de “risco”, como no caso do curso de Eletricista.

Acho pouco provável que um indivíduo adquira um conhecimento minimamente sólido, que permita seu ingresso no mercado de trabalho com poucas horas de capacitação [...] ao mesmo tempo entendo que o programa é emergencial, com o objetivo de fazer uma rápida **inclusão** no mercado de trabalho[...] dependendo do curso, provavelmente isto seja até possível, outros acho perda de tempo [...] (Supervisor 1- grifo nosso).

Em geral a carga horária de cada uma das disciplinas é baixa. Esse fato acentua-se ainda mais quando nos deparamos com turmas onde há alunos que deixaram as escolas há muito tempo e que possuem uma baixa escolaridade. Geralmente esses alunos têm dificuldades em acompanhar o processo e muitas vezes fazem com que o ritmo da disciplina com a turma caia, fazendo com que sua ementa não seja cumprida no curto espaço de tempo a ela destinada. Em turmas um pouco mais homogêneas e com alunos que ainda estão cursando o

ensino médio ou o concluíram há pouco tempo as disciplinas conseguem se desenvolver melhor, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, porém são raros estes casos (Orientador).

Percebemos, novamente, uma transferência da responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso ao estudante. Quando a clientela é a excluída, associada à baixa escolaridade, como aponta Kuenzer (1999), dificilmente cursos rápidos irão resolver o problema da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

No entanto, mesmo sabendo do baixo retorno e da resposta desses estudantes aos cursos, cabe a nós profissionais da educação problematizarmos o que se pretende com programas como o PRONATEC e não aceitar e justificar os insucessos por meio apenas da culpabilização do estudante que também pode não estar sendo atendido em suas expectativas.

O que significa o termo “homogêneo”? Dificilmente encontraremos uma turma homogênea e uniforme no PRONATEC/BSM, a começar pelo recorte de faixa etária do público alvo, que está entre 16 e 59 anos, considerada pela política como a idade produtiva, e os beneficiários se caracterizam por diversificadas trajetórias sociais, educacionais e diferentes perspectivas. Mesmo numa turma mais “homogênea” no quesito faixa etária, as dificuldades de aprendizagem, a cultura e a forma de pensar e agir dos estudantes são muito diversas, sendo, portanto, influenciadas também pela origem do aluno. Nesse sentido, qual seria o papel da escola frente aos desafios que permeiam o cotidiano escolar? Se por um lado estamos lidando com os “excluídos” da sociedade, temos que ter muito cuidado para não reforçar essa condição ao estudante, responsabilizando-o pelo seu fracasso.

A adesão às regras do jogo nos leva a problematizar se nossa postura se condiciona a uma tarefa de simplesmente repetir sem questionar o que está posto, ou em que medida buscamos romper com práticas educacionais de manutenção da ordem estabelecida.

No entanto, apesar de constarem o eixo inclusão, verificamos nas falas anteriores dos entrevistados permanece a lógica do empreendedorismo, o que por sua vez, restringe as possibilidades de alteração da realidade presente nessa forma de educação.

Porém, cabe-nos salientar o potencial dos intelectuais que participaram desse programa de governo, uma vez que, ao possuírem autonomia didático-pedagógica podem promover uma visão crítica ou acrítica no seu fazer docente. Estar na postura do docente é a chave para a efetivação de propostas contra hegemônicas.

Ainda que as falas entrevistados remetam a uma visão de imutabilidade, conformismo, fragilidade crítica e até mesmo reprodutivista – uma vez que, identificamos uma culpabilização/ responsabilização do indivíduo por sua própria aprendizagem e conseqüentemente empregabilidade e capacidade empreendedora – não se pode perder de vista que, “os agentes sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter) ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 46).

Nessa perspectiva, Gramsci (2001) salienta que o papel dos intelectuais²⁶ está ligado tanto à questão da produção material, estrutura econômica e mundo do trabalho, quanto do desenvolvimento de conhecimentos que sustentam o propósito das classes a que estão ligados- produção científica, política comunicações, etc. Daí, a menção ao embate ideológico e a conquista do consenso. Os intelectuais exercem papel fundamental na produção, disseminação e apropriação de conhecimentos que podem tanto conservar a ordem quanto revolucionar.

A consideração sobre o público alvo dos cursos aponta os desafios pedagógicos que serão encontrados nas relações ensino-aprendizagem. Daí a importância de se traçar um perfil desses estudantes, buscando perceber suas expectativas e limitações e de capacitar os profissionais para que suas ações sejam mais consoantes com a realidade dos beneficiários. Os discursos apontam para dificuldades com a carga horária limitada dos cursos, como sendo insuficiente para uma formação de qualidade. A prioridade para os cursos aligeirados, conforme Kuenzer (1999, p. 137), deve-se ao fato de que “não há justificativa para altos investimentos públicos nos níveis mais elevados de educação, tampouco na formação profissional, para postos de trabalho que não existem”.

Entendido como um programa emergencial na visão de um dos supervisores e de um docente, a palavra “inclusão” aparece como sinônimo de “inserir” no mercado de trabalho, mas na mesma fala do supervisor, percebemos a contradição entre a ideia de como fazer uma inclusão emergencial, se em alguns cursos o conhecimento prévio seria insuficiente para essa inserção.

Para Oliveira (2003, p. 24), muitos “mecanismos ideológicos justificadores” são utilizados para explicar as contradições produzidas nesta sociedade, dentre as quais a

²⁶ Dentre os intelectuais, Gramsci (2001) diferencia aqueles que, com o desenvolvimento do capitalismo, vão surgindo para atender as necessidades da nova ordem: intelectuais orgânicos. Os intelectuais tradicionais, assim definidos pelo pensador, são aqueles que permanecem mesmo com a mudança do modo de produção, não estando ligados organicamente às classes antagônicas.

falta de emprego, as desigualdades e outras. A empregabilidade e competências são alguns deles, que são utilizados para justificar a falta de empregos através da alegação da falta de capacitação e de competência do indivíduo. Tais explicações fazem com que o indivíduo se responsabilize pela sua inserção no mercado de trabalho ao mesmo tempo desresponsabiliza o Estado de suas obrigações.

Como os discursos de inclusão são recorrentes nos textos e documentos de concepção e normatização do PRONATEC, os entrevistados foram questionados sob qual perspectiva concebem o programa. Para a Gestora 1, o conceito de inclusão está relacionado à inclusão econômica do indivíduo:

Enquanto ideia percebe-se um claro direcionamento para o atendimento ao mercado de trabalho. Isso porque [...] a Prefeitura se encarrega de demandar os cursos conforme pesquisa que são feitas com as pessoas, que tem interesse imediato em um emprego. Considerado o tempo dos cursos, os objetivos que devem ser atendidos e a previsão das disciplinas, nota-se uma preocupação com uma super [...] rápida preparação técnica do indivíduo para atender as necessidades do mercado. Na verdade, partindo do pressuposto que **a exclusão econômica traz as demais formas de exclusão**, poderia ser o início de um processo, mas a programação não previa muita coisa nesse sentido. Em termos de realidade, a programação dos cursos FIC, assim como o tempo de duração dos cursos não permite muita coisa em termos de uma qualificação de fato. Além disso, o programa limita as questões relacionadas a reprovação e um preparo mais exigente do aluno, só é possível reprovar o aluno por frequência e a pressão do programa quanto a redução da evasão é muito grande. Eu via, na época, o Pronatec como um ideal pouco factível, um conjunto de intenções que não viabilizava necessariamente para todos o feito da inclusão e da qualificação [...] poucos alunos alcançando sucesso com relação a todo o recurso financeiro e toda a energia gasta no programa. Essa foi a minha impressão na época [...] mas pode ser que atualmente isso tenha mudado (Gestora 1- grifo nosso).

Para a Gestora 1, a inclusão se vincula a inclusão econômica do indivíduo. Dessa forma, se a qualificação por meio do PRONATEC não for suficiente para mudar a condição econômica da pessoa, ou seja, não for suficiente para a garantia de um emprego, a inclusão não se efetivará, tendo em vista que as diversas formas de exclusão seriam produto da falta de emprego e renda. Considerando que o mercado exigiria cada vez mais profissionais bem qualificados, a Gestora 1 apresentou outras preocupações como a pouca carga horária dos cursos e um preparo mais exigente dos alunos.

Assim, ao mesmo tempo em que o programa parece beneficiar o trabalhador, por meio de cursos rápidos para quem possui baixa escolaridade e está em busca de um

emprego, na realidade atende aos anseios do capital que terá a formação de um exército de reserva a sua disposição com mão de obra cada vez mais barata, que por acreditar no ideal da empregabilidade permanece na busca constante por qualificação.

Considerando o grau de competitividade e as poucas vagas de emprego existentes, o que se fomenta ideologicamente com as políticas de formação profissional aligeiradas é a empregabilidade, que dentro dessa lógica, deixa de ser obrigação do Estado e passa a ser da responsabilidade do indivíduo a capacidade de mudar sua condição social.

Na verdade, todos estão incluídos na sociedade do capital. A questão é como estamos incluídos, já que conforme Silva (2002), as relações de exclusão e exploração fazem parte dessa sociedade que necessita de todos para sobreviver e nesse jogo precisa do Estado que mantém sob controle por meio das políticas sociais, mesmo que ideologicamente, uma inclusão factível. Isso justifica as contradições que encontramos quando tentamos entender os significados, as intenções e o que se deseja efetivar com políticas como o PRONATEC. Já na visão do Docente 4, o apontamento do PRONATEC como instrumento acessório de educação enfatiza a educação que se destina ao público do PRONATEC, uma educação fragmentada que talvez não atenda nem ao mercado de trabalho, já que o mercado exigiria uma formação mais contundente.

Vejo que o mercado de trabalho demanda cada vez mais por mão de obra especializada, principalmente na nova economia que surge. No entanto, percebo que o PRONATEC é um instrumento acessório de educação, uma política de **inclusão**, porque mesmo sendo “**acessório**” é uma forma de se educar, e a educação, ao trazer oportunidade de qualificação, conseqüentemente criam-se condições de se reduzir as desigualdades (Docente 4 - grifos nosso)

A inclusão aparece como um argumento para o fato do programa não possibilitar a inserção no mercado de trabalho, ou seja, se não serve para inserir no mercado, então serve para inclusão. Inclusão aqui se vincula somente à oportunidade das classes subalternas estarem conseguindo acesso a instituições públicas de qualidade. Daí, sem a devida reflexão, somos cooptados por discursos dominantes (do individualismo e da meritocracia) que nos levam à reprodução de que está sendo dada a oportunidade, e aqueles que souberem “aproveitar” essa oportunidade, poderão ser incluídos. A forma como o Docente 4 concebe o PRONATEC demonstra que as estratégias ideológicas que se desejam incutir por meio dessas políticas são assimiladas pela sociedade, já que

acreditamos que o governo está fazendo seu papel, ou seja, mesmo que esteja sendo dada uma educação com limitações, está sendo oferecida educação.

Para Frigotto (2010, p. 192), “uma “meia educação” torna-se amplamente funcional e produtiva para a estabilidade do sistema social em geral”, ou seja, uma proposta de educação aligeirada, utilitarista e pragmática somente visa atender às necessidades do sistema produtivo, sendo indispensável à função de conformação dos trabalhadores que não conseguem desenvolver o que plenamente desejam ser e se tornam força de trabalho barata para o capital.

Cabe ressaltar que o fato do PRONATEC/BSM, como já foi explanado, ocorrer em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e se destinar aos “excluídos”, faz com que percebamos nas falas dos entrevistados uma tendência a considerar que o simples fato do acesso à educação e à socialização no ambiente escolar sejam considerados requisitos para incluir essas pessoas, quando na realidade a inclusão social necessita de muitas outras dimensões.

Observamos também que a contradição apresentada pelo Docente 4 deve-se ao fato de que,

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais. Esta contradição é dissimulada pelas ideologias humanistas, progressistas ou liberais, que apresentam estas medidas como instrumentos de igualdade social, de melhoramento de bem-estar, de igualdade de oportunidades (FALEIROS, 2009, p. 46).

Assim, temos a falsa impressão de que as demandas sociais estão sendo atendidas, quando na realidade, as intenções implícitas estão imbricadas à hegemonia dos grupos mais favorecidos.

A fala do Orientador do programa evidencia o fato de que, mesmo que o indivíduo busque essa capacitação, a mesma não é garantia de inclusão no mercado de trabalho, já que este, além de não possuir vagas para todos, demanda cada vez mais qualificação.

Acredito que seja uma política de inclusão e também de assistencialismo, na maioria das vezes. A formação inicial continuada geralmente não tem continuidade e passa a ser somente uma formação aligeirada mesmo. Na grande maioria das vezes o beneficiário “formado” em cursos com essa característica não atende ao mercado

de trabalho, que cada vez seleciona trabalhadores mais capacitados por valores mais baixos, devido a grande procura por vagas de emprego (Orientador).

O cunho clientelista dessas políticas no campo ideológico, segundo Simionatto (2009) é uma forma de amortecer conflitos sociais e provocar a passividade e a confiança da classe subalterna, que acredita estar sendo atendida em suas necessidades.

Quanto ao entendimento sobre a proposta do PRONATEC, os posicionamentos divergem, ora parecem partir da perspectiva de reflexão da realidade, ora da reprodução de discursos hegemônicos, desconsiderando o contexto histórico e a lógica em que se materializam tais políticas.

[...] eu acho que ele tem uma grave limitação. Partindo do entendimento que eu acho que os Institutos em relação ao PRONATEC [...] em relação aos Institutos eu tenho um relativo conhecimento e acho que o PRONATEC acaba não se adequando a uma formação integral, realmente limitado a unilateralidade do sujeito, ou seja, uma formação para o trabalho desconsidera aquela formação pelo trabalho que seria o fundamento de uma educação tecnológica, politécnica. Esse seria o contraste entre o apreço e como o PRONATEC é publicizado ele também não está pretendendo se apresentar como elemento de formação integral. O PRONATEC tá preocupado na verdade com esse diploma. Essa capacitação feita através do PRONATEC você se habilita a uma dimensionalidade que é o mercado[...] (Docente 2).

A proposta do Programa em si é boa [...]. Entretanto, na prática, vemos o programa como um processo de formação aligeirada e que não cumpre os objetivos a que se propõem. Acredito que um dos maiores problemas seja a turma tão heterogênea, seja na idade dos alunos ou no grau de escolaridade dos mesmos. Muitas vezes por ambos os motivos. Outro fator preocupante era a baixa assiduidade dos alunos, por motivos diversos tais como: falta do pagamento em dia do benefício, dificuldade em deixar os filhos com alguém ou algum lugar para poder dar continuidade ao curso, dificuldades financeiras, envolvimento com drogas e bebidas, desmotivação, empregos temporários (bicos), dentre outros (Orientador).

A fala do Docente 2 demonstra sua preocupação com a formação unilateral proposta pelo PRONATEC e a relação de distância que esta guarda da concepção de uma educação mais integral e humana. Para ele, o programa é uma forma de educação pautada nos valores do mercado, do mundo empresarial e na distribuição dos diplomas e títulos tão valorizados em nossa sociedade.

Para o Orientador do programa, a proposta do PRONATEC é boa. Entretanto, na prática, vários fatores colaboram para que os objetivos não se efetivem. Dentre eles,

novamente se enfatiza a heterogeneidade da turma e os problemas sociais dos estudantes que ocasionam a baixa assiduidade. Constituem-se como objetos de pesquisas futuras, também, os dados e motivos de evasão dos estudantes do PRONATEC, para que seja possível uma análise dos fatores que favorecem a evasão, contribuindo para buscar alternativas de intervenção, além servir de base para avaliação dessa política.

Quanto às dificuldades para desenvolver um bom trabalho no PRONATEC, são apresentadas questões do cotidiano escolar, bem como outras inerentes à dinâmica da política, como a questão curricular e a proposição dos cursos.

As principais dificuldades do Pronatec são em relação ao aproveitamento didático dos alunos. O público-alvo do Pronatec são de pessoas com baixa formação educacional, por isso, elas apresentam muita dificuldade no aprendizado. Outra dificuldade é a condição econômica dos alunos, a maioria não tem recursos para pagamento de transporte, alimentação e material didático, por isso, é importante a manutenção do auxílio e das bolsas para os alunos (Supervisor 2).

Observei que o público nem sempre é o apropriado para conteúdo do curso. Dessa forma muitos dos alunos não tinham uma base para realização do mesmo, isso dificulta para o professor, pois precisa, primeiramente, fazer um nivelamento para só então fazer a inserção do conteúdo proposto (Docente 1).

As dificuldades são nesse sentido [...] quais sujeitos estão envolvidos na elaboração dos cursos: prefeitura, conseqüentemente seus parceiros, alguns deles vinculados a indústria, comércio local e o instituto como ofertante [...] Esse horizonte de partida aí já é uma dificuldade que eu considero extremamente importante, afinal de contas se a educação que a gente vai ofertar já vem previamente formatada de alguma maneira para atender uma demanda extremamente específica, conseqüentemente nós enquanto escola, enquanto docentes, vamos enfrentar uma primeira dificuldade básica que é realmente [...] estar problematizando a realidade daqueles alunos, afinal de contas não é aquilo que os demandantes [...] não é essa problematização que os demandantes querem ver oferecidas pelo instituto. É uma dificuldade de fundo, mais do que uma dificuldade propriamente operacional (Docente 2).

Em vez de dificuldades prefiro falar dos problemas [...] não encontrei dificuldades para fazer um bom trabalho. Um dos problemas que mais me chamam a atenção, e um dos que me levou a deixar de participar do programa, é o envolvimento de muitos que [...] estavam preocupados com o retorno financeiro que ganhariam, para isso criavam cursos que não seriam interessantes para aquela região ou não fariam muita diferença para que o cursista conseguisse uma posição no mercado de trabalho. O retorno financeiro é bom e chama a atenção de muitos profissionais que não se envolvem como deveriam [...]. O programa é muito bom, mas não acontece na realidade como foi pensado e para o que foi pensado (Docente 3).

O Supervisor 2 aponta a baixa escolaridade e as dificuldades de aprendizagem como um obstáculo para o êxito dos estudantes. E ratifica nossa hipótese do programa na amenização da pobreza ao reconhecer a importância que a manutenção dos auxílios transporte, alimentação e material didático desempenham para manter os alunos vinculados aos cursos, já que estes apresentam muita dificuldade econômica, sendo muitas vezes determinante de permanência dos beneficiários nos cursos. Além disso, o fato do aproveitamento dos estudantes estar ligado à frequência aos cursos também é apontado como uma dificuldade, já que a aprovação do estudante no curso está vinculada mais à frequência do que ao desempenho deles no curso. Isso revela a prevalência do aspecto quantitativo sobre o qualitativo na conclusão dos cursos, demonstrando prioridade na quantidade de concluintes como uma meta do programa.

Na análise do Docente 1, novamente as dificuldades recaem sobre os estudantes, uma vez que o docente considera que a falta de conhecimento prévio e de pré-requisitos para alguns conteúdos fazem com que os estudantes não avancem em algumas áreas e não acompanhem o curso.

Outra dificuldade apontada pelos Docentes 2 e 3 é em relação à escolha dos cursos ofertados, já que na visão desses docentes, alguns cursos não estavam diretamente ligados aos interesses dos estudantes e nem se apresentavam consoantes com as demandas locais. Tais fatores frustram até mesmo a perspectiva inicial de conseguir um emprego através do curso. Assim, a crítica feita à proposição dos cursos apresenta-se como um dificultador para participação mais efetiva dos estudantes, já que revela uma dualidade de interesses.

Os entrevistados foram perguntados também se estes consideram que a emancipação social, outro conceito tratado nos documentos do PRONATEC, se efetiva na prática.

Para um percentual pequeno do grupo **representa um primeiro degrau**. A partir de um curso do Pronatec a pessoa pode se sentir motivada a continuar uma trajetória de outros estudos. Não consultei alguma pesquisa ou levantamento a respeito da condição de trabalho dos ex-alunos do Pronatec, mas acompanhando o desempenho deles dentro do IF percebia que a capacidade de contribuição do Pronatec nisso era muito pequena. Para isso o Pronatec deveria ser um programa inserido na missão do IF, contando com mais tempo, com o preparo profissional e pedagógico dos servidores do IF [...] (Gestora 1- grifo nosso)

Eu acredito no Pronatec e na sua proposta de emancipação social dos beneficiários. No campus Muriaé, alcançamos alguns objetivos

específicos do programa, na parte educacional. Conseguimos, na maioria das vezes, elevar o nível de escolaridade dos alunos inscritos no Programa e promover o interesse pela continuidade aos estudos. Muitos alunos que cursaram o Pronatec em nosso campus, voltaram para inscrição em cursos regulares oferecidos pela Instituição ou para inscreverem na modalidade EAD. Foi através do conhecimento promovido pelo Pronatec, que a perspectiva educacional de muitos alunos foi despertada e eles puderam continuar os estudos. Dessa forma, considero que o programa foi, de fato, **facilitador da emancipação social** de muitos alunos. (Gestora 2- grifo nosso)

Em relação aos alunos que frequentam de forma séria os cursos, acho que colabora sim, talvez não no fato de abrir oportunidades de emprego imediatas, mas colaborando para a construção de uma nova visão de mundo, de que **oportunidades** existem, mas **precisam ser conquistadas**. (Docente 1- grifo nosso)

Acredito que o programa desperta a consciência de que é possível essa emancipação, mas não resolve o problema, pois a participação no PRONATEC capacita, mas não garante emprego e salários dignos; não garante que as pessoas que estão em situação de risco (envolvidas com drogas, violência, assaltos, etc.) deixem essa vida. (Docente 3)

Sim. Creio que o PRONATEC, assim como o trabalho, colabora para a emancipação social de seus beneficiários, mas como **coadjuvante**, despertando a busca por um constante aperfeiçoamento. (Docente 4- grifo nosso)

Ele dá ao indivíduo a possibilidade de conhecer sobre uma determinada área de atuação. A emancipação social dependeria de **esforços pessoais**, buscando novas capacitações naquela determinada área de atuação. (Supervisor 1- grifo nosso)

Quando uma série de fatores é combinada simultaneamente, sim. Tais fatores são: matrícula do aluno em um curso que realmente seja do seu interesse, que o curso atenda às suas expectativas, que tenha mais práticas que a teoria simples e pura, que o grau de escolaridade do beneficiário esteja de acordo com o nível do curso e que os benefícios financeiros²⁷ do curso não seja determinante para o prosseguimento do mesmo (Orientador).

²⁷ Os benefícios financeiros a que se refere o orientador é a assistência estudantil que conforme a Resolução do CD/ FNDE nº 04 de 16/03/12 “art. 8º deverá ser prestada aos beneficiários da Bolsa Formação em concordância com o estabelecido pelo § 4º do art. 6º da Lei no 12.513/2011. § 1º A assistência estudantil consistirá de alimentação para todos os beneficiários, bem como de transporte para todos salvo aqueles que residirem próximo ao local de realização das turmas, que tiverem acesso a transporte gratuito e que abrirem formalmente mão deste direito. § 2º A assistência estudantil será garantida pelo fornecimento direto, pelo parceiro ofertante ou terceiro por ele contratado, de vale-alimentação e passe estudantil ou vale-transporte, ou dos próprios serviços de alimentação e transporte. § 3º Quando o fornecimento direto desta assistência for inviável devido à realidade local, a assistência estudantil poderá ser prestada de forma pecuniária, em caráter excepcional, com periodicidade semanal ou quinzenal e, preferencialmente, mediante transferência bancária direta. No art. 6º dessa mesma Resolução, nos termos da Portaria MEC nº 185, de 12 de março de 2012, o montante a ser descentralizado pelo FNDE por meio de Termo de Cooperação baseia-se nas vagas que cada instituição da Rede Federal de EPCT se compromete a ofertar na pactuação, vagas que serão convertidas em horas-aluno e posteriormente confirmadas pelas matrículas registradas no SISTEC. Assim, no § 2º O total de

Ao se pautar em uma concepção de educação para a produtividade posta pelo PRONATEC, a emancipação social também aparece nos discursos como uma consequência dessa racionalidade, ou seja, se o mercado exige trabalhadores mais qualificados, a falta de qualificação seria um impedimento para que os beneficiários consigam um emprego e conseqüentemente uma melhoria na sua condição econômica e social. Ratifica-se novamente o papel da educação salvacionista, como se, por meio de investimento na educação e na constante qualificação, fosse a solução para resolver os problemas de desigualdade existentes nessa sociedade. Daí decorre os discursos de responsabilização dos indivíduos pela mudança da sua condição de pobreza ou por sua ascensão social resultantes de cada vez mais escolaridade e emprego.

As falas do Docente 1 e do Supervisor 1 demonstram uma concepção da realidade que valoriza o mérito como a forma de superação e emancipação sob a ótica positivista. Como assinala Frigotto (2010, p. 73),

O mérito é definido em termos de talentos individuais e motivação para suportar privações iniciais, como longos anos de escolaridade, antes de galgar os postos de elite. O modelo de concorrência perfeita não admite direitos adquiridos, dominação, pois supõe-se que o somatório das decisões feitas, fruto das aspirações pessoais, resultará num equitativo equilíbrio do poder.

A valorização do mérito via esforço individual é ideal para suprimir a divisão de classes e as desigualdades existentes na sociedade capitalista, impedindo-nos de questionar os reais fatores de exclusão e pobreza.

Para Mészáros (2008), uma educação emancipadora e libertadora teria como função fazer com que o trabalhador seja capaz de pensar e agir politicamente para transformar sua realidade e não para contribuir para a reprodução e perpetuação dos valores impostos pela sociedade mercantil.

horas-aluno pactuadas pela instituição da Rede Federal de EPCT será obtido multiplicando-se o número de vagas ofertadas e registradas no SISTEC pela carga horária de cada curso, medida em horas-aula de 60 minutos e no § 4º O valor da hora-aluno no âmbito da Bolsa-Formação seria de R\$ 9,00 reais a partir dos dias 1 de janeiro de 2012, no caso de cursos técnicos, e 06 de fevereiro, no caso de cursos FIC ou de qualificação, mantendo o valor de R\$ 8,50 para as turmas iniciadas antes dessas datas”. No campus Muriaé a assistência estudantil foi realizada desde a implantação do PRONATEC em 2012 pelo repasse aos estudantes dos materiais escolares, uniformes, lanche diário nos dias de aula e pagamento de passagem no valor do transporte coletivo de ida e volta contabilizados pela frequência às aulas e pago em pecúnia quinzenalmente. No ano de 2016, além do pagamento do transporte, a alimentação passou a ser também paga em pecúnia. No entanto, os recursos para pagamento nas primeiras ofertas dos cursos puderam se pagas nos prazos previstos, mas depois foram pagas com atrasos por causa da demora nos repasses dos recursos.

Grasmci (2001) também nos alerta quanto ao papel da educação que deve se pautar na formação crítica e política dos trabalhadores. Para o autor, a proposta de educação deve ser concebida no sentido de romper com as relações hegemônicas e as atuais formas de dominação existentes. Partindo do pressuposto de que a hegemonia dos grupos dominantes se consolida por meio da combinação da coerção e consenso, até mais pelo consenso, que se naturaliza por meio da propagação de valores e ideologias que tendem a fazer com que deixemos de pensar ou criticar as imposições que colaboram para manter instituídos os interesses dominantes.

Ademais, em Marx (2016), a potencialidade emancipadora é proveniente do trabalho no sentido ontológico. O trabalho sob a perspectiva do capital é alienante. Assim, formar para o mercado de trabalho, restritamente para o atendimento às demandas do capital, de formação de mão de obra para o setor produtivo, limita o conceito trabalho, colocando sob a perspectiva de venda de mercadoria, venda da força de trabalho, emprego. Essa visão estreita de trabalho também faz com que a educação para o trabalho e a qualificação se limite ao desenvolvimento de habilidades e competências para o mercado. Nessa lógica, apontam as falas dos entrevistados, a emancipação social associa-se ao fator econômico, ou seja, uma qualificação que possibilite a emancipação se vincula à conquista do emprego.

A cidadania é outro eixo muito enfatizado nos documentos do PRONATEC. A cidadania tratada nos documentos analisados, assim como a cidadania posta pelo PRONATEC na compreensão desse docente é uma cidadania muito restrita, uma cidadania burguesa, onde apenas o fato de se tornar empregável seria garantia de uma cidadania.

Na lógica neoliberal, segundo Oliveira (2003, p. 44), “a cidadania é caracterizada pela constituição de um indivíduo consumidor”. No entanto, para que se alcance o poder de consumo e se torne um cidadão consumidor, é necessário emprego e consequentemente renda para participar dessa sociedade que “institui sua cidadania pela compra dos direitos no mercado, e não como aquele que pode e deve alcançar a satisfação das suas necessidades pela luta política” (idem, p.41).

A redução da cidadania aos preceitos da economia tende a limitar também a educação que se destina à formação desse cidadão que necessita apenas de competências e conhecimentos que instrumentalizem para o mercado de trabalho. Nesse

sentido, o esvaziamento de uma educação emancipadora para além do capital, em Mészáros (2008, p. 83), apenas orienta “à preservação acrítica da ordem estabelecida”.

Para Gramsci, o tipo de educação que permite ao operário passar da condição de não qualificado a qualificado não é suficiente para constituir o cidadão²⁸. O exercício da cidadania necessita de conhecimentos que o forme “como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2001, p. 49). No entanto, como é apontado pelo Docente 2:

Uma cidadania que poderia estar sendo posta [...], mas que por conta do cenário político que ele se encontra em que não se pode fazer mudanças políticas estruturais [...] só fazem políticas de governo: as bolsas, cotas e tudo mais são políticas de governo. Políticas de Estado têm um caráter mais perene e demandam mudanças estruturais. Os governos de coalizão mais recentes no Brasil não estavam dispostos a fazerem essas mudanças estruturais [...] Devido ao fato do PRONATEC se restringir a uma unidimensionalidade desse ser humano, ou seja, ele enquanto mercadoria, força de trabalho, capacitando essa mercadoria, ele é incapaz de pensar a emancipação humana. No caso, a emancipação social, ela poderia estar vinculada ou parecida com a emancipação política que seria justamente aquelas situações em que **os sujeitos têm garantidos políticas públicas, emprego, renda e garantem uma cidadania** (Docente 2- grifo nosso).

Por fim, mediante os desafios apontados pelos entrevistados foi sugerido que os mesmos indicassem quais mudanças seriam pertinentes.

Em relação às mudanças, considero que uma questão muito importante é a definição dos cursos a serem oferecidos e o estudo da demanda local sobre os cursos que possibilitam à população ingressarem no mercado de trabalho. É preciso um trabalho efetivo e constante de divulgação dos objetivos e propostas do Pronatec, seja na divulgação dos cursos em si, seja nas ações desenvolvidas durante o andamento do Programa. Também considero como essencial o envolvimento da comunidade com as ações do Pronatec, seja a comunidade acadêmica, seja a sociedade civil. Esta falha, infelizmente é real e eu considero que é uma falha do próprio programa, pois as atribuições de cada membro bolsista são muitas e não “sobra” tempo para a realização de atividades como integração, aproximação entre demandantes e ofertantes e construção de uma identidade local do Pronatec. (Gestora 2)

Os cursos deveriam ser mais práticos [...] Seria ideal que conseguíssemos fazer o repasse financeiro (inclusive do lanche) aos beneficiários de maneira mais rápida e efetiva, sem tantos atrasos nos

²⁸ “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]”. (GRAMSCI, 2001, p. 18).

repases de verba [...] Quanto mais homogêneas as turmas, em relação à escolaridade mínima exigida, melhor (Orientador).

Acredito que antes de iniciar os cursos os alunos deveriam ter um momento para entender os objetivos do programa e como aproveitar essa oportunidade para mudar sua realidade de vida (Supervisor 1).

Para amenizar os problemas a sugestão seria a oferta de cursos com maior carga horária prática que incentivassem sobretudo o perfil **empreendedor** destes alunos, para que os mesmos pudessem desenvolver e comercializar produtos e serviços, melhorando assim a renda familiar. Outra sugestão é a manutenção dos programas de auxílios e bolsas aos alunos, principalmente, melhorando a gestão no pagamento do auxílio transporte que sempre atrasa o pagamento, gerando insatisfação por parte dos alunos (Supervisor 2- grifo nosso).

Dentre as sugestões apresentadas, encontramos a ênfase nos eixos analisados: o estímulo ao empreendedorismo, como se este fosse determinante para enfrentar os desafios da atualidade; a capacidade de geração de empregos, saída da pobreza e “mudança de vida”. A homogeneidade das turmas e o repasse dos recursos provenientes da bolsa- formação sem atrasos também são colocados como sugestão para uma melhoria operacional. No tocante à homogeneidade das turmas, Mészáros (2008, p.11) nos alerta que “o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos”. Nesse sentido que problematizamos os discursos que colaboram para a exclusão e não nos mobiliza buscar alternativas.

A Gestora 2 aponta como sugestão uma melhor articulação entre os demandantes, ofertantes e sociedade civil em torno do PRONATEC, inclusive no que tange ao acompanhamento do beneficiário por parte do demandante e o encaminhamento dos beneficiários para reais possibilidades de emprego, como é proposto no fluxo da bolsa- formação ilustrado no anexo I.

Mediante as falas dos entrevistados e as considerações acerca do PRONATEC, podemos compreender que o papel das políticas sociais que se voltam ao campo da formação profissional por meio da educação são tanto questionáveis quanto contraditórias. Nesse sentido, é mister enveredarmos no campo da construção do conhecimento mediatizados pelo trabalho intelectual. Através do materialismo histórico dialético, proposto por Marx (2016, p. 97), podemos compreender que “refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir rota oposta à do seu

verdadeiro desenvolvimento histórico. Começa-se depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento”.

Assim sendo, apresentaremos a seguir algumas considerações acerca do papel das políticas sociais dentro do contexto histórico da formação profissional no advento da sociedade capitalista demarcada pelas interferências dos organismos multilaterais.

4 CAPÍTULO III

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, O BANCO MUNDIAL, A POBREZA E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Para melhor compreender o papel do PRONATEC no campo das políticas públicas buscamos nos capítulos anteriores caracterizar as políticas de qualificação profissional que se consolidaram a partir da década de 1990, através da contextualização do cenário político em que foram propostos o PLANFOR no governo FHC, o PNQ no governo Lula e o PRONATEC no governo Dilma Rousseff. A maior ênfase foi dada ao estudo do PRONATEC, por ser a atual política de qualificação profissional e cujo estudo visa, através da Análise de Discurso Crítica, destacar o quanto os discursos de empregabilidade, competências, empreendedorismo e inclusão social são usados para a criação de um consenso produzido pelos grupos dominantes para manter a sua hegemonia.

Este capítulo se inscreve a partir do desenvolvimento e da qualificação da pesquisa que apontam por meio das análises dos documentos do PRONATEC e dos discursos dos profissionais que atuaram no programa as relações que existem entre a atual política de qualificação profissional, o PRONATEC, e a pobreza. Dessa forma, nas conclusões serão feitas algumas considerações e análises que nos levam a perceber como o Banco Mundial tem encontrado o consentimento do governo brasileiro na adesão de suas orientações e como as suas prescrições se efetivam por meio das políticas sociais.

O recorte da década de 1990 deve-se ao fato da educação como um todo e da educação profissional terem sido redimensionadas, tanto pelos efeitos da globalização, da reestruturação produtiva quanto do avanço neoliberal, passando à concepção de mercadoria. A mercantilização da educação é a marca dessa década, cujo papel estratégico repousa nas demandas da economia alicerçadas pelos preceitos do Banco Mundial, como expõe Lima Filho:

No que se refere à concepção da educação profissional e ao contexto de implantação da reforma conduzida pelo MEC, que a racionalidade instrumental e mercadológica da política pública para a educação profissional expressa sua organicidade ao modelo negociado pelas elites nacionais junto ao capital internacional para a inserção do país na divisão internacional do trabalho, em condição de subalternidade, ocupando a posição de nação periférica consumidora de tecnologia

exógena produzida nos países centrais da economia capitalista (LIMA FILHO, 2002, p. 282).

Após a Segunda Guerra Mundial, como nos aponta Neves et al (2010), são vários os ajustes que o capital tem realizado para manter sua hegemonia, tendo como uma de suas principais ações o controle dos países periféricos da América Latina dependentes do capital financeiro dos Estados Unidos, cujo poder se estabeleceu por meio de organismos multilaterais como o Banco Mundial. Se em primeiro momento a conquista do consenso se deu pelo desenvolvimentismo propiciado pelo Estado de bem-estar, em outro, registra-se a modernidade conservadora associada ao progresso financiado pelo capital dependente.

No campo educacional, os rebatimentos se deram de maneira a promover a formação de sujeitos aptos ao desenvolvimento do trabalho complexo e do trabalho simples. Assim, a dicotomia estabelecia-se em dois eixos: uma educação marcada pela necessidade de intelectuais que reproduzissem conhecimentos voltados aos interesses do capital, e a formação de técnicos aptos ao desempenho de funções demandadas pelo mercado de trabalho. Nesse contexto (1950- 1960), como assinala Frigotto(2013), as concepções dos processos educativos, formativos e da qualificação profissional passam por uma ressignificação que os coloca como formadores de capital humano e os desvincula do sentido ontológico²⁹ do trabalho. Assim, por meio da Teoria do Capital Humano³⁰, criada por Theodore Schultz, propagava-se a ideologia de que o investimento em capital humano permitiria maior produtividade, melhores empregos, desenvolvimento individual e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

A década 1980 é caracterizada por Gentili (2005, p. 49) pela “proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos (inclusive a configuração de uma verdadeira “Sociedade do Conhecimento” na Terceira Revolução Industrial)”. O autor reafirma seu pensamento ao corroborar às ideias de

²⁹ O sentido ontológico do trabalho é a forma com que os homens estabelecem relações entre si e com a natureza, desenvolvendo conhecimentos que possibilitam o estabelecimento de sua existência. O trabalho em Marx (2016, p. 211) “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo- braços e pernas, cabeça e mãos- a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e sobre a própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”.

³⁰ A teoria do capital humano se apresenta na nova versão alternativa de trabalho à “sociedade dos serviços” pela ênfase na qualificação do trabalhador como saída para o emprego, a educação implementando competências e habilidades para o mercado. (DE MARI, 2006, p.81)

Leher³¹ sobre as diretrizes das políticas educacionais dos países periféricos, ou seja, destaca o papel do Banco Mundial nas determinações das políticas em questão. A educação elementar “minimalista” e a formação profissional “aligeirada” ganham ênfase sob o ponto de vista das ideologias dominantes como o melhor meio de combate à pobreza e ao desemprego, já que o trabalho requerido por uma economia subdesenvolvida é pouco qualificado.

É nesse cenário de efervescência política e econômica que os Estados Unidos assumem a liderança mundial, emergindo como potência detentora de grande parte da riqueza mundial e de poder. “Os grandes arquitetos de políticas trataram, é claro, de usar esse poder para criar um sistema global que viesse ao encontro de seus interesses” (CHOMSKY, 2002, p. 10).

O pacto entre as elites nacionais e internacionais seguia a perspectiva neoliberal como manual de preservação dos interesses privados, transformando as democracias emergentes de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento em alianças em nome do progresso. Desmantelavam-se, assim, as pequenas, porém progressivas, conquistas sociais desses países a partir da desqualificação de seus governos, difundindo a ideia da necessidade de crescimento econômico para melhor desenvolvimento desses países, nos quais buscava-se mascarar os planos políticos de concentração de capital.

A década de 1990, conforme De Mari (2006), traz ao cenário brasileiro reformas que seguem as orientações de agências multilaterais, como o Banco Mundial, cujos reflexos foram profundas mudanças nas estruturas de serviços públicos e as formas de gestão do Estado dos países periféricos e semiperiféricos, incluindo várias reformas na área educacional.

Dentre o conjunto de políticas, derivam também aquelas destinadas a reduzir os riscos sociais e os elevados níveis de desemprego que assolaram a década de 1990, como nos aponta Frigotto (2013):

A educação e a qualificação transitam, assim, da política pública para assistência ou filantropia ou, como a situa o Banco Mundial, uma estratégia de alívio da pobreza (LEHER, 1998). No plano ideológico desloca-se a responsabilidade social para o plano individual [...] os

³¹ Leher (1999), ao tratar das intervenções do Banco Mundial no campo das determinações educacionais salienta a natureza do capital dependente como comandatário das diretrizes educacionais brasileiras. Esse tema é tratado no artigo “Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, disponível em: <<https://cnenebio.files.wordpress.com/2010/05/leher-um-novo-senhor-da-educac2bauo.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

desempregados devem buscar “requalificação” e “reconversão profissional” para se tornarem empregáveis ou criarem o autoemprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência (FRIGOTTO et al., 2013, p. 15).

O BM, além de se constituir como uma organização reguladora de atendimento aos interesses dominantes e provedor de recursos financeiros para os países devedores, exerce, segundo De Mari (2006), um papel de intelectual coletivo dos países centrais que assegura a hegemonia das classes dominantes sobre as subalternas, ou seja, “mediador intelectual, agência de pensamento [...] e preposto das relações de poderes entre os países centrais e periféricos e semiperiféricos” (p. 28).

O Brasil, como já foi explanado, é um país de capital dependente e isso faz com que este se subordine às relações de dominação impostas por organismos multilaterais. Para De Mari (2006), essa subordinação ocorre por meio da coerção e do consenso. Por meio da coerção, as imposições e condicionalidades impostas pelo BM não deixam outras opções, já que são predeterminadas pelo crescimento da dívida externa e por meio do consenso que se efetiva por intermédio de reformas, políticas ou dos aparelhos privados de hegemonia, que dirigidos às classes subalternas, garantem a sua cooptação ideológica ou a conformação à ordem vigente.

Na lógica do capital, todas essas medidas são necessárias para garantir a reprodução e a acumulação em níveis cada vez maiores. Nesse jogo, segundo Silva (2002), o Estado é chamado a cooperar e mediar essa relação, mantendo sob controle e em condições toleráveis, a pobreza e outras mazelas advindas desse sistema. As políticas sociais são uma forma que os governos encontram de abrandar tais problemas, já que a pobreza é uma consequência das próprias políticas neoliberais produzidas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Assim, as políticas sociais exercem o papel de manutenção do equilíbrio social e da sociabilidade capitalista, ou seja, parecem atender aos anseios da classe trabalhadora, quando na realidade, atendem aos interesses do capital financeiro.

4.1 Papel do PRONATEC na redução da pobreza

Conforme Evangelista e Shiroma (2006), o desenvolvimento econômico incentivado pelos organismos multilaterais em cima da ocultação do crescimento da pobreza é predominante na América Latina, onde o que está em jogo é a produção de

um consenso de que os países devem se desenvolver a um determinado nível educacional que os permita concorrer no mercado globalizado. E isso é muito evidente na realidade brasileira, tendo em vista que:

Estamos falando de país em que mais da metade da população, 85 milhões de habitantes, vivem abaixo da denominada linha da pobreza. As explicações oferecidas à população reconhecem o aumento da pobreza, mas colocam-na no âmbito da anomia, como performance decepcionante, falha no ajuste para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ao responsabilizar os indivíduos, as famílias, a comunidade, pela situação dos pobres e excluídos, os Estados acabam por se restringirem a programas paliativos (como o Bolsa Escola e o Fome Zero, no Brasil) (EVANGELISTA E SHIROMA, 2006, p. 52).

As políticas definidas pelo BM, para Kuenzer (1999), buscam desresponsabilizar o Estado de suas obrigações com uma educação pública e gratuita em todos os níveis. Para justificar o afastamento do Estado de suas obrigações, conceitos como o de equidade, empregabilidade e competências são utilizados. Para a autora, a oferta de cursos aligeirados e uma formação precarizada para os trabalhadores também são uma forma de fazer com que o Estado tenha menos gastos com esse tipo de formação, tendo em vista que não há emprego para todos.

Em reportagem, Educar para o setor produtivo³², Guimarães (2013b, p. 11) traz a fala do professor Leher que aponta como objetivo do PRONATEC, a formação de um exército de reserva. Para este pesquisador,

[...] a política neoliberal dos anos 1990 jogou milhões de pessoas, jovens inclusive, na pobreza absoluta. Dependentes de programas assistencialistas, nos moldes do Bolsa Família, essa parcela da população deixou inclusive de disputar vagas no mercado de trabalho. "Mas isso não era um problema porque, como se tratava de um período de baixo crescimento econômico, os trabalhadores disponíveis já eram suficientes para manter o salário num patamar mais aviltado". Já em meados dos anos 2000, com o aquecimento da economia, aumenta a inserção no mercado de trabalho e a pressão pela elevação de salários em setores como, por exemplo, a construção civil. "Fica claro que o exército industrial de reserva não fornece mais um grande número de trabalhadores disponíveis, porque eles são muito mal formados. São famílias que já estão organizadas para estar fora do mercado de trabalho, pessoas que não buscam mais emprego. E aí há uma mudança de foco". Segundo ele, a atuação do Estado passaria a se dar, por um lado, no ensino fundamental, enfatizando um processo de socialização que permitisse a esses jovens se verem como força de

³² Reportagem disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-o-setor-produtivo>>. Acesso em: 19 set. 2016

trabalho; e, por outro, diretamente na educação profissional, com uma série de políticas de formação para os jovens desses bolsões de pobreza, que incentivasse essas pessoas a voltarem a procurar emprego.

Uma forma de atender aos anseios dos trabalhadores que desejam ser incluídos no mercado de trabalho, principalmente os que apresentam baixa escolaridade, é que políticas como o PRONATEC se fazem necessárias, uma vez que estas criam a expectativa da empregabilidade por meio da educação e, ao mesmo tempo, atende aos interesses empresariais que terão mais trabalhadores qualificados por menores salários.

Segundo Evangelista e Shiroma (2006, p. 43), a educação concebida como redentora, é algo que predomina desde 1990 (fazendo parte do viés humanitário proposto pelos organismos internacionais), ou seja, uma “educação para a assistência e inclusão social dos empobrecidos”. Nesse sentido, Leher (1999), Oliveira (2003) e Vaz (2013) desenvolvem suas análises considerando o papel da educação atrelado tanto ao viés social quanto econômico. Isto é, os estudos desses autores se interceptam no sentido da educação na sociedade do capitalismo contemporâneo.

A ideologia de que a educação bastaria por si só para suprimir os problemas de ordem econômica e social nada mais é que um discurso que escamoteia a realidade da sociedade de classes. Ao migrar para o campo da educação a possibilidade de superação das desigualdades, o discurso liberal acaba por responsabilizar o indivíduo por seu sucesso ou insucesso, ao mesmo tempo em que desonera o Estado de suas obrigações sociais.

O apelo à educação como a solução para os problemas sociais, cujo viés se relaciona à inclusão social dos pobres, alinha-se aos discursos e orientações do Banco Mundial de manter a pobreza sob controle. Apontamos a hipótese de que o PRONATEC faz parte das políticas que são usadas como estratégias que buscam por meio da educação incutir os ideais de competência, empregabilidade, redução da pobreza e inclusão social dos grupos menos favorecidos, inclusive evidenciando muitas vezes um caráter mais assistencialista.

Como já dito anteriormente, o público prioritário do PRONATEC a ser atendido pela Bolsa-Formação Trabalhador, conforme documento de referência (2012), são os trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda. Tanto que dos cursos FIC ofertados no IF Sudeste MG- Campus Muriaé, aproximadamente 70% destes se efetivaram através da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

com o Ministério da Educação- MEC. Ao se priorizar o atendimento às pessoas em vulnerabilidade social e às inscritas no CAD Único, o PRONATEC ratifica seu papel ideológico de redutor da pobreza e “propulsor” de oportunidades para os grupos menos favorecidos.

A redução da pobreza é um discurso muito presente nos documentos do Banco Mundial, sendo tratado, inclusive, como uma de suas missões. No relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2006), a equidade é um dos pilares básicos utilizados pelo BM para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Conforme relatório do BM (2006), a equidade é entendida pelo princípio da igualdade de oportunidades, em que todos, através de seus talentos e esforços, poderiam se responsabilizar por suas conquistas, independentemente de sua origem.

A equidade definida pelo BM (2006) está intrinsecamente ligada às falácias do discurso liberal, que se impõem como ideologia dominante. Assim, entendemos que da forma como se propõe a equidade, além de camuflar os mecanismos que produzem as desigualdades da sociedade capitalista - quer sejam econômicas, políticas, sociais e educacionais (desigualdade da oferta de educação, desigualdade da qualidade da educação, equívoco entre aptidão e inatismo, desconsideração da classe de origem do aluno), nega-se o processo histórico da vida e das relações sociais em que essas circunstâncias se materializam. Para Faleiros (2009, p. 53), “o discurso da igualdade de oportunidades, da eliminação das discriminações, da proteção aos fracos, da criação de novos direitos sociais é a expressão manifesta da ideologia neoliberal”.

Contrapondo ao que é proposto por meio da ideia de equidade reproduzida pelo BM, Kuenzer (1999) enfatiza que:

A ideia de equidade é sustentada pelo princípio que o investimento público só se justifica para os mais competentes, como não são todos que, segundo o banco, possuem competência para continuar os estudos, e como não há postos para todos, manda a lógica da racionalidade que não se desperdicem os recursos, particularmente com as modalidades mais caras como a formação profissional e o ensino superior, posto que não haverá retorno. Para os que insistirem em ter acesso a níveis superiores de educação e formação profissional no exercício do direito de cidadania de apropriar-se do conhecimento mesmo que na perspectiva do consumo, que o façam nas instituições privadas através da compra de mercadoria (KUENZER,1999, p. 137).

Através desse pressuposto, o conceito de equidade colabora para justificar a desobrigação do Estado e a redução de gastos com a educação, limitando sua atuação obrigatória somente até o ensino fundamental.

Quanto ao conceito de pobreza, este também é desvinculado do contexto histórico. Vaz (2013), em seus estudos, apresenta quais os significados que assume o termo pobreza nos documentos da principal política social de combate à pobreza, o programa Bolsa Família, e nos documentos do BM. Para a autora, os documentos apresentam definições diversas do conceito pobreza, cujas reais causas históricas e econômicas são desprezadas e a educação é posta como o horizonte para a saída da pobreza. Dessa forma:

A Educação tem assumido, progressivamente, papel importante como estratégia política para a redução da pobreza, de maneira que deriva para a assistência social e recupera a ideia “salvacionista” e “redentora”. Por seu intermédio, o pobre poderá sair da situação de pobreza, aumentará sua produtividade, terá maiores oportunidades, romperá com o círculo intrageracional da pobreza (VAZ, 2013, p. 129).

O incentivo às políticas de combate à pobreza na realidade se apresenta vinculado ao crescimento do capital, como nos aponta Oliveira (2003, p. 49):

De forma nitidamente ideológica e presa ao referencial monetarista, o Banco Mundial defende maior investimento na área social, mas sempre vinculando- o ao processo de expansão do capital. Dentre as áreas sociais de cunho social, uma das que recebem maior atenção é a educacional. Estes investimentos no setor educativo têm como justificativa a necessidade de as nações promoverem o reordenamento do seu sistema educacional de forma a criar um quadro mais qualificado de trabalhadores, impulsionando assim, o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, percebemos o quanto a educação e outras políticas compensatórias são usadas para camuflar os fatores que determinam o empobrecimento dos setores populares. Assim, além da propagação do discurso salvacionista da educação, como se ela fosse o agente principal da transformação social, relega-se ao campo individual a condição de pobreza dos indivíduos. Dessa forma:

Todos aqueles que fizerem as escolhas educacionais corretas terão possibilidades ilimitadas. Os indivíduos (e países) que priorizarem corretamente a educação terão um futuro radioso pela frente, comprovando, deste modo, a validade das bases do sistema. O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar

corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas (LEHER, 1999, p. 30).

A chegada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) ao poder estava agregada à esperança de um projeto consistente de profundas mudanças que contemplassem “as áreas sociais, educacionais e político-culturais, de que promovessem, enfim, o incentivo e o protagonismo dos indivíduos e grupos sociais para o encaminhamento de soluções dos problemas brasileiros” (FREITAS, 2007, p. 66).

No entanto, o que se materializou no governo Lula contrapõe as expectativas de mudanças esperadas em relação ao governo FHC. Nesse preâmbulo, para Frigotto (2008, p. 526),

Em função da falta de um projeto de desenvolvimento alternativo, que incluía reformas estruturais, da tradição de não construir políticas de Estado, mas de governo, da política de alianças cada vez mais conservadora e, por outra parte, do esfacelamento dos movimentos e forças da esquerda, a correlação de força, dentro do aparelho do Estado e na sociedade civil, pende cada vez mais para os processos de privatização mascarados por parcerias e pelas nomenclaturas que dissimulam este processo- organizações sociais públicas de direito privado.

Assim, apesar das melhorias trazidas pelo governo Lula, as prioridades dadas ao capital marcaram este governo pelas políticas focalizadas em detrimento de políticas universalistas que pudessem efetivamente combater a pobreza e a desigualdade existentes no país.

O PRONATEC, apesar de ter sido criado no governo Dilma Rousseff em 2011, é fruto de um conjunto de ações que vinham sendo tratadas nos discursos do governo Lula desde 2003, como: a retomada do crescimento econômico e a escassez de mão de obra qualificada; seu compromisso com a inclusão de segmentos marginalizados da sociedade e o fortalecimento do mundo do trabalho. Os dois governos, cuja atuação nos últimos 13 anos baseou-se num discurso democrático popular, tiveram como característica predominante os diversos programas sociais voltados ao atendimento dos setores mais pobres da população. Entretanto, para Vaz (2013), a forma de gestão para o combate à pobreza no governo Lula não resolveu o problema da má distribuição de renda no país, mas colabora para a construção de consensos e ideologias. Assim:

O fio condutor da política social do Governo Lula promove a coesão em torno de seu governo. No conceito de pobreza, disseminado tanto pelo governo quanto pelo BM, defende-se que o sujeito deve se auto-responsabilizar por seu eventual fracasso- ou sucesso. No primeiro caso, a saída sugerida é o desenvolvimento do espírito empreendedor por meio do qual o sujeito teria boas condições de existência alcançadas (VAZ, 2013, p. 129).

Todavia, percebemos também a continuidade desse fio condutor no PRONATEC, cuja inclusão produtiva da população em extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria também inclui ações de incentivo ao empreendedorismo individual por meio dos cursos de qualificação.

Como já foi destacado anteriormente, desde a implantação do PRONATEC no Campus Muriaé, em 2012 a 2015, a prioridade foi para os cursos PRONATEC-BSM, cujo demandante é o MDS. A proposição de cursos de qualificação para atendimento às pessoas do CAD Único por meio da Bolsa- Formação Trabalhador tem como objetivo capacitar as pessoas que já são atendidas por outros programas de transferência de renda, ou seja, a população em extrema pobreza, criando assim oportunidades de emprego e renda. A articulação do MEC com tantos ministérios para a oferta do PRONATEC, em especial com o MDS, também demonstra o papel dessa política de qualificação profissional para a redução da pobreza. As ideias de um povo mais educado e de uma força de trabalho mais qualificada são vistas pelo BM como uma forma de aumentar o crescimento e o desenvolvimento do país, colaborando para saída da sua condição de subdesenvolvido.

Os direcionamentos de organismos internacionais como o BM ocorrem desde o governo FHC, vêm se concretizando por meio de reformas e profundas mudanças no âmbito econômico, educacional e social. Nos dois mandatos do governo Lula, apesar de algumas mudanças, como nos aponta Freitas (2007), o que permanece, no entanto, é a manutenção da política neoliberal. No governo Dilma Rouseff também não foi diferente, já que seu governo pautou-se na continuidade do governo Lula. As condicionalidades impostas pelo BM têm sido acatadas pelo governo brasileiro em nome do desenvolvimento e do progresso do país, já que mesmo antes das eleições de 2002, o Banco Mundial (2002) já tinha preparado para os governos que seriam eleitos um documento com os princípios para um Brasil: Justo, Competitivo e Sustentável.

No governo Lula, o atendimento as essas condicionalidades foram efetivadas por meio das inúmeras políticas que foram criadas, como o programa Fome Zero, Bolsa

Família e outros, mas que continuaram a manter o país nas mesmas condições de desigualdade. Para Freitas (2007), a opção por um modelo assistencialista focalizado em oposição a princípios universalistas constituiu os equívocos de ambos governos.

As escolhas dos governos Lula e Dilma Rousseff por adotarem essas medidas foram se legitimando por meio de políticas sociais focalizadas como o PRONATEC, que apesar de esboçar um projeto que busca a inclusão dos grupos menos favorecidos por meio da educação, cria condições de repasses de recursos públicos à instância privada, por meio das parcerias público-privadas ao invés de fortalecer e consolidar uma educação pública e de qualidade para todos. Nos casos dos cursos FIC, a predominância do privado sobre o público vem sendo estabelecida. A privatização é um dos eixos da doutrina neoliberal.

Ademais, percebemos por meio das análises dos discursos presentes no PRONATEC, além do incentivo às parcerias público privadas, o interesse de se investir em cursos rápidos que se destinam a grupos focalizados, aos pobres e às pessoas menos escolarizadas. Investimento em capital humano também é colocado pelo BM (2002), já que o aumento da capacitação das pessoas é visto como sendo proporcional ao crescimento da economia. Um governo mais atento aos pobres e a oferta de serviços aos mais carentes também é proposto pelo BM (2002), em nome da promoção da inclusão social. O atendimento aos pobres por meio do PRONATEC, bem como outros programas de transferência de renda que se destinam às camadas menos favorecidas, também possuem um papel cultural, pois colocam o Estado mais próximo dessas pessoas e favorecem a criação de um consenso em torno dessas políticas.

Assim, a redução da pobreza é muito enfatizada no documento do BM (2002); se por um lado muitas medidas e reformas buscam legitimar cada vez mais a exclusão e a exploração com promessas de desenvolvimento do país, por outro, estimula-se programas de enfrentamento à pobreza. Como assinala Leher (1999, p. 26):

Nos documentos mais recentes do banco e nos pronunciamentos de seus dirigentes, é visível a recorrência da questão da pobreza e do temor quanto à segurança: nos termos do presidente do Banco, “ as pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas”. Em suma, a pobreza pode gerar um clima desfavorável para os negócios³³.

³³Segundo Leher (1999, p. 26) foi na presidência de Mc Namara que ocorreu mais acentuadamente a ênfase no problema da pobreza, fazendo a educação sobressair entre as prioridades do Banco. (Nota de rodapé inserida por nós)

Nesse sentido, entendemos que um dos objetivos do PRONATEC/BSM está relacionado ao controle situacional, não como elevação da condição econômica, mas como arrefecimento dos ânimos que poderiam eclodir em lutas por reconhecimento a partir das necessidades imediatas que vivem, ou seja, o fato de serem alvo de políticas pontuais traz a ideia de que são lembrados e considerados no esforço político para atendimento de seus direitos, sendo esse argumento materializado por compensações financeiras como os recursos da assistência estudantil: materiais escolares, uniformes, alimentação e repasse dos valores relativos ao transporte, conforme Resolução do CD/FNDE nº 04 de 16/03/12, art. 8º, parágrafos 1º, 2º e 3º, já mencionados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base o sistema capitalista, verificamos que os discursos presentes no PRONATEC, assim como os que permearam o PLANFOR e o PNQ, possuem um papel estratégico. Assim, por meio do discurso da empregabilidade, têm-se como foco a demanda de um novo perfil profissional que reúna no mesmo trabalhador a flexibilidade, adaptabilidade e criatividade necessárias ao atendimento de um mercado em constante mudança. Por meio da empregabilidade, pressupõe-se ainda a desoneração do Estado com a educação, fazendo migrar para o campo individual a responsabilidade de cada indivíduo por sua formação. Por trás desse discurso, também se efetivam a precarização do trabalho, o enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, o aumento dos lucros e a manutenção de um exército de reserva.

A ênfase no ideário das competências fortalece a ideia de empregabilidade, ou seja, estar nas condições de empregável significa estar dotado das competências exigidas para determinado posto de trabalho.

Além disso, as categorias competências e empregabilidade demonstram entrelaçamentos com a “lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 9).

Considerando que a atual política de qualificação profissional se alicerça em torno de eixos como cidadania, empregabilidade, inclusão social e empreendedorismo, situamos nossa pesquisa em torno da análise desses eixos que permearam os textos de criação e normatização do PRONATEC/ BSM e seus subprogramas, assim como a análise dos discursos dos profissionais que atuaram nos cursos no IF Sudeste MG-Campus Muriaé, com o objetivo de identificar seu papel no campo das políticas de formação profissional.

Partindo da Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough (2001), constatamos que os eixos como competitividade, empregabilidade, profissionalização, mercado, habilidades e competências e educação profissional presentes no PLANFOR tiveram seus sentidos deslocados para eixos como qualificação profissional, emprego e renda, inclusão social, cidadania, sustentabilidade, redução da pobreza e empreendedorismo, mais presentes em políticas de qualificação profissional do governo Lula e Dilma, como o PNQ e o PRONATEC. Apesar dos notórios avanços ocorridos no governo do PT, no que diz respeito às políticas de qualificação profissional, não houve

rupturas estruturais com a política capitalista. Entre ranços e avanços, continuidades e descontinuidades, verificamos que as mutações presentes nos discursos, como assinalam Evangelista e Shiroma (2006, p. 51), devem-se às orientações dos organismos internacionais que “apelam para a noção de capital social e de educação para a inclusão social dos empobrecidos”, visando dissimular que por meio da empregabilidade, da educação de gênero e da política de inclusão, é possível a conquista da cidadania e o combate à pobreza.

Dentre as modalidades de cursos FIC ofertados no Campus Muriaé, percebemos o interesse do governo em investir em cursos rápidos que se destinam a grupos focalizados, já que durante o período analisado, entre os anos de 2012 a 2016, os recortes de beneficiários favoreceram as parcerias com o MDS na oferta de cursos para os beneficiários do CAD Único pobres, as mulheres em situação de vulnerabilidade social e a população do campo pouco escolarizada por meio do MDA.

Levantamos também, por meio das entrevistas, alguns elementos sobre a implantação do PRONATEC no Campus Muriaé, sobre a proposição dos cursos, a seleção dos profissionais e as possíveis dificuldades encontradas para o êxito do programa. Dessa forma, identificamos que assim como outras políticas públicas, o PRONATEC foi iniciado sem estar totalmente desenhado, o que ocasionou algumas dúvidas em relação a questões trabalhistas, de compras e financeiras, já que o programa tem todas as suas atividades desenvolvidas por profissionais bolsistas e em alguns procedimentos tínhamos que contar com alguns setores para efetivação de algumas demandas, como por exemplo, o setor de licitação para a compra de materiais e o setor financeiro para pagamentos. Assim, para os profissionais que estiveram à frente do processo de implantação do PRONATEC, este foi um momento de muitos desafios, já que o programa demandava muitas ações em um curto espaço de tempo. Por outro lado, como o Campus Muriaé encontrava-se em fase inicial de suas atividades, percebemos que o programa também possibilitou o acesso a muitos estudantes que não faziam parte do público regular da instituição e colaborou para divulgação dos demais cursos regulares.

Considerando que, conforme Resende e Ramalho (2006, p.26), “o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social”, percebemos que os eixos em torno dos quais se estruturam o PRONATEC são muito evidenciados nos discursos dos atores sociais do programa, sendo em alguns momentos

permeados pela reprodução do discurso dominante. Entretanto, a relativa autonomia dada aos profissionais para elaboração e desenvolvimento dos planos dos cursos, configura-se no PRONATEC/BSM como um aspecto positivo ao não delimitar os conteúdos a serem trabalhados. Isso permite aos profissionais, enquanto intelectuais instituírem práticas de ensino que ampliem as possibilidades de apropriação dos conhecimentos propostos aos educandos. Eis aí uma perspectiva contra hegemônica ao capital.

Essa abertura, ou margem de liberdade, viabiliza ao intelectual “orgânico” ou “tradicional” instituir uma estratégia de ensino que ultrapasse os limites da educação do capital.

Entretanto, na visão de alguns profissionais, notamos uma conformação e a reprodução (consciente ou inconsciente) do pensamento hegemônico. Os discursos são embasados no viés economicista e valores como a meritocracia, esforços individuais, igualdade de oportunidades e empreendedorismo, como sendo ideais para justificar as contradições que permeiam tais políticas e ainda para culpabilizar os estudantes que não se qualificaram corretamente ou que não se esforçaram o suficiente para mudarem sua condição social, sem uma análise mais aprofundada de outros elementos que são determinantes para a desigualdade social, a exclusão e a pobreza.

Para além das discussões e defesa a respeito da permanência dos recursos públicos para as instituições públicas, há que se considerar a união de duas realidades distintas: de um lado, o público das camadas populares (os vulnerabilizados), de outro o universo acadêmico do IF Sudeste MG – Campus Muriaé. Ao adentrarem o novo ambiente de ensino, os beneficiários do programa têm a oportunidade de conhecer uma realidade distinta do cotidiano imediato em que vivem. Isso de uma forma ou de outra pode contribuir para percepção de possibilidades futuras (rupturas com as distâncias dos espaços sociais até então intransponíveis).

Outro dado apontado pelos entrevistados seria a oferta de cursos com maior carga horária; o estudo da demanda local e a integração da comunidade são sugeridos como mudanças para o melhor desenvolvimento do programa. Problematicamos aqui se somente o aumento da carga horária por si só congregaria mais conhecimento aos beneficiários?

Quanto ao estudo da demanda local e a integração da comunidade, percebemos que não há por parte do PRONATEC - no Campus Muriaé - um estudo que trate da

necessidade de atendimento aos arranjos produtivos locais. Da mesma forma, o programa não prevê ações de continuidades de acompanhamento aos concluintes dos cursos ou mesmo durante o tempo de formação que esteja vinculada a elevação de escolaridade.

Considerando os questionamentos que foram aparecendo ao longo da pesquisa, sugerimos como objeto de pesquisas futuras um estudo sobre a inclusão dos egressos do PRONATEC no mercado de trabalho após a conclusão dos cursos; o estudo de dados e motivos de evasão dos estudantes do PRONATEC, para que seja possível uma análise dos fatores que favorecem a evasão; o estudo sobre os beneficiários do PRONATEC com o objetivo de verificar como estes se apropriam dos conteúdos trabalhados no programa; o estudo dos cursos das unidades remotas do Campus Muriaé, com o intuito de avaliarmos tal política sob outras óticas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. Intelectuais e revolução cultural no pensamento de Antônio Gramsci. **POIÉSIS**. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação. Unisul. Santa Catarina: 2013. v. 7, n. 13, p-430-444. Disponível em:

<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1834/1317>>

Acesso em: 15 ago. 2016.

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. As mutações do Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87. 2004.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2016.

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. **O Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador- Planfor/Ba**: política pública de emprego. Tese (Doutorado em Educação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). **A cidadania negada**: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: Justo, Competitivo, Sustentável- Contribuições para Debate. 114p. 2002. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/872061468227650321/pdf/446520BR0Visao1Box0327407B01PUBLIC1.pdf>> Acesso em: 28 dez.2016.

_____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**: equidade e desenvolvimento. Washington, DC, 2006. Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2006/Resources/477383-1127230817535/0821364154.pdf>> Acesso em: 28 dez.2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador**: Resolução Codefat n. 194/98: PLANFOR 2001-2002. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. O conselho de Reforma do Estado. **Cadernos de MARE**. Brasília: MARE, 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=2796> Acesso: 07 abr. 2016.

_____. **Decreto n. 2.208/1997, de 17 abr. 1997**. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394/1996. 1997. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.actionid=146021&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de dezembro de 2004**. Presidência da República, 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá

outras providências. Brasília, 2004. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 12 set. 2016.

_____. **Lei nº 11.741/08 de 16 de julho de 2008:** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, Ministério da Educação. Setec. Brasília, 2008.

_____. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.** Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf> Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. MEC. **PRONATEC.** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Lei nº 12.816, de 05/06/2013. Altera as Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Disponível em:
<http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12816_050613.pdf> Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. MEC. **Manual de Gestão da Bolsa- Formação.** 2011. Disponível em:
<http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012616171045462012226113854265manual_de_gestao_da_bolsa-formacao_-_novembro_de_2011.pdf> Acesso em: 12 set.2016.

_____. **Documento Referência para Bolsa Formação Trabalhador no Âmbito do PRONATEC.** 2012. Disponível em:
<http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013021105817732documentoreferencia_bolsa_formacao_trabalhador.pdf> Acesso em: 12 set. 2016.

_____. MEC. **Guia PRONATEC de Cursos FIC.** 2012. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/pronatec/catalogos> > Acesso em: 28 set. 2016.

_____. MEC. **Guia PRONATEC de Cursos FIC.** 2016. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/pronatec/catalogos> > Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação- PNQ 2003-2007.** Brasília: MTE, SPPE, 2003a. Disponível em:
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj2oPim657SAhUIG5AKHexJAZ0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.oei.es%2Fhistorico%2Fetp%2Fplano_nacional_qualificacao_brasil.pdf&usq=AFQjCNG2exiSS16qlrI2iorhDCmPQB67AQ> Acesso em 06 ago. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução N.º 333 CODEFAT.** Brasília, 2003b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **FAT.** Brasília, 2003c. Disponível em:
<<http://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/>> Acesso em 02 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação (MEC). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil%20> Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria**. Decreto nº 7.492 de 02/06/2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm> Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. MEC. **Concepções e Diretrizes**: Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia. 2008.

_____. MEC. **Lançamento de Estudos PRONATEC**. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22071-24092015-lancamento-estudos-pronatec-setec-pdf&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em 31 out.2016.

BEZERRA, Fábio Aparecido Martins. **A educação profissional e tecnológica como eixo de desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2015.

BORDIGNON, Liliane. O Programa Mulheres Mil e o Cooperativismo no Brasil. **Trabalho necessário**, ano 14, n. 24, 2016. 18p. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_24/TN24_06.pdf> Acesso em: 02 fev. 2017.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza**. Revista Brasileira de Educação, n.24, set./dez. 2003. p. 183-191.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas: Autores Associados, 1999.

CASSIOLATO, Maria Martha; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Instituto de Pesquisa Econômica. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Textos para discussão nº 1919. Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro. 2014

CASTIONI, Remi. **Da qualificação à competência: dos fundamentos aos usos - o PLANFOR como dissimulador de novos conceitos em educação**. 2002. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Planfor, reforma do Estado e acumulação flexível: tecendo fios invisíveis. **EccoS Revista Científica**, vol. 8, n. 2, jul./dez. 2006. p. 407-425.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; LUZ, Antonio Santos da. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. **Revista Espaço acadêmico**, Maringá, n.63, agosto/2006. Disponível em:<<https://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>> Acesso em: 10 abr. de 2016.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. São Paulo: Bertrand, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DE MARI, Cezar Luiz. **“Sociedade do Conhecimento” e Educação Superior na década de 1990**: O Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de *Midas*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

DUARTE, Adriana. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: n. 7, p-48-61, jul./dez. 2000.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico da agenda global. **Revista de Educação**. Campinas, n. 20, p.43-54, jun. 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil**: desafios e perspectivas. Rev. Katal. Florianópolis: 2007, v.1. n.1. p-65-74.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação Profissional e Capitalismo Dependente**: o enigma da falta e sobra de profissionais. Trab. Educ. Saúde, v.5, n.3, p.521-536, nov.2007/fev. 2008.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.:** Campinas, 2005. v. 26. p.1087-113. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 21 de mar.2016.

FERRETI, Celso João. Empresários, Trabalhadores e Educadores: Diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFEL'ICE, José Luís; SAVIANI, Demerval (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados HISTEDBR, 2005.

GRABOWSKI, Gabriel. Entrevista - Um Pronatec a curto prazo. In: **Carta Capital**. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/um-pronatec-a-curto-prazo>> Acesso em: 06 de out. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com

a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 2.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 4.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Demerval (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados HISTEDBR, 2005.

GODOI, Janete. **A Relação Público- Privado no Ensino Médio Profissionalizante sob a Luz da Lei 12.513 de 2011 que institui o PRONATEC**. 2014. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville, 2014. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Janete-Godoi.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016

GUIMARÃES. **Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda**. 2013a. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pronatec-qualificacao-e-trabalho-sob-demanda>> Acesso em: 19 set. 2016.

_____. **Educar para o setor produtivo**. 2013b. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-o-setor-produtivo>> Acesso em: 19 set. 2016.

_____. Capital financeiro avança sobre a educação profissional. **Revista Poli**. n. 35, jul./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/capital-financeiro-avanca-sobre-a-educacao-profissional>> Acesso em: 18 set. 2016.

HARVEY, David. **Condição pós- moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola. 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS MURIAÉ. **Projeto Político Pedagógico**. 2010.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. **Políticas Públicas de Qualificação Profissional no Brasil: Uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ**. 2009. Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte., 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, Celso João; JÚNIOR, João dos Reis Silva; SALES, Maria Rita N. Sales (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2006. v. 27, n. 96 – Especial, p. 877-910.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. **Revista Perspectiva**. Florianópolis. v.20, n.02, p.269-301, jul./dez.2002.

LIMA, Marcos Ricardo de. **PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista**. [S.l.: s.n., 2012]. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf>> Acesso em: 14 set. 2016.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Santana. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATHIAS, Maíra. **Educar para a produtividade ou para a emancipação**. 2015. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-a-produtividade-ou-para-a-emancipacao>> Acesso em: 10 out. 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis: 2007, v.10, n. esp., p. 37-45.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo, Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época; v.101).

_____. **A nova política pública de qualificação profissional do Brasil-** Contribuições para uma análise crítica do PLANFOR e do PNQ. Tese (Doutorado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

_____. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba: 2015. v. 15, n. 44, p. 245-266.

PACHECO, Eliezer. (Org.) **Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília: Editora Moderna. 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; SOBRINHO, Moisés Domingos. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (Orgs). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

PANARIRI-ANTUNES, R. S. et al. **Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR Campus Paranavaí: a transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero.** *Holos*, ano 32, v. 1. p. 153-160. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/2418/1381>> Acesso em: 02 mar. 2017.

PEIXOTO, Patrícia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil.** 2008. 137p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

QUEIROZ, Mariana Ribeiro Cardoso. **A Formação Profissional no Brasil: análise dos discursos sobre o Pronatec.** 2015. 138p. Dissertação (Mestrado em Educação). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. Educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n.80, 401- 422 set.2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

RUMMERT, Sonia Maria. Educar e qualificar: caminhos e descaminhos da educação de jovens e adultos trabalhadores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, 405-423 mai./ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2013v31n2p405>> Acesso em: 06 jun. 2016.

RUMMERT, Sonia Maria; TOLEDO, Flaviana Alves. O PNQ e a Política de qualificação profissional de trabalhadores a partir dos anos 1990. **Trabalho necessário**, ano 7, n. 9, 2009. 28p. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN09TOLEDO.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. Trabalho, educação e saúde. **Revista da EPSJV-Fiocruz.** Rio de Janeiro, Fiocruz, n. 1, p. 131-152, 2003.

SILVA, Jorge Alexandre da. **Basta qualificar? O Pronatec como estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria.** 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social).

Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e Consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Fapesp, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**, Florianópolis: 2009. v.12, n.1, p. 41-49.

_____. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. Florianópolis-São Paulo: Editora da UFSC-Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, Joana D'Arc. **Educação, Programa Bolsa Família e Combate à pobreza**: o cinismo instituído. 2013.145f. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2013

APÊNDICE I

Roteiro de entrevista com as coordenadoras adjuntas do PRONATEC

I- Identificação:

Nome:

Idade:

Formação:

Sexo:

Cargo que ocupa no IF Sudeste MG:

Trabalha no IF Sudeste MG desde:

Foi Coordenadora Adjunta do programa no período:

- 1) Como se deu a implantação do PRONATEC (Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) no Campus Muriaé?
- 2) O que você conhece das legislações específicas do PRONATEC?
- 3) Houve alguma dificuldade na fase de implantação do programa no IF Sudeste MG- Campus Muriaé?
- 4) Ao ingressar como Coordenador do PRONATEC foi oferecido algum tipo de capacitação?
- 5) Como é realizada a seleção dos cursos que serão oferecidos?
- 6) As propostas dos cursos contemplam as necessidades do setor produtivo/da região? A comunidade foi ouvida na proposição dos cursos ofertados?
- 7) Como é realizada a seleção dos profissionais que atuam no PRONATEC?
- 8) Você acha que o PRONATEC colabora para a emancipação social dos seus beneficiários?
- 9) Como você visualiza o PRONATEC: como uma política de inclusão ou atendimento às demandas do mercado de trabalho? Por quê?
- 10) Quais são as principais dificuldades encontradas no PRONATEC e quais mudanças você sugere?

APÊNDICE II

Roteiro de entrevista com os supervisores de cursos do PRONATEC

I – Identificação:

Nome:

Idade:

Formação:

Sexo:

Cargo que ocupa no IF Sudeste MG:

Trabalha no IF Sudeste MG desde:

Foi Supervisor do programa no período:

- 1) O que você conhece das legislações específicas sobre o PRONATEC?
- 2) Qual o seu entendimento sobre os objetivos do PRONATEC?
- 3) Você participou da elaboração da proposta curricular dos cursos? Em que momento teve contato com esta proposta?
- 4) O que você acha em relação a carga horária dos cursos?
- 5) O que você considera relevante no processo de implantação do PRONATEC no IF Sudeste MG– Campus Muriaé?
- 6) Você acha que o PRONATEC colabora para a emancipação social dos seus beneficiários? Por quê?
- 7) Como você visualiza o PRONATEC: como uma política de inclusão ou atendimento às demandas do mercado de trabalho? Por quê?
- 8) Quais são as principais dificuldades encontradas no PRONATEC e quais mudanças você sugere ?

APÊNDICE III

Roteiro de entrevista com o orientador do PRONATEC

I- Identificação:

Nome:

Idade:

Formação:

Sexo:

Cargo que ocupa no IF Sudeste MG:

Trabalha no IF Sudeste MG desde:

Foi Orientador do programa no período:

- 1) O que você conhece das legislações específicas do PRONATEC?
- 2) Foi dado algum treinamento para os profissionais ao ingressar no programa?
- 3) Como os professores, diretores, pedagogos e demais envolvidos interpretam essa política?
- 3) Você participou da elaboração da proposta curricular dos cursos? Em que momento teve contato com esta proposta?
- 4) O que você acha em relação a carga horária dos cursos?
- 5) O que você considera relevante no processo de implantação do PRONATEC no IF Sudeste MG– Campus Muriaé?
- 6) Você acha que o PRONATEC colabora para a emancipação social dos seus beneficiários? Por quê?
- 7) Como você visualiza o PRONATEC: como uma política de inclusão ou atendimento às demandas do mercado de trabalho? Por quê?
- 8) Quais são as principais dificuldades encontradas no PRONATEC e quais mudanças você sugere ?

APÊNDICE IV

Roteiro de entrevista com os docentes dos cursos do PRONATEC

I – Identificação:

Nome:

Idade:

Formação:

Sexo:

Cargo que ocupa no IF Sudeste MG:

Trabalha no IF Sudeste MG desde:

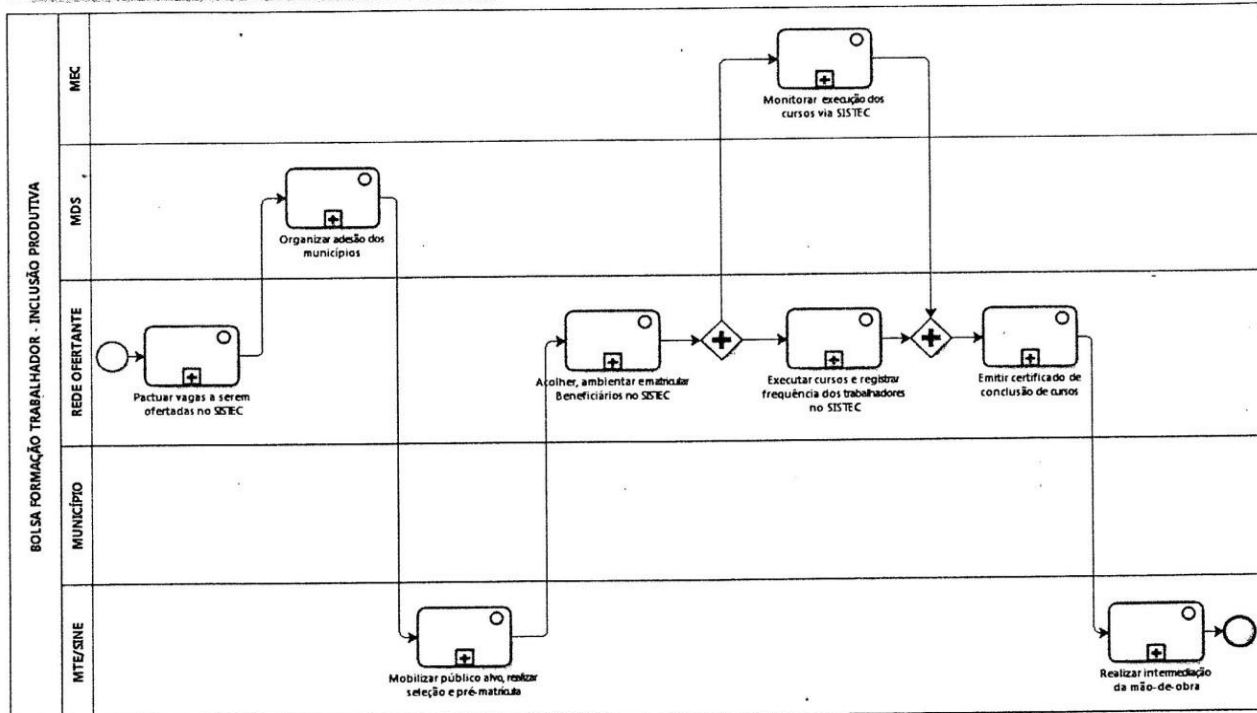
Foi Docente no programa no período:

- 1) O que você conhece das legislações específicas sobre o PRONATEC?
- 2) Qual o seu entendimento sobre os objetivos do PRONATEC?
- 3) Você participou da elaboração da proposta curricular dos cursos? Em que momento teve contato com esta proposta?
- 4) Houve dificuldades para desenvolver um bom trabalho no PRONATEC? Por quê?
- 5) Você acha que o PRONATEC colabora para a emancipação social dos seus beneficiários?
- 6) Como você visualiza o PRONATEC: como uma política de inclusão ou atendimento às demandas do mercado de trabalho? Por quê?
- 7) Quais são as principais dificuldades encontradas no PRONATEC e quais mudanças você sugere ?

ANEXO I

Fluxo da Bolsa-Formação Inclusão Produtiva

Bolsa Formação Trabalhador - Inclusão Produtiva	
Autor:	Escritório de Processos- MEC/SE/Diretoria de Tecnologia da Informação
Versão:	1.0
Descrição:	



Fonte: (Manual de Gestão da Bolsa Formação, 2011, p. 47)